

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ALEX PIZZIO DA SILVA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUALIFICAÇÃO SOCIAL DOS
TRABALHADORES EMPOBRECIDOS**

**SÃO LEOPOLDO
2007**

ALEX PIZZIO DA SILVA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUALIFICAÇÃO SOCIAL DOS
TRABALHADORES EMPOBRECIDOS**

**Dissertação apresentada à Universidade do
Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em ciências
sociais.**

ORIENTADOR: DR. LUIZ INÁCIO GERMANY GAIGER

SÃO LEOPOLDO

2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

S586e Silva, Alex Pizzio da
A economia solidária e a qualificação social dos
trabalhadores empobrecidos / por Alex Pizzio da Silva. – 2007.
154 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do
Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2007.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger,
Ciências Humanas”.

1. Economia solidária. 2. Qualificação social. 3.

Ruptura social. 4. Catador - Material reciclável -

Organização social. I.Título.

CDU 334.4:628.477.6

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil- CRB 10/1184

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUALIFICAÇÃO SOCIAL DOS
TRABALHADORES EMPOBRECIDOS**

**Dissertação apresentada à Universidade do
Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em ciências
sociais.**

Aprovado em março de 2007

BANCA EXAMINADORA

Dr. Luis Inácio Germany Gaiger- Unisinos

Dr. Marília Veríssimo Veronese - Unisinos

Dr. Ivaldo Gelhen - Ufrgs

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A minha esposa e filhos, aos meus sogros e cunhados, pelo apoio, paciência e compreensão demonstrados ao longo destes dois anos de ausências.

Ao professor Luiz Inácio Gaiger pela ajuda prestimosa, pela paciência e dedicação com que me acolheu e orientou.

A professora Marília V. Veronese pelas suas colaborações, sem as quais este trabalho não seria o mesmo e pelo incentivo para seguir adiante em minha vida acadêmica.

Ao professor José Rogério Lopes por suas aulas dentro e fora da sala, pela sua contribuição no meu enriquecimento pessoal e pela amizade e companheirismo dispensado a seus alunos.

A Maristela gostaria de fazer um agradecimento especial. Entendo que existem pessoas que vão muito além de sua atuação profissional; são amigas, nos incentivam e se alegram nossas conquistas. A Maristela é uma destas pessoas especiais, que com rara beleza alegra dia-a-dia no PPG.

Aos meus colegas e amigos, Joni e Carlos Daniel, pela amizade sincera, pelo incentivo nas dificuldades e pelas comemorações nas vitórias.

Aos trabalhadores da reciclagem pelo carinho com que me receberam.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–CAPES, pela bolsa de pesquisa que me proporcionou as condições para a realização deste curso.

A universidade do Vale do Rio dos Sinos por me propiciar todas as condições necessárias à realização do meu aprendizado.

A vida tornou-se angustiosa para Mário. Devorar seus trajés e seu relógio não era ainda o fim. O que o alimentava era a coisa terrível, o chamado pão que o diabo amassou. Mistura horrível, composta de dias de fome, noites insones e sem luz, lar sem fogo, semanas sem trabalho, futuro sem esperança, cotovelos rotos, insolências de porteiros, zombarias de vizinhos, humilhações, dignidade ofendida, desgostos, amargura e, por fim, sua própria derrocada.

Vitor Hugo, Os miseráveis.

O homem é um ser que vive de ilusões e de esperanças, às quais nunca puderam dar morte os grandes cataclismas da história. Uma das mais bonitas idéias é de um Direito do Trabalho que, de uma vez para sempre, na luta entre o Capital e o Trabalho, ponha o primeiro, e a Economia em si, a serviço do segundo.

Mário de La Cueva

RESUMO

Neste trabalho apresento um estudo comparativo entre dois empreendimentos econômicos solidários na área da reciclagem e de um grupo de catadores que não optaram pela forma coletiva de trabalho. Busco avaliar as possibilidades da economia solidária a partir da adesão a suas práticas e valores propiciarem um processo de qualificação social capaz de superar processos de desqualificação social, conforme os descrevem Serge Paugam. Para dar conta deste objetivo, inicialmente reviso o contexto histórico dos trabalhadores empobrecidos. Posteriormente, revisarei os estudos acerca da marginalidade e da exclusão no Brasil, a fim de melhor fundamentar o que vem a ser um processo de qualificação social. Finalmente, busco demonstrar como os trabalhadores da reciclagem, a partir do desenvolvimento de uma identidade de resistência superam os estigmas e os rótulos resultantes do exercício da atividade de catação, os quais se configuram em verdadeiros obstáculos para uma inserção como cidadãos de direitos.

Palavras chave: qualificação social, reconhecimento social, ruptura social e economia solidária.

ABSTRACT

In this work show a comparative study between two economics solidaries enterprises in the area of recycling, and a group of collectors who did not choose by collective work way. I try evaluating the possibilities of solidary economy since your adhesion its practices and values to make possible a process of social qualification able to get over the process of lost of social qualification, according Serge Paugam. For this purpose, firstly I will review the context of the poor workers. After, I will review the studies about poorness and exclusion in Brazil, due to get a better base in relation what is a process of social qualification. Finally, I try to explain how the workers from recycling, since the development of an identity of resistance win the stigmas and the labels that came from their activity of collectors, what are truths obstacles to insertion how citizens with rights.

Key words: Social qualification, Social recognize, social break, solidary economy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Divisão sexual no empreendimento Profetas da Ecologia.....	109
GRÁFICO 2 – Divisão sexual no empreendimento CEA-Vila Pinto.....	110
GRÁFICO 3 – Participantes segundo a cor Profetas da Ecologia.....	111
GRÁFICO 4 – Participantes segundo a cor CEA-Vila Pinto.....	111
GRÁFICO 5 – Participantes segundo a faixa etária Profetas da Ecologia.....	112
GRÁFICO 6– Participantes segundo a faixa etária CEA-Vila Pinto.....	112
GRÁFICO 7 – Participantes segundo a escolaridade Profetas da Ecologia.....	113
GRÁFICO 8 – Participantes segundo a escolaridade CEA – Vila Pinto.....	113
GRÁFICO 9 – Participação Profetas da Ecologia.....	129
GRÁFICO 10 – Acesso a benefícios Profetas da Ecologia.....	129
GRÁFICO 11 – Acesso a benefícios CEA-Vila Pinto.....	130
GRÁFICO 12– Participação CEA-Vila Pinto.....	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARLAS – Associação de Recicladoras Amigas Solidárias
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CEA VILA PINTO – Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto
CEJAK – Centro Cultural James Kulisz
CTVP – Centro de Triagem da Vila Pinto
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EES – Empreendimento Econômico Solidário
EJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
FARRGS – Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAS – Programa Auxílio Solidário
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNQ – Programa Nacional de Qualificação de Trabalhadores
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIRITTER – Universidade Ritter dos Reis
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 TRABALHO E POBREZA: ASPECTOS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.....	15
1.1 Determinantes Históricas.....	18
1.2 A Nova Conjuntura do Mundo do Trabalho.....	27
1.3 As Reações e Alternativas dos Trabalhadores Empobrecidos.....	32
2 DESQUALIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.....	37
2.1 Desqualificação Social.....	38
2.2 O debate Sobre a Pobreza e a Exclusão no Brasil.....	45
2.3 Qualificação Social.....	56
3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUALIFICAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES EMPOBRECIDOS.....	63
3.1 O Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.....	64
3.2 A Hipótese da Qualificação Social.....	71
3.3 O Reconhecimento Social Como Condição Para o Exercício da Cidadania.....	80
4 METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA PESQUISA.....	86
4.1 A Opção Por Um Estudo Comparativo	87
4.2 As Situações e os Participantes da Pesquisa.....	96
4.3 O Desenrolar das Atividades de Pesquisa.....	105
5. PRÁTICAS E VALORES QUE QUALIFICAM OS TRABALHADORES.....	108
5.1 A Caracterização Socioeconômica dos participantes da pesquisa.....	109
5.2 O Desenvolvimento Econômico.....	115
5.3 O Desenvolvimento Social.....	120
5.4 O Desenvolvimento Político.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista.....	150
APÊNDICE B - 2 Questionário Socioeconômico.....	153

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas assistimos a um período de grandes transformações sociais. No Brasil, a partir de uma abordagem mais ampla da sua situação socioeconômica, suas desigualdades, incluindo-se aí a distribuição da riqueza e o acesso a bens e serviços, constatamos que o país atravessa uma crise social. Muitas são as investigações em ciências sociais que abordam a questão. De forma geral, as transformações sociais ocorridas neste período têm sido tematizadas com base na integração do país as formas de acumulação flexíveis, a integração à economia global, acrescida das políticas de ajustes institucionais e fiscais implantadas mais intensamente no Brasil da década de 1990.

Pesquisas recentes dão conta que uma parcela significativa da população economicamente ativa do país encontra-se desempregada ou precariamente inserida no mercado de trabalho. Se a crise do mundo do trabalho fragilizou as formas de ser e de existir dos trabalhadores, por outro lado, ela propiciou o desenvolvimento de formas alternativas de geração de trabalho e renda. Nesse contexto, presenciamos a intensificação da atividade de catação de norte a sul do

país, onde muitos trabalhadores empobrecidos têm adotado essa atividade como forma de inserção no mercado de trabalho.

Caracterizada como uma forma degradante de inserção, a atividade de catação tem despertado o interesse de pesquisadores que tem indicado o caráter desqualificante da atividade e seus efeitos negativos sobre as bases psico-sociais de quem dela se beneficiam.

Entretanto, na área da coleta e seleção do lixo as opções pelas formas cooperativistas e associativistas vinculadas à economia solidária têm sido fomentadas e estimuladas, caracterizando-se como uma das principais opções para o equacionamento da falta de trabalho e renda e da superação das desqualificações decorrentes da atividade.

O trabalho que ora apresento irá tratar sobre as possibilidades da economia solidária em qualificar socialmente trabalhadores que vivenciaram processo de desqualificação social. Trata-se de um estudo comparativo entre dois empreendimentos representativos - o Centro de Educação Ambiental - CEA Vila Pinto e a Associação de Catadores Profetas da Ecologia – ambos situados em Porto Alegre, e de um grupo de catadores individuais no município de São Leopoldo na grande Porto Alegre.

Este trabalho desenvolve-se em partes distintas e complementares. Na primeira parte deste estudo faço uma da recuperação da realidade histórica dos trabalhadores empobrecidos e as reações apresentadas pelos trabalhadores empobrecidos diante da nova configuração do mundo do trabalho. Na segunda, realizo um debate conceitual entorno dos conceitos de desqualificação e qualificação social. No terceiro capítulo, a abordagem centra-se na economia solidária, suas práticas e valores e sua emergência no Brasil. Nesse momento, apresento minha hipótese de trabalho que encontra-se relacionada as possibilidades da economia solidária se configurar em um processo de qualificação social. Em seguida realizo uma apresentação detalhada da metodologia utilizada e dos participantes do estudo e finalmente, no quinto capítulo apresento os resultados da pesquisa e minhas conclusões.

Capítulo 1

TRABALHO E POBREZA: ASPECTOS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, o fenômeno da pobreza surge como um componente da nossa questão social a perdurar desde os tempos do período colonial. Dessa maneira, a pobreza tem sido objeto de análise por parte das ciências sociais e não raro sua ocorrência tem sido tematizada em associação com a realidade dos trabalhadores. As análises têm se orientado por vieses específicos de cada área, cada qual acentuando mais um ponto ou outro e compondo um cenário geral que, se não se apresenta uniforme concorda em algumas constatações. Entre elas podemos destacar a existência de um sentimento de perplexidade com a permanência da pobreza quando sabemos que, o nosso país atingiu as maiores taxas de crescimento econômico em termos mundiais durante o século XX. Assim, deparamo-nos com um cenário de profundas desigualdades a marcar nossa realidade social.

O Brasil não é um país pobre, mas desigual e com um número muito grande de pessoas pobres. Atualmente o país ocupa a 10ª colocação dentre os países mais desiguais, numa lista que apresenta 126 países e territórios.

Segundo relatório de 2006 do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD¹, o Brasil está melhor que Colômbia, Bolívia, Haiti e seis países da África Subsaariana.

A avaliação sobre os desafios e potenciais do Brasil realizada pela ONU/UNCT, concluiu que o Brasil possui,

[...] um enorme potencial, mas também enfrenta sérios desafios. Com a quinta maior população do mundo e o décimo quarto maior PIB, o país classifica-se em 63º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano. Apesar de ser um país que vem realizando um trabalho bastante inovador na promoção dos direitos humanos, apresenta, não obstante, um grande número de pessoas que continuam a enfrentar grandes dificuldades para o exercício da cidadania. (ONU, 2005, p,3).

Segundo números divulgados pelo IPEA (2006), o país apresenta uma realidade preocupante. Mesmo considerando a redução nos índices de desigualdade e pobreza, no ano de 2004 o Brasil possuía um contingente de 19,8 milhões de pessoas vivendo na condição de indigência ² e 52,5 milhões de pessoas em situação de pobreza.³ Conforme Asseburg e Gaiger,

O Brasil é conhecido como terra de desigualdades. Uma das conseqüências mais graves das inúmeras disparidades sociais que ostenta são os seus níveis superlativos de pobreza, decorrentes da

¹ Notícia divulgada no site da PNUD Brasil em 09/11/2006.

² A indigência ou extrema pobreza é definida como a condição da população que sobrevive com menos de ¼ de salário mínimo domiciliar mensal per capita. Fonte: IPEA.

³ A pobreza propriamente dita é definida como a situação daquela população que vive com rendimentos entre ¼ e ½ salário mínimo domiciliar mensal per capita. Fonte: IPEA.

desigual apropriação e repartição da riqueza, em nítido contraste com a capacidade produtiva do país (ASSEBURG; GAIGER, 2006, p.2).

A retratar este cenário desconcertante surgem as múltiplas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores empobrecidos. Dentre os problemas mais freqüentes podemos destacar, o desemprego, a informalidade, a falta de proteção social, a baixa renda média real, a discriminação por sexo, idade e raça, entre outros. Todos estes fatores quando considerados em conjunto configuram uma realidade social complexa e de difícil diagnóstico.

Segundo Wanderley (2004), o entendimento acerca da realidade social, hoje, exige uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos históricos que amalgamam cada sociedade. Assim, torna-se importante perceber que a questão social adquire um conteúdo especial na multidimensionalidade das relações sociais e na forma pela qual os sujeitos, individuais e coletivos são determinados pelos processos e estruturas sociais e, ao mesmo tempo, instituem esses processos e estruturas.

Com base nesta constatação, depreendo que o atual contexto da realidade social brasileira, no que diz respeito a cidadania dos trabalhadores empobrecidos, pode ser analisado a partir da síntese de duas condicionantes: as transformações vivenciadas no mundo do trabalho e as determinantes sociais históricas. Gostaria de iniciar pela segunda, pois identifico no Brasil urbano do início do século XX o

germe de elementos importantes à compreensão da realidade atual dos trabalhadores empobrecidos no que se refere à conquista da cidadania.

1.1 DETERMINANTES HISTÓRICAS

No início do séc. XX a sociedade brasileira era uma sociedade em mudança, que se queria moderna e civilizada, na direção de um progresso sintonizado com o padrão europeu. Contrastando com esse projeto de modernização do país - implementado e desejado pelas classes dominantes - estava à classe trabalhadora em suas peculiaridades, representando o avesso da sociedade que se queria construir (TELLES, 1999). A partir dessa abordagem, percebe-se uma relação entre a questão social e a situação de uma classe operária de característica urbano-industrial, composta por camponeses que migravam do campo, imigrantes estrangeiros, mulheres e escravos libertos. No que se refere aos escravos, sua substituição pela mão-de-obra de origem européia, ademais da competição que ensejou, ampliou a sua marginalização social. Nesse contexto, a questão do negro em alguns casos foi entendida como uma questão de higiene pública.

Tal entendimento adquire relevância, pois encontraremos aí importante elemento a discussão que se desenvolverá adiante; a idéia de inferioridade social. Ou seja, a idéia da existência de contingentes populacionais em condições hierarquizadas de inferioridade. Essa inferioridade, que inicialmente foi

relacionada aos negros e as suas atividades, gradativamente passa a ser relacionada às classes populares em geral.

A partir dessa realidade, as práticas de vida e lazer dos trabalhadores empobrecidos adquirem relevância e vão se tornando objeto de médicos higienistas, autoridades públicas e reformadores sociais do início do séc. XX. Desse modo, o “interesse pelo assunto [...] se inscreve nas preocupações da burguesia industrial que, na conjuntura toma medidas para viabilizar o seu projeto de construção de uma sociedade moderna e racional” (SILVA, 1990, p.17).

Esta concepção de sociedade corresponde a um paradigma sociocultural que Boaventura Santos denominou de “razão indolente”. Na sua perspectiva, a partir dos sécs. XVI e XVII, a modernidade ocidental emergiu como um ambicioso e revolucionário paradigma sociocultural, numa tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social. A partir de meados do séc. XIX, com a consolidação da convergência entre o paradigma da modernidade e o capitalismo, a tensão entre a regulação social e a emancipação entrou num processo histórico de degradação, caracterizado pela gradual e crescente transformação das energias emancipatórias em regulatórias. Resumidamente, pode-se dizer que este paradigma, aqui representado pelo positivismo - em suas várias formulações - assentava-se na distinção entre sujeito e objeto, entre natureza e sociedade ou cultura, na redução da complexidade do mundo a leis simples suscetíveis de formulação matemática; numa concepção da realidade dominada pelo mecanicismos determinista e numa separação absoluta entre conhecimento

científico – considerado o único válido e rigoroso – e outras formas de conhecimento com o senso comum e, por fim, centrada na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência (SANTOS, 2002a; 2004). Tendo como base este paradigma fomenta-se, no Brasil, uma série de pesquisas e estudos, buscando dar embasamento científico para a formulação de políticas de Estado como as que resultaram no inquérito nacional para a formulação do salário mínimo na década de 30.

Segundo Rodhen (2004), as concepções de família no Estado Novo formavam um espectro importante da política social neste período, havendo uma valorização da idéia de uma homogeneidade política e social que refletia a coesão, a unidade e a ordem necessárias à pátria. Este apelo implicava, sobretudo, na definição de um modelo de família consonante com os objetivos do Estado e que tentava expurgar o que ameaçaria a ordem pretendida. Buscando modelar o novo cidadão, o Estado Novo visou prioritariamente à família, procurando intervir nas condutas, modos de relacionamentos, relações sexuais, habitação etc. O modelo de família previsto, adequado à construção de uma moralidade pública era aquele pretendido pelas elites, bem diferente das famílias reais das classes populares. Tratava-se da família nuclear, sem inúmeros agregados, que tinha uma habitação própria, e não morava nos cortiços sem privacidade, calcado no casamento indissolúvel, no homem como provedor e na mulher “do lar”, mãe e educadora.

Todavia, essa inquietação com os trabalhadores não se reduz ao discurso científico, passando a compor o discurso intelectual como um todo. Assim seus hábitos e costumes;

[...] ganham espaço público, sendo tematizados pelos artistas plásticos, romancistas e pela crônica jornalística, representações que buscam resgatá-los do anonimato, ainda que alguns discursos tragam a marca domesticadora, quando a intenção era denunciar suas precárias condições de vida e trabalho. Essa postura aparece na descrição dos bairros operários, feita pela imprensa da época, nos inquéritos sobre o padrão de vida dos operários, nos romances que, ao representarem uma visão negativa do viver proletário, acabam desqualificando as suas práticas culturais. (SILVA, 1990, p. 18).

Dessa forma, toda essa empresa discursiva acabava por ressaltar a idéia de proteção de;

um povo imaturo sem interligação entre si e com o resto da sociedade, sem vocação para a universalidade e incapaz de solidariedade e ação coletiva; de outro lado, o perigo que representavam quando em seu protesto, formavam a “ralé” e a “populaça” sem raízes culturais onde ancorar alguma legitimidade. (PAOLI, 1989, p.49) apud (WANDERLEY, 2004a, p.111).

Se por um lado, a situação era tematizada em relação a uma possível imaturidade atribuída à classe trabalhadora, por outro lado a questão ganha complexidade, pois, esse período foi marcado pelo ânimo trabalhista, com mobilizações, protestos e greves (FAUSTO,1977). Nesse sentido, a que se destacar o papel do Estado como interventor social. Segundo Wanderley (2004), nesse período, os problemas gerados pela industrialização e pela concentração da mão de obra nas zonas urbanas foram considerados pelas autoridades como

tendo um caráter de higiene pública e ordenamento social. A partir dessa concepção, o que irá se verificar serão formas de regulação da população baseadas na tutela daqueles considerados inferiores. Em outras palavras, desenvolveu-se um olhar sobre os trabalhadores, onde os mesmos foram muitas vezes percebidos como;

[...] selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas. Sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constituiu-se paulatinamente *uma vasta empresa de moralização*. Seu eixo principal: a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim podemos chamá-lo. Conjuração do mal, contenção das convulsões futuras da história, a tentativa de domesticação do operariado passa pela construção de um novo modelo de comportamento e de vida, que se tenta impor aos dominados. (RAGO, 1997, p.12).

Contudo, não se pode deixar de assinalar que a história dos trabalhadores neste período registrou conquistas. Em decorrência das “lutas dos trabalhadores internos e das influências vindas do exterior, os operários progressivamente adquiriram as mesmas formas de proteção e de assistência operadas em outros países” (WANDERLEY, 2004, p.113).

Mesmo considerando a importância de tais conquistas, se atentarmos para os processos sociais consignados naquelas décadas encontraremos aí a raiz de grande parte dos estigmas e das representações atribuídos, hoje, aos trabalhadores empobrecidos, os quais constituem verdadeiro entrave para a conquista da cidadania por parte desses trabalhadores. Desta forma, certas

características e situações como: estar desempregado ou subempregado, ser pobre, possuir carência, ser passível de ou estar assistido, possuir baixa qualificação, viver na informalidade, entre outros, são atributos e situações que trazem consigo uma carga muito negativa. Assim, ganha importância considerar o impacto que essas representações e estigmas negativos produzem sobre o trabalhador em suas condições sócio-políticas, na sua auto-estima individual e coletiva e, na sua reprodução como tal.

Algumas das situações arroladas quando acrescidas da situação de pobreza compõem um quadro de difícil superação, pois, como destaca Telles (2001) esses casos se ancoram num imaginário persistente;

que fixa a pobreza como marca de inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras da equivalência que a lei supõe e o exercício dos direitos deveria concretizar (TELLES, 2001, p.21).

A partir dessa constatação, podemos concluir que o imaginário que fixa a pobreza como marca de inferioridade conduz a produção de uma hierarquia que diferencia os indivíduos em superiores e inferiores. Nesse último caso, a dificuldade de se livrar das marcas desta inferioridade representa verdadeiro estigma a desqualificar quem a vivencia. Pois, como destaca Lima (2002), o estigma opera como um mecanismo de discriminação social, reproduzindo a pobreza na consciência daquele que é pobre, ao gerar culpa sobre a sua condição de pobre. Desta maneira, ser pobre numa sociedade que valoriza o êxito econômico e a ostentação como forma de distinção é o pior que pode acontecer a

alguém. Isso equivale a dizer que ser pobre implica em algo mais do que mera condição social. Para Paugam,

Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência.(PAUGAM, 2003, p. 45)

No Brasil, os exemplos acerca da existência de um status social hierarquizado entre superiores e inferiores são variados. Para Telles (2001), a violência policial é a prova cabal da existência de uma hierarquia a diferenciar os cidadãos. Segundo esta autora, a forma de atuação policial – agindo distintamente em casos semelhantes - estaria a declarar que os direitos civis mais elementares como a integridade física e moral só valem para aqueles que detém os atributos de respeitabilidade, percebidos como o monopólio das classes superiores, reservando às classes inferiores à imposição autoritária da ordem.

Neste momento, gostaria de me reportar ao trabalho de Jessé Souza, por considerar que ele nos fornece elementos importantes à compreensão das questões arroladas até aqui. Em um trabalho criativo e inovador, este autor, intenta apresentar uma explicação alternativa para a permanência de nossa desigualdade; esta permanência estaria vinculada à especificidade do nosso processo de modernização. Para ele, ao importarmos um modelo de modernização de fora para dentro importamos também uma concepção de mundo.

Tal concepção encontra-se vinculada diretamente a duas das instituições fundamentais da modernidade: o Estado e o Mercado.

O argumento do autor é de que estas instituições não são apenas grandezas materiais regidas por critério de eficácia formal, mas sim, materialização de concepções de mundo com uma hierarquia peculiar específica e, que esta é a forma especificamente moderna de construir distinções sociais e legitimá-las (Souza, 2005). Em suas conjecturas, o autor traz para o centro do debate sobre a desigualdade um conceito caro a ciência social, o conceito de classe social.

Jessé Souza (2005) argumenta que o problema da classe social tem sido injustamente relegado ao segundo plano no contexto do debate acerca da singularidade de nossa desigualdade. O autor enfatiza que o tema tem aparecido como uma espécie de resíduo do marxismo, esquecendo que Marx não foi o único teórico das classes sociais, numa clara alusão a Max Weber.

Em seu texto “Raça ou classe?”, Jessé Souza busca em Bourdieu inspiração para desenvolver a tese acima citada. Destaca que, Bourdieu vincula de maneira criativa a herança marxista e weberiana sobre o tema, retirando de Marx a tese da determinação de classe do comportamento em sociedade e, de Weber, a noção de bidimensionalidade da estratificação social sob o capitalismo, substituindo o aspecto da honra pelo tema do prestígio associado ao conhecimento.

Segundo o autor, Bourdieu ao unir ambos os princípios e inter-relacioná-los, constrói uma noção de estratificação social que combina aspectos econômicos e socioculturais, que vincula a situação de classe a uma condução da vida específica. Esta condução de vida representa uma dada atitude em relação ao mundo em todas as dimensões sociais e, não se restringe ao econômico. Será esta condução da vida específica, ou seja, a dimensão weberiana do status que permitirá construir laços objetivos de solidariedade, por um lado, e de preconceito, por outro. Para Jessé Souza, esta atitude em relação ao mundo irá igualmente propiciar a justificação de privilégios ao permitir que estes apareçam como qualidades inatas dos indivíduos e não como socialmente determinadas (SOUZA, 2005).

Esta concepção “sócio-cultural” de classe faz toda a diferença por oposição a um conceito economicista de classe, precisamente por apontar para fatores extra-econômicos, existenciais, morais e políticos, subliminares e subconscientes que constroem e permitem um padrão de desigualdade que é o único possível no contexto formal e de democracia aberta, típicos da moderna sociedade capitalista: um padrão que pressupõe opacidade e intransparência ao esconder a fonte cultural e portanto, construída da desigualdade. A desigualdade passa a ser justificada e naturalizada na medida em que é percebida como resultado do “mérito” e, portanto, como resultado de qualidades individuais. (SOUZA, 2005, p.46)

Ou seja, o que está em jogo é a noção;

historicamente construída e culturalmente contingente de personalidade e de condução de vida que vai separar e unir por vínculos de solidariedade e preconceito pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estar inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento do Estado e do mercado. (SOUZA, 2005, p.49).

Nesta parte inicial, busquei reconstruir aspectos relativos ao nosso processo de modernização e suas conseqüências para a classe trabalhadora. Em outras palavras, destaquei aspectos concernentes à passagem de uma economia de característica rural para um modelo de desenvolvimento urbano industrial, o que implicou na implantação de modelos de gestão social os que culminaram com a disseminação no seio da classe trabalhadora de um modelo familiar tido não somente como ideal, mas como desejado.

Tão conseqüente quanto à delimitação de papéis sociais estabelecidos através do modelo familiar que se queria implantar, são as conseqüências dessa estruturação para a identidade social dos trabalhadores, pois, além de atuar como elemento gerador de processos de subjetivação, o trabalho surge como elemento definidor de relações sociais e fator de integração social. Toda essa situação ganha em complexidade com a atual conjuntura do mundo do trabalho, mais precisamente com o processo de reestruturação produtiva do Capital, posta em prática mais intensamente a partir dos anos 70.

1.2 A NOVA CONJUNTURA DO MUNDO DO TRABALHO

Nas últimas décadas, sobretudo a partir do início dos anos 70, presenciou-se uma profunda transformação na sociedade contemporânea, onde a reestruturação proposta pelo Capital estabeleceu outros contornos para o sistema social, criando novas relações no mundo do trabalho e afetando a forma de ser e de existir da sociedade. Segundo Antunes (2003), a situação é complexa, uma vez

que nesse mesmo período ocorreram mutações intensas em âmbito econômico, social, político e ideológico. Neste sentido, estas mudanças tiveram conseqüências que ultrapassam o âmbito da produção da base material da vida social e, de forma conseqüente, afetaram diretamente os processos de subjetivação da sociedade em geral e da classe trabalhadora em particular. Assim sendo, é importante perceber como e em que medida esta nova configuração social, produzida a partir desta reestruturação implica na formação do Eu.⁴

Segundo Dowbor,

O sentimento é difuso, mas profundo. Várias gerações viveram com um sentimento de que basta ser sério, dedicado, ou até sacrificado, para que o sucesso seja alcançado. Ou seja, uma pessoa honesta e trabalhadora teria seu lugar na sociedade. A erosão deste sonho gera um sentimento amplo de insegurança, e mais, de perda de referenciais. (DOWBOR, 2003, p.34).

Este tipo de sentimento reflete diretamente sobre o imaginário dos trabalhadores, pois coloca em questão a percepção da perda de referenciais. De maneira geral, não podemos mais nos orientar por uma conduta estabelecida em outros tempos e que serviu de mote orientador para gerações passadas. Ricardo Antunes, citando Castel (1998), destaca que o trabalho continua como referência central, não só na sua dimensão econômica, mas também se concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico. Fato perceptível quando se

⁴ O conceito de Eu aqui expresso referencia-se na obra de George Mead e deve ser referido “a instância da personalidade humana responsável pela resposta criativa aos problemas práticos” (Honneth, 2003, p.130).

analisam as relações que vivenciam os reveses do desemprego, do não trabalho e do não labor. (ANTUNES, 2005).

Deste modo, adquire importância perceber a existência de um vínculo entre a identidade e o trabalho. Estudos como o de Wautier (2001), têm indicado ser este vínculo particularmente mais intenso no mundo do trabalho associativo.

O conceito de identidade tem sido objeto de abordagens multidisciplinares: psicologia, sociologia e antropologia têm logrado contribuir na sua construção conceitual. Tentando uma unificação destes campos, a “sociologia clínica vai tentar estabelecer uma articulação entre processos sociais e processos psíquicos, que apesar de natureza distinta, interagem” (WAUTIER, 2001, p. 49). Para esta autora, a identidade social pode ser definida como uma identidade socialmente reconhecida. Desta forma;

Seria a resultante de duas formas de identificações sociais: uma, realizada pelo indivíduo que se atribui características de seu grupo (identificação no sentido em que nós próprios nos tornamos idênticos a um outro, semelhante dele). A outra forma é realizada pelo meio no qual vive o indivíduo e que lhe atribui algumas características: é a ação pela qual somos identificados, reconhecidos (operação de diferenciação) (CODOL, 1986, p, 157). Dubar acrescenta uma dimensão complementar. Há não só um encontro (uma transação) entre identidade para si, atribuída a si mesmo pelo indivíduo, e a identidade para outrem, atribuída, dada ao indivíduo, mas há também a transação entre identidade que o indivíduo quer construir para si, projetada, e a herdada (as identificações anteriores). (WAUTIER, 2001, p. 52).

Em outras palavras, a identidade social corresponde aos atributos que o indivíduo possui e aos papéis que desempenha. Nesta visão, a identidade é formada através da interação entre o “Eu” e a Sociedade. Assim, ela preenche o espaço entre o privado e o público, onde o privado reflete a singularidade do indivíduo e o público reflete a condição de cidadão. Para Damatta (1987), o papel social de indivíduo e de cidadão é uma identidade social de caráter nivelador e igualitário. Em decorrência, a identidade social estabelece uma relação de reconhecimento e de pertencimento do indivíduo frente ao outro, permitindo que o indivíduo seja identificado através de certas características, como pertencente a esse ou aquele grupo.

Não obstante a complexidade do atual contexto do mundo do trabalho e suas conexões com os processos de subjetivação como os descritos acima, faz-se necessário abordarmos suas conseqüências em termos de produção e reprodução da base material da vida social. Nesta direção, a transição do modelo de produção fordista para o modelo de acumulação flexível (Harvey, 2003), combinada com a internacionalização do Capital e a profusão das empresas transnacionais servem de indicativo. Numa síntese bem articulada, Dowbor, apresenta de forma sucinta as nuances deste processo, para ele;

O principal motor das transformações é seguramente a revolução tecnológica que vivemos. A mudança nas tecnologias muda as dimensões espaciais do trabalho, na medida em que as finanças, o comércio, os diversos serviços "intangíveis" que hoje assumem tanta importância, como publicidade, advocacia, gerenciamento à distância,

circulam nas "ondas" do novo sistema de informações (TCI – Tecnologias de Comunicação e Informação) em segundos, fazendo por exemplo uma secretária que trabalha em Washington perder o emprego para uma secretária que vai fazer o mesmo trabalho, via computador, a partir da Índia. [...] É importante lembrar que o processo caótico de globalização que sofremos gera regras únicas para realidades desiguais [...] "Hoje, enquanto ficamos falando da crise financeira, em todo o mundo 1,3 bilhão de pessoas subsistem com menos de um dólar por dia; 3 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia; 1,3 bilhão não tem água potável; 3 bilhões carecem de serviços de saneamento, e 2 bilhões não têm eletricidade". Discurso do Fórum Social Mundial em Porto Alegre? Não, discurso do presidente do Banco Mundial, J. Wolfensohn, frente à Junta de Governadores da entidade. Esta "fratura social mundial" que nos desarticula não só em termos políticos e sociais, mas também em termos econômicos, está se tornando o problema central do planeta. Com isto, a própria função do emprego muda: de uma visão meramente produtivista, evoluímos para uma compreensão melhor da função de estruturação social que o trabalho assegura. [...] As oportunidades, mas também os imensos desequilíbrios gerados, levaram a um gigantesco êxodo rural mundial. Hoje, mais da metade da população já reside em cidades. O Brasil tinha dois terços de população rural nos anos 1950, hoje tem 80% de população urbana. [...] Em termos de emprego, a mesma dinâmica que expulsou a mão-de-obra para as cidades, gerando as imensas periferias caóticas e miseráveis, hoje reduz a própria base urbana de emprego. [...] o universo do trabalho é assim atingido por um movimento sísmico de transformações estruturais. (DOWBOR, 2002, p. 40)

Ao se estabelecer novos processos e dinâmicas produziu-se uma realidade ambígua. Por um lado, verifica-se uma ampla apropriação da riqueza produzida no país por uma minoria da população. A concentração de renda no plano nacional gera um contingente populacional expressivo privado de recursos mínimos para escapar da pobreza. Assim, para aquela grande parcela de trabalhadores empobrecidos têm sido reservado um lugar marcado pela desigualdade, pela exploração e pela dominação econômica, social e política. Isso em termos de possibilidades emancipativas representa um novo quadro a ser considerado, pois implica novos desafios. Segundo Dowbor;

Houve um tempo em que a inserção do homem no processo produtivo dependia essencialmente dele mesmo, de quanto plantaria no seu campo, de iniciativas pessoais. Hoje, o processo produtivo avançou para um aprofundamento das divisões técnicas interdependentes, onde o acesso ao trabalho é bastante limitado. O candidato a trabalhar fica numa situação precária, onde se reduziram drasticamente os espaços de inserção individual, pois as atividades econômicas ficam dominadas por sistemas empresariais integrados, com muita tecnologia e pouco emprego, enquanto as atividades tradicionais que permitiam a iniciativa individual tiveram o seu espaço reduzido. Gera-se uma imensa sociedade do "bico", bicos de venda, bicos de aulas, bicos de mecânica, bicos de manutenção domiciliar. Para a grande massa da população marginalizada da dinâmica produtiva principal, será necessário construir uma ampla articulação dos vários segmentos de trabalho precário, trabalho informal, trabalho voluntário ou semi-voluntário de terceiro setor e assim por diante. (DOWBOR, 2003, p.46).

Em outras palavras, a realidade social brasileira apresenta um grande contingente de trabalhadores fragilizados sócio-economicamente, onde suas perspectivas de futuro não representam possibilidades de uma inserção social adequada. Em suas lutas diárias este contingente se depara com toda a sorte de dificuldades na luta pela sobrevivência. Entretanto, a contrastar com essa realidade desponta uma riqueza social, oculta atrás da condição de pobreza caracterizada pelas várias formas alternativas de geração de trabalho e renda empreendidas pelos trabalhadores.

1.3 AS REAÇÕES E ALTERNATIVAS DOS TRABALHADORES EMPOBRECIDOS

Os trabalhadores empobrecidos têm sido pródigos em apresentar formas alternativas de geração de trabalho e renda. Sejam elas através de iniciativas individuais e ou autônomas, seja através de coletivos organizados com atividades

ligadas aos setores da produção, da prestação de serviços e da comercialização, entre outros.

A catação tem surgido como forma de enfrentamento às transformações no mundo do trabalho e na busca de meios de sobrevivência, constituindo-se regra geral de norte a sul do país, tanto em cidades de pequeno porte no interior do país, como nas grandes capitais.

A atividade de catação não é uma atividade nova. Segundo Carmo et al. (2004), no século XIX o trabalho de “lixeiro” surge na França, sendo que, em 1846, o lixo passa a ser considerado como algo que demandasse orçamento e cuidados próprios. Com o advento da industrialização o lixo passa a existir como resíduo sólido, passando a ser produzido em grandes quantidades, e seu acúmulo começa a gerar uma grande soma de resíduos nas áreas urbanas. O surgimento do lixo inorgânico culmina na reciclagem ou no reaproveitamento. A reciclagem já fora implantada por empresários no século XVIII em Roma, que lucravam não só ao garantirem a limpeza das ruas, como também ao venderem os dejetos humanos e de animais como adubo.

No Brasil, o catador surge na figura do velho garrafeiro do início do séc. XX. Aqui, como em outros países em desenvolvimento, o trabalho como catador tem permitido que uma considerável parcela da população se veja inserida no mercado, mesmo que ainda informalmente. Todavia, somente em 2002 a

atividade de catar materiais recicláveis vai ser incluída na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. (GONÇALVES, 2005).

A realidade das populações que vivem e trabalham em reciclagem no Brasil é muito complexa e controversa. Os dados são imprecisos, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (2000) existiam naquele ano de 200 mil a 800 mil pessoas trabalhando nos lixões. No Rio Grande do Sul, segundo os dados do *Guia da reciclagem 2005*, estima-se que existam cerca de 11 mil carroceiros e catadores de recicláveis, 86 entidades reconhecidas, sendo que destas 52 fazem parte da FARRGS (Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul). Porém, as próprias entidades responsáveis pelo levantamento reconhecem a existência de demais associações não catalogadas e conseqüentemente mais um sem número de trabalhadores beneficiando-se da atividade de catação.

Os dados foram divulgados pelo Programa Nacional do Lixo – UNICEF onde se verificou que 68% das cidades com mais de 50.000 habitantes apresentam a atividade de catação. Sendo que na região sul a atividade era verificada em 60% dos municípios. Os dados da pesquisa mostram a relevância que tal atividade tem alcançado enquanto alternativa de geração de trabalho e renda. Cabe ressaltar, contudo, que por mais otimistas e positivas que possam ser os resultados desta atividade, elas não devem servir para encobrir a realidade de miséria que aflige a maioria dos envolvidos. Resumida em si mesma, tal opção

constitui-se em um dos aspectos sociais mais degradantes. Desta feita, pessoas de todas as idades trabalham misturadas ao lixo, entre animais e máquinas, e em condições de insalubridade e risco lutam pela sobrevivência. Para autores como Telles, esse é o lugar dos não direitos e da não cidadania;

é o lugar no qual a pobreza vira carência e a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição, mas pela prova de que dela está excluído. É o que Sposati chama de “mérito da necessidade” que define a lógica perversa de uma relação com o Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda em uma espécie de celebração pública de sua inferioridade já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. (TELLES, 2001, p.26).

A partir destes lugares verifica-se há existência de outras barreiras a impor um lugar, a impedir mobilidades e a dificultar uma inserção adequada como cidadão. Na verdade, a pobreza brasileira, persistente através de décadas;

é o retrato de uma sociedade que confundiu e ainda confunde modernização com modernidade, uma sociedade na qual as noções de igualdade, liberdade e justiça – valores definidores dos tempos modernos – não tem função crítica e, na melhor das hipóteses, viram assunto de uma eterna desconversa que é para Roberto Schwars, a marca registrada do que ele chama de desfaçatez da classe.(TELLES, 2001, p. 32).

* * *

Resumidamente, neste capítulo abordei aspectos relativos à nossa questão social. Iniciei fazendo uma breve retrospectiva do processo de modernização do

país tendo como enfoque principal o plano social, mais especificamente as conseqüências desse processo para os trabalhadores populares. Neste sentido, procurei descortinar as raízes de estigmas que hoje afligem estes trabalhadores através das políticas de gestão social empreendidas pelo Estado nesse período. Posteriormente, procurei atualizar a realidade dos trabalhadores empobrecidos a partir das transformações vivenciadas no mundo do trabalho. Desta maneira, constatei haver outras barreiras a impor um lugar, a impedir mobilidades e a dificultar uma inserção adequada como cidadão que ultrapassam o plano material. Esta constatação torna-se relevante, pois, como se verificará adiante, para além da dinâmica da exclusão-inclusão, enfocarei as questões relativas aos processos de desqualificação social e da qualificação social.

Capítulo 2

DESQUALIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Neste capítulo, avançarei nas discussões iniciadas anteriormente relativas às situações de pobreza vivenciadas por uma parcela significativa dos trabalhadores. Para dar conta deste objetivo irei inicialmente recorrer aos estudos realizados aqui no Brasil, que tratam da questão da pobreza, seja ela através da idéia de marginalização, exclusão ou inclusão marginal. Contudo, como se verificará adiante meu enfoque se centrará na dinâmica da desqualificação e da qualificação social em detrimento da exclusão/inclusão que tem sido o mais usual. Alguns motivos sustentam esta opção. Inicialmente, gostaria de destacar que o conceito de desqualificação constitui-se em conceito central do referencial teórico desta pesquisa, destacadamente a obra de Paugam (2003), onde o conceito surge com potencial analítico.

A reconstrução histórica do processo de desqualificação social pode ajudar a compreender como as estruturas sociais se impõem aos indivíduos com poder constitutivo, forjando modos de subjetivação e atuando sobre a base psicossocial desses indivíduos. Do mesmo modo, e não menos importante, encontra-se a

crítica que de forma sistemática têm sido feita à banalização do conceito de exclusão, um reducionismo que nos dizeres de Martins (1997, p.15), faz com que o conceito de exclusão pareça uma espécie de deus/demônio que a tudo explica.⁵ Adiante irei aprofundar o assunto.

2.1 DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

As transformações sofridas pelo mercado de trabalho em boa medida têm se constituído em verdadeira tragédia para o trabalhador, uma vez que implica na exclusão ou inclusão precária neste universo. Assim, a desqualificação e a precarização das relações de trabalho, intensificadas com a adoção de procedimentos e rotinas que priorizam a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, ou a substituição de homens por máquinas, tem fragilizado sobremaneira os trabalhadores em geral, inclusive os mais qualificados, mas com maior ênfase para os menos qualificados (ANTUNES, 1999). Em decorrência, observa-se um “grave processo de degradação do trabalho e do trabalhador, com efeitos dessocializantes no âmbito das famílias trabalhadoras e no aperfeiçoamento da cidadania” (IVO, 2001).

Essa realidade tem sido objeto de interesse de vários setores da sociedade, entre eles o meio acadêmico. Como destaca Vêras (2003), cada vez mais estudos

⁵ Essa crítica se aplica aos autores que recorrem ao termo de forma indistinta. Contudo, alguns autores têm procurado utilizá-lo de forma a não banalizá-lo preferindo relacionar o termo a questões macro-estruturais, como é caso, por exemplo, de Vera da Silva Telles, Aldaiza Sposati e Marcio Pochmam, no caso deste último, a crítica se refere a uma ausência de conceituação do termo em sua obra.

têm se dedicado à compreensão desta degradação, do enfraquecimento dos vínculos sociais e dos riscos de marginalização de segmentos amplos da população. Seguindo esta tendência, o sociólogo francês Serge Paugam ao analisar as transformações do mercado de trabalho e suas conseqüências para os indivíduos, concluiu, que estas mudanças seriam responsáveis por um processo que ele designou de *desqualificação social* (PAUGAM, 1999). Sua abordagem traz à discussão os estigmas relacionados às condições de vida degradadas ou precarizadas e ganha complexidade teórica na medida em que não é apenas uma forma de se referir a velhos problemas, mas aponta para a temática da chamada nova pobreza.

Para Paugam, falar em desqualificação social significa abordar questões relativas à situação de pobreza e a processos de exclusão do mercado de trabalho. Trata-se de um processo abrangente, dinâmico e de múltiplas dimensões, onde, pelo fato de valorizar o caráter multidimensional e evolutivo da pobreza, o estudo da desqualificação social e conseqüentemente dos que dela participam significa:

estudar a diversidade dos status que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim as relações sociais que mantém entre si e com o outro. (PAUGAM, 2003, p. 47)

De acordo com o autor, nas sociedades modernas a pobreza não é somente o estado de despossuir; ela corresponde a um status social específico,

inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p.46).

A pobreza caracterizada como desqualificante alude a uma pobreza com condições precárias de vida e vista como ameaça a coesão social. Em outras palavras, fala-se aqui de uma precariedade econômica e social que revela a existência de um contingente de indivíduos economicamente desnecessários e supérfluos, ao mesmo tempo, que expõem um modo de vida caracterizado pela instabilidade conjugal, pelo baixo nível de participação nas atividades sociais e por uma vida familiar inadequada.

Se por um lado, a construção conceitual da desqualificação social abrange situações de pobreza, por outro, ela está vinculada a processos de exclusão. Paugam articula três idéias ao conceito de desqualificação social as quais se encontram igualmente vinculadas ao conceito de exclusão. A noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser percebido de forma longitudinal, o que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos; o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade e, por fim, destaca o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes. Do mesmo modo, buscando destacar o caráter processual implícito na noção de desqualificação, o autor enfatiza as fases que a compõem: a fragilidade, a dependência e a ruptura.

A fragilidade está relacionada à experiência vivida da deslocalização social. Essa deslocalização diz respeito a experiências como: a dificuldade de inserção profissional ou ainda, a perda de uma referência como o local de moradia. Trata-se de experiências tipicamente dolorosas, o que por sua vez, produz em quem as vivencia a sensação de estarem deslocadas. Tem-se aqui a sensação de estar vivendo uma situação de inferioridade social em relação a uma situação anterior. Neste sentido, Paugam enfatiza que, “uma situação continuada de fragilidade pode conduzir a fase da dependência” (2003, p. 34).

Segundo as conclusões de Paugam, a dependência é de fato a fase em que os serviços sociais se responsabilizam pelas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos. A maioria das pessoas que vivenciam esta situação, em boa medida, desistiu de ter um emprego. Os que “vivem a experiência da dependência procuram compensações para suas frustrações tentando valorizar sua identidade parental, sua capacidade para cuidar do lar e exercer diversas atividades em suas comunidades” (PAUGAM, 2003, p.38). Por fim, a continuidade da dependência pode levar a experiência da ruptura.

A ruptura se constitui numa experiência onde os indivíduos vivenciam um acúmulo de dificuldades, tais como: afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, falta de moradia, perda de contatos com a família etc. Trata-se da última fase do processo, produto de uma soma de fracassos que conduzem a uma acentuada marginalização. (PAUGAM, 2003, p.39).

Paugam vincula a questão da desqualificação social à construção de uma identidade e de um status e, a condição social objetiva das populações reconhecidas como em situação de precariedade econômica e social. Para ele, o tema da desqualificação social não pode ser estudado de forma aprofundada sem referência a uma hierarquia dos status sociais.

As considerações teóricas de Paugam encontram-se inspiradas no pensamento de Erving Goffman, sobretudo nos seus trabalhos relacionados ao estigma. Segundo Paugam, Goffman examinou “a relação entre a identidade social ⁶ e a identidade pessoal.

A identidade pessoal e a identidade social de uma pessoa, antes de mais nada, dependem do cuidado que as pessoas têm de a definir quanto à identidade pessoal, é freqüente que um tal cuidado se manifeste já antes do nascimento e perdure após a sua morte; então, para essa pessoa, não se trata de sentimentos, de identidade ou outros. Em contrapartida, a identidade em si é, antes de tudo, uma realidade subjetiva, reflexiva, necessariamente experimentada pelo indivíduo em questão [...] Certamente, o indivíduo se vale, para construir uma imagem de si mesmo, de matérias iguais aos utilizados pelos outros para construir-lhe uma identificação social e pessoal. E ele não exerce nisso grau menor de liberdade quanto ao estilo de construção (GOFFMAN, 1988) apud (PAUGAM, 2003, p.61).

Desse modo, para Paugam, o conceito de identidade social desenvolvido por Goffman, “permite dar prosseguimento à análise da designação ou da rotulagem, bem como examinar o controle da informação que um indivíduo pode exercer sobre a deficiência ou descrédito que o caracterizam” (PAUGAM, 2003, p.61).

⁶ Goffman prefere a expressão identidade social a status social.

A partir desses elementos e tendo a assistência social como eixo transversal do processo, Paugam caracteriza o processo de *desqualificação social* como:

O movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência. (PAUGAM, 1999, p.68).

A construção conceitual da desqualificação social empreendida por Paugam é realizada buscando compreender situações que ocorreram gradativamente em países que já conheceram razoável desenvolvimento econômico-social e, que a partir das novas etapas do desenvolvimento contemporâneo, passam a discriminar segmentos cada vez mais amplos da população. (VÉRAS, 2003).

Pode-se dizer que no caso francês, analisado mais de perto por Paugam, a desqualificação social encontra-se relacionada à crise do Estado de bem estar social, ao fenômeno da exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho e a relação dos indivíduos inseridos neste contexto com os serviços de assistência social característico do modelo francês.

Nessa conjuntura, a desqualificação social revela uma nova forma de pobreza. Os efeitos dessa pobreza dizem menos respeito a situações de carências em termos materiais, passando a estar relacionados a situações de assistência. Neste sentido, Paugam retoma as idéias de Simmel, para quem;⁷

O fato de alguém ser pobre não significa que alguém pertença a uma categoria específica de pobres. Não obstante ser um pobre comerciante, um pobre artista, um pobre empregado, mas continua se situando numa categoria definida por uma atividade específica ou posição. Nessa categoria, ele pode ocupar devido a sua pobreza uma posição que se modificará gradualmente. Mas os indivíduos que, em diversos status e ocupações, se encontram nesta situação, eles não ficam ainda reagrupados de alguma maneira numa totalidade sociológica particular, distinta da classe social à qual pertencem. É a partir do momento que passam a ser assistidos, talvez mesmo quando sua situação poderia normalmente lhe dar direito a assistência, mesmo antes desta ser concedida, que eles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza. Esse grupo não permanece unificado pela interação entre seus membros, mas pela atitude coletiva que a sociedade em sua totalidade adota em relação a ele. (SIMMEL, 1971, p.177) apud (PAUGAM, 2003, p.54).

Paugam enfatiza que neste caso, “o que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio”. (PAUGAM, 2003, p.55).

Contudo, embora o fenômeno da pobreza seja recorrente em nossa sociedade, no Brasil, em se tratando de desqualificação social a situação é diferente. A construção conceitual da desqualificação empreendida por Paugam, está atrelada a uma realidade diversa da nossa. Isso faz com que tenhamos que

⁷ SIMMEL, George. The poor, 1971. Apud. PAUGAM, Serge. Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ & Cortez editora, 2003.

adotar certas precauções quanto a sua aplicação em estudos que abordem a realidade brasileira, pois, em nosso país, não se pode fazer referência acerca da perda de um patamar social de cidadania e assistência como no caso francês. Como se vê, o fato de não termos atingido um estágio avançado de cidadania como o constituído pelo Estado Providência, deve ser considerado. Neste sentido, para que possamos ter uma maior clareza epistemológica do conceito de *desqualificação social* e, de seu uso enquanto categoria analítica aplicada ao estudo que ora realizo, é conveniente que retomemos a literatura brasileira que aborda os temas da exclusão e da pobreza.

2.2 O DEBATE SOBRE A POBREZA E A EXCLUSÃO NO BRASIL

No Brasil, o tema da pobreza e conseqüentemente da desigualdade, faz parte da agenda de pesquisas pelo menos há meio século. Estudos envolvendo a temática foram fortemente desenvolvidos por aqui entre as décadas de 1950 e 1970. Naquele momento, os pesquisadores, ao analisarem o fenômeno da pobreza recorriam na maioria das vezes, à noção de marginalidade, como se pode verificar nos trabalhos de (FORACCHI, 1982); (PEREIRA, 1971); (PAOLI, 1974) entre outros.

Para (PEREIRA, 1971), a marginalidade é uma forma específica de incorporação social. Sua argumentação procura demonstrar que as formações

capitalistas periféricas comportam em sua estrutura um contingente populacional marginal, sendo esta população uma decorrência da superabundância de mão-de-obra. Esse fato permite ao autor, caracterizar a marginalidade como realidade estrutural ligada às contradições do modo de produção capitalista numa dinâmica de participação-exclusão. Para Luiz Pereira, o desenvolvimento econômico nas formações subdesenvolvidas periféricas é um desenvolvimento excludente, que como característica apresenta um contingente de trabalhadores que participam no mercado de trabalho como ofertantes de mão-de-obra, sem serem necessariamente absorvidos.

Para Foracchi (1982), esta forma de perceber a questão, contempla respectivamente o nível econômico (fatores de produção) e o político (relações de dependência), e suas variáveis configuram e determinam a noção de marginalidade. Desta forma, as populações marginais averiguadas no campo de investigação,

aparecem para a investigação como situadas nas fímbrias ou nos limites das necessidades de consumo da força de trabalho [...] sua existência é definida pela participação-exclusão e desta perspectiva é legítima a afirmação de que a marginalidade é uma forma específica de participação e esta marginalidade ocorre tanto nos setores afluentes ou dominantes, quanto nos setores marginalizados de cada sistema econômico, global, capitalista, periférico, contemporâneo. (FORACCHI, 1982, p.12).

Contudo, esta maneira de conceber o problema da marginalidade ganhará contornos adicionais. Com Foracchi (1982), a apreensão conceitual da

marginalidade referenciada na participação-exclusão passa a não se esgotar nos níveis político e econômico. Sua abordagem sugere que:

a noção de marginalidade com conotação de participação-exclusão, não se esgota nos níveis políticos e econômicos. Ela se esclarece na medida em que a investigação seja capaz de se propor à identificação do nível cultural como expressão simbólica do econômico e do político, apreendendo, ao mesmo tempo, como esses níveis em estruturas distintas de significação [...] a participação-exclusão expressa, assim, um processo de interiorização da objetividade, ou seja, uma modalidade de experiência do campo das carências. Sob este aspecto, é menos uma definição de um enfoque segundo o qual o comportamento representa uma interiorização de uma situação objetiva. (FORACCHI, 1982, p. 12/13).

Também em Paoli, encontraremos presente tal visão. A marginalidade aqui, igualmente se traduz por um tipo de exploração da força de trabalho requerida pelo capital nas economias dependentes. A situação de marginalidade é demonstrada pelos graus de participação econômica e cultural. Aonde ele, o marginal, vem ao mundo como “um tipo humano cujo papel é de “sobra” em relação às estruturas fundamentais da sociedade em que se insere – no caso, as formações capitalistas periféricas”, Paoli (1974, p.145). Além disso, suas formulações em “*Trabalho e marginalidade*” apontam para uma oposição entre o que era reconhecido como trabalhadores assalariados e os *maloqueiros* “linguagem esta que identificava com base na maneira de morar, um tipo humano desqualificado socialmente” (Herdem, p.76).

Segundo Leal (2004), um apanhado geral sobre as teorias da marginalidade, demonstra que a noção diz respeito a vários fenômenos que

significam uma forma de exclusão dos benefícios possíveis das sociedades urbano-industriais, leia-se, baixa qualidade de moradia, serviços de saúde etc. Assim, a marginalidade é definida como carência em relação à inserção no mercado de trabalho, à proteção social e à cidadania. Ou seja, a marginalidade surge como uma insuficiência em relação à inserção no mercado de trabalho, à proteção social, à habitação, à cidadania e ao consumo.

Esta maneira de perceber o problema não se transforma completamente nas décadas posteriores, permanecendo, mesmo quando a noção de exclusão social surge com mais força no centro do debate. No Brasil, desde meados da década de 80 e mais intensamente nos anos 90, as ciências sociais passam a explorar a questão da exclusão. Naquele momento, o debate acerca do tema ganhou corpo e se intensificou fortemente, seja no meio acadêmico ou fora dele. Em alguns casos o termo se refere a situações diferenciais como: ruptura de laços sociais ou formas de inserção precárias, ou ainda, ao não acesso a bens materiais e simbólicos. As situações abarcadas pelo termo são múltiplas e distintas: “moradores de favelas, trabalhadores sem-terra, desempregados mesmo de classe média, idosos, toxicômanos, mendigos e outros são considerados como excluídos, para interlocutores diferentes” Leal (2004, p. 2).

Ponderando acerca da frequência que o termo exclusão social aparece e a diversidade de situações a que ele faz referência, torna-se difícil saber exatamente

a que ele alude. Autores como Martins criticam este uso impreciso do conceito.

Segundo suas observações, estamos presenciando uma espécie de:

fetichização da idéia de exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social; e também, entre economia e outros âmbitos de interpretação do mundo da vida [...] todos os problemas sociais passam a ser atribuídos a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de exclusão, como se a exclusão fosse um deus-demônio que explica-se tudo. Quando na verdade não explica nada (MARTINS, 1997, p. 15-16).

Assim, nosso autor critica a generalização do conceito de exclusão ao mesmo tempo em que lança as bases para a sustentação da idéia da inexistência da exclusão, em favor da idéia de contradição. Desta forma, Martins propõem que:

Rigorosamente falando não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar e sua reivindicação corrosiva. Estas reações por não se tratarem de exclusão não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. (MARTINS, 1997, p. 14).

Ao mesmo tempo, o autor observa a permanência de uma intranqüilidade teórica em relação à exclusão proveniente de uma mudança nos modos de explicá-la conceitualmente.

Na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou no desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea. (MARTINS, 2003, p.27).

Acresça-se a esta consideração o fato de que, mesmo criticando asperamente o conceito de exclusão e afirmando sua não-existência, o termo é adotado como sinônimo de pobreza. Neste caso, o que chamamos de exclusão corresponde ao que conhecemos por pobreza. Assim sendo, importa para nós atentar para a circunstância de que, ao mudarmos o nome de pobreza para exclusão podemos estar dissimulando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome mudou de forma, de âmbito e de conseqüências. Desta forma, sua conclusão consiste em demonstrar que a pobreza hoje inclui a negação subjetiva da pobreza. Mais do que privação econômica há nela certa dimensão moral, não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social (MARTINS, 2004, p.18).

Cabe aqui uma pequena ressalva. Pobreza e exclusão não podem ser concebidas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, embora encontrem-se articuladas. Desta forma,

Embora não se constituindo em sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir. (SAWAIA, 1999, p.22).

Em síntese, para Martins, apenas a idéia de excluído é insuficiente e não explica muito acerca do fenômeno. Além disso, o conceito aparece despido de uma compreensão histórica. Segundo o autor, na sociedade capitalista não

podemos versar sobre uma exclusão absoluta, ou seja, não pode haver uma sociedade capitalista baseada na exclusão, pois toda dinâmica desta sociedade baseia-se em processos de exclusão para incluir de outro modo, segundo regras e lógicas próprias.

Para Martins, é característica desta sociedade a exclusão, isto é, o desenraizamento. Este desenraizamento se constitui num processo de exclusão dos indivíduos em relação àquilo que eles eram e àquilo que eles costumam ser. Na sua ótica, o sistema precisa transformar cada indivíduo em membro da sociedade e a maneira pela qual se entra nesta sociedade ocorre de duas formas: como produtores ou consumidores de mercadorias. Desta maneira, o que deve ser analisado é a forma de inclusão na sociedade. A este processo o autor dá o nome de *inclusão precária ou marginal*. A inclusão marginal é um processo inerente à forma de produção e acumulação capitalista, que por si só já é um sistema excludente. Trata-se de um processo em que as escolhas oferecidas aos cidadãos são insuficientes para reverter o quadro de privação em que estão inseridos (MARTINS, 1997, 2003, *passim*).

Dessa perspectiva, o problema da exclusão se define na maneira encontrada pelos indivíduos para participar desta sociedade, ou seja, nas formas utilizadas pelos indivíduos para realizarem sua inserção. Neste sentido, torna-se elucidativo o exemplo das meninas prostitutas de Fortaleza. Destaca Martins:

[...] elas não são excluídas, ao contrário: elas são meretrizes justamente para ganhar o dinheiro que viabiliza sua inclusão na economia e no mercado. Com esse dinheiro elas (e suas famílias) se tornam, de algum modo, consumidoras. Porque é com o dinheiro que elas ganham na prostituição, na sua exclusão moral, que elas se incluem na economia. Elas se tornam compradoras, elas alimentam esse sistema com a prostituição infantil. Por isso o problema está em discutir as formas de inclusão, o comprometimento do caráter destes membros, das novas gerações, desde cedo submetidos a uma socialização degradante. O que a sociedade capitalista propõe hoje aos chamados excluídos está nas formas crescentemente perversas de inclusão. (MARTINS, 2003, P.124).

Em autores como Sawaia encontramos opinião semelhante. Para esta autora, estamos todos incluídos de alguma forma no circuito reprodutivo das atividades econômicas. Porém, esta inclusão nem sempre se dá de forma digna e decente, sendo que a grande maioria encontra-se inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 1999, p. 8).

Nessa direção é útil perceber que a nova dinâmica da sociedade capitalista exclui e demora a incluir.

O momento transitório da passagem de exclusão para inclusão está se transformando num modo de vida que permanece: o modo de vida do excluído que permanece que não consegue ser reincluído. E tal modo de vida compromete sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político. (VÉRAS, 1999, p.40).

Tal constatação adquire relevância, pois considero que no caso brasileiro o processo de desqualificação social surge em decorrência do modo pelo qual um contingente expressivo da população acaba por se inserir na sociedade e as

implicações desta inserção nas suas condições de vida. Ou seja, através de uma forma subordinada de integração, precária e instável: a inserção marginal. Trata-se de indivíduos possuidores de renda insuficiente, com baixa instrução, indivíduos que vivem em sub-habitações etc.

Vivenciar esta forma de inserção é, sobretudo, experimentar trajetórias, modos de vida que comprometem sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, do ponto de vista moral e político. Sawaia, ao comentar as formulações de Martins (1997) a respeito da inclusão marginal destaca que,

além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito de atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda classe. Entre esses dois mundos, há uma fratura cada vez maior e difícil de ultrapassar. (SAWAIA, 1999, p.40).

Isso equivale a dizer que o processo de desqualificação social está relacionado à convivência cotidiana dos indivíduos com um misto de situações de precariedade⁸ e vulnerabilidade⁹. Nesta dinâmica, a desqualificação social e as situações conseqüentes acabam por se correlacionar com o plano psicossocial dos indivíduos. Esta forma de inclusão, quando vivenciada no dia-a-dia, traz embutido um sentimento de desumanização ou coisificação do ser humano,

⁸ A precariedade refere-se à ausência de condições consideradas pela sociedade como minimamente necessárias ao bem-estar.

⁹ A vulnerabilidade refere-se ao déficit de capacidade dos indivíduos, grupos ou comunidades de satisfazerem suas necessidades básicas.

constituído por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de anulações e também de inclusão enganadoras (Martins, 2003,p.21).

Em face ao exposto, o conceito de desqualificação social enquanto categoria analítica aplicada a este estudo se apresenta como: o processo, onde indivíduos em situação de marginalização se revestem de um status de inferioridade social, que além de impedi-los de aprofundar um sentimento de pertencimento, serve de barreira que impede uma inserção adequada como cidadão. Em outros termos, trata-se de um processo percebido através de uma trajetória de vida (visto de forma longitudinal), onde, experiências e situações estigmatizadas são vivenciadas e interiorizadas, com efeitos negativos sobre suas condições sócio-políticas e sobre sua auto-estima.

Uma das características centrais deste processo é que o indivíduo, ao se tornar um desqualificado social perde ou não adquire qualidades que o recomendam à consideração pública. A fala da coordenadora da ASMARE (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Belo Horizonte) torna-se emblemática neste sentido. Em entrevista sobre sua vida, antes de participar da associação, a coordenadora destaca: “(...) naquela época, nós não nos considerávamos gente. A gente dizia, nós somos bicho mesmo (...)”. A superação deste patamar passa a ser desejado e buscado por aqueles que se encontram nesta situação.

Outra característica da desqualificação é que ela implica numa invisibilidade. Esta invisibilidade encontra sua melhor expressão na noção de ausência, desenvolvida por Boaventura Sousa Santos. Em “*Para Uma Sociologia das Ausências e Emergências*”, o autor desenvolve uma noção de ausência que consiste em demonstrar que o que não existe na realidade foi produzido para permanecer oculto por relações sociais injustas e predatórias. Esta constatação adquire relevância, pois implica em perceber que a ausência constitui-se num artifício, que permite a naturalização da desigualdade entre indivíduos mais qualificados e aquela população considerada desqualificada. Este artifício surge como resultado de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania de uns é distinta da de outros, assim como também são distintos seus direitos, suas oportunidades e seus horizontes.

Segundo Sawaia, a naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma (dois dos componentes centrais no processo de desqualificação social),

servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto do nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como “isso é assim e não há nada para fazer”. Por outro lado, revela também uma fragilização do vínculo societal. Tanto a atmosfera social de conformismo, como a compreensão da condição da exclusão social como fatalidade são reveladoras de processos nos quais os vínculos sociais estão no mínimo fragilizados. Este caráter natural do fenômeno vem contribuir com o denominado ciclo de exclusão, no sentido de reforçá-lo e reproduzi-lo. O estigma definido como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo no ciclo da exclusão. (SAWAIA, 1999, p. 23).

O fenômeno da desqualificação social não é exclusividade de grupos isolados, pelo contrário, situações como as apresentadas até aqui e, que via de regra podem conduzir a processos de desqualificação, são percebidos em estratos sociais diferenciados. Porém, estudos como de Juncá (1996, 1997, 2000) e Gonçalves (2005), têm demonstrado a ocorrência de uma série de situações típicas deste fenômeno no universo dos catadores de recicláveis.

A ênfase deste estudo recai sobre catadores associados. Esta opção torna-se significativa, pois da perspectiva da análise, além de representarem um momento posterior ao catador isolado, o associativismo aparece concebido como estratégia no equacionamento da situação destes indivíduos. Ou seja, uma alternativa que os qualifiquem socialmente.

2.3 QUALIFICAÇÃO SOCIAL

O tema da qualificação tem sido recorrente no campo da sociologia do trabalho.¹⁰ Inicialmente, estes estudos diziam respeito às realidades ligadas ao mercado formal de trabalho. Porém, com a emergência da reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho estes estudos mudam o foco, passando a lançar um olhar cada vez maior sobre o conjunto da força de trabalho como um todo, buscando entender não somente o que vinha acontecendo nas

¹⁰ Ver os trabalhos de Castro (1996); Hirata (1994); Leite (1996).

atividades econômicas, mas, mais do que isso, buscando compreender as complexas relações que se estabelecem entre os diferentes setores do mercado de trabalho.

A temática ao mesmo tempo ganhou relevância no domínio das intervenções, passando a ser objeto igualmente de planos de ações desenvolvidos tanto por setores governamentais, quanto em âmbito sindical.¹¹ O saldo deste conjunto de esforços teóricos e práticos tem sido expresso na necessidade de qualificar os trabalhadores (GONZAGA, 1997). Constatações idênticas foram obtidas em estudos na América Latina (IRANZO, 1997).

Segundo Neves e Leite, diante deste fato cabe de imediato o seguinte questionamento:

Existe um núcleo comum de entendimento sobre a noção de qualificação? Sabe-se que qualificação é um dos conceitos chaves da sociologia do trabalho e no seu sentido mais tradicional está ligado às exigências definidas pelo posto de trabalho nas empresas tayloristas e ou fordistas. De uma maneira mais ampla a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que o tornam capacitado profissionalmente. (NEVES; LEITE, 1997, p.11)

De maneira geral, a resposta a esta pergunta tem se limitado a evidenciar os elementos que compõem a qualificação. Do mesmo modo e de maneira derivada expressões como: qualificação, qualificação social ou profissional têm

¹¹ Em relação ao plano de ações, ver o Plano Nacional de Qualificação de Trabalhadores - PNQ, implementado no governo Lula. Anteriormente o Plano de formação de trabalhadores – PLANFOR no governo FHC. Programas da CUT como Integrar exemplifica a ação sindical.

sido utilizadas como sinônimos de um mesmo conjunto de dimensões. O que de fato diz pouco ou quase nada, quando se intenta saber o que vem a ser um processo de qualificação social.

Evidencia-se que tal abordagem acentua de forma mais intensa a dimensão cognitiva da qualificação, ou seja, as competências, habilidades ou formação necessárias à realização de tarefas laborais que exijam maior apropriação de ferramentas operacionais tais como: informática, técnicas de gestão humana e financeira entre outras. Essa abordagem aparece anunciada de maneira mais clara através da propalada competência profissional. A consequência imediata desta maneira de perceber a qualificação é o deslocamento das dimensões sociais e políticas para um segundo plano. A questão colocada nestes termos evidencia uma realidade latente da desigualdade social, a qual pode ser expressa através da relação desqualificação/qualificação. Tal realidade encontra-se presente nesse dualismo;

Manifesta-se na diferença crescente entre os rendimentos e as condições de vida de um número reduzido de trabalhadores qualificados, contratados por empresas do setor moderno da economia, e os de um setor, majoritário e em expansão, de pessoas qualificadas e não qualificadas que têm empregos precários (temporários ou de baixos salários), estão desempregadas ou trabalham informalmente.

(RODRIGUEZ, 2002, p.332).

Deste modo a desigualdade, representada e efetivada nas diferenças de condições de vida, confronta-nos com formas de inserção precarizadas

característica dos indivíduos menos qualificados por um lado, enquanto de outro lado, permite o acesso às benesses do sistema para os mais qualificados.

Contudo, é necessário que não percamos de vista o fato de que a noção de qualificação envolve dimensões diferentes e uma das mais importantes foi apontada por Kergoat (1987) onde, a qualificação é entendida como relação social. Neste sentido, ações como as do PNQ têm apontado para uma visão de construção social, contrapondo-se à idéia da aquisição de competências como processo individual ou derivado das exigências de mercado. A dimensão social de suas diretrizes remetem a valores éticos que dizem respeito à participação, a solidariedade e ao engajamento nas organizações sociais. Isso significa adotar uma postura diferente da visão tecnicista que concebe a qualificação como necessidade para o desempenho de uma atividade profissional. Visto desta forma, a qualificação passa a ser condição *sine qua non* para assegurar uma atividade produtiva decente para os trabalhadores, na pluralidade inerente à condição de seres humanos. Nesse sentido, o trabalho surge como elemento de integração social e como forma de otimizar ações que concorrem para a promoção da cidadania.

Segundo Moura (2004), entende-se perfeitamente que, hoje em dia, o desenvolvimento depende muito mais da qualidade dos fatores, que propriamente de sua quantidade. Neste aspecto, o processo de qualificação das pessoas, tornando-as capazes de desempenhar atividades cada vez mais complexas

tornou-se elemento chave, não somente na visão macro, onde a sociedade é extremamente beneficiada, mas também no aspecto micro, onde os sujeitos, depois de passarem por um processo de qualificação, passam a ter maiores chances de se integrarem ao processo produtivo e, também, como não poderia deixar de ser na própria sociedade onde vivem.

Em decorrência da argumentação apresentada, impõe-se que se procure estabelecer um conceito genérico de qualificação social que dê conta dos elementos de um processo de qualificação social, como se pretende nesta pesquisa. Desta forma, o conceito não pode ser expresso senão numa formatação multidimensional.

Assim sendo, baseado na discussão realizada até o momento, defino a qualificação social como; o processo em que indivíduos alicerçados em práticas e valores experimentam um desenvolvimento em âmbito econômico, político e social, que serve de base para que os mesmos vivifiquem os laços sociais contribuindo na satisfação de objetivos comuns, no exercício da cidadania e da capacidade de se fazer representar na esfera pública, adquirindo assim, maior autonomia como sujeitos.

Três são as dimensões analíticas fundamentais deste conceito: as práticas e valores que dizem respeito aos modos e meios, através dos quais, os indivíduos, orientam e conduzem suas ações e comportamentos com vistas à realização de

objetivos comuns; o fortalecimento dos laços sociais que implica na recuperação do enlaçamento social e do sentido de coletividade e, por fim, a autonomia que corresponde,

a capacidade e a possibilidade do indivíduo em satisfazer suas necessidades básicas, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades. (SPOSATI, 1998, p.7).

Desta forma, a autonomia além de implicar na satisfação de bens materiais e simbólicos, implica na possibilidade, aberta pelo sujeito e para o sujeito, do mesmo construir sua própria história, ou seja, ser o autor de sua trajetória.

* * *

Neste capítulo, procurei argumentar no sentido de evidenciar a existência de situações que em determinados momentos podem conduzir à desqualificação ou à qualificação. No caso da desqualificação social, ela surge, como procurei demonstrar, em decorrência de processos de inclusão marginal. Já a qualificação social pode ser obtida, como veremos adiante, por meio da adoção de práticas e de valores coletivos, os quais conduzem à reconstituição do pertencimento social e a recuperação do sentido de coletividade. Onde, “o econômico como projeto e atividade passe a ser suporte de algo mais essencial, que é a participação efetiva,

o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social” (KEMP, 2004).

Enfim, gostaria de destacar que as situações de desqualificação/qualificação não representam necessariamente o reverso uma da outra. O que ocorre em muitos casos é uma superação de adversidades, um sobrepujar de barreiras, que impedem um avanço no sentido de um desenvolvimento econômico-social. Concluindo, devo esclarecer que, a elaboração teórica de Paugam foi utilizada de forma substancial por mim até aqui. Porém, mesmo que a construção teórica desenvolvida pelo autor tenha me servido de inspiração, no que tange a elaboração do conceito de qualificação social, esta consta de uma produção pessoal, pois, convém recordar, que Paugam em momento algum discorre sobre o tema da qualificação social.

Capítulo 3

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL

A Organização Internacional do Trabalho – OIT em seu último boletim anual descortina um cenário nada alentador. Cerca de um terço da mão de obra do mundo encontra-se desempregada ou precariamente inserida no mercado de trabalho. Na América Latina e no Caribe cerca de 17,5 milhões de seres humanos estão na condição de desocupados (OIT, 2006). Contudo, o aprofundamento da crise do mundo do trabalho abriu espaço para o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores de encontrarem alternativas de geração de renda. Assim, pensar alternativas de desenvolvimento social significa pensar alternativas de acesso ao mercado de trabalho. Neste sentido, para muitos trabalhadores a economia solidária tem servido como porta de entrada.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária se coloca como um campo de possibilidades na busca de soluções para a crise social em que vivemos. As experiências de economia solidária vêm se caracterizando por apresentar um leque de possibilidades dentro de um caminho democrático participativo, impulsionando o desenvolvimento com mais justiça social e concebendo uma nova lógica para a organização da produção: a solidariedade.

Vista sob esta perspectiva, a economia solidária desponta como mais um capítulo do protagonismo associativista dos trabalhadores. Para autores como SANTOS (2002c), a economia solidária faz parte das lutas por uma globalização não-hegemônica e da indignação e resistência efetiva aos valores e as práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização. Neste sentido, a economia solidária representa uma opção política, pois desafia o capitalismo, que se baseia na desigualdade de recursos e poder, no patriarcalismo e na destruição ambiental. Pode-se depreender que o diferencial da economia solidária reside na posse coletiva dos meios de produção, na auto-gestão e nas relações sociais de produção que ela enseja. Suas origens mais remotas podem ser encontradas no século XIX, “quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas auto-gestonárias de produção” (GAIGER, 2003, p.182).

No Brasil, há um certo consenso quanto ao desenvolvimento da economia solidária. Para autores como Gaiger (2003); França Filho; Laville (2004); Singer (2000), este desenvolvimento inicia-se nos anos de 1980 ganhando impulso significativo na década seguinte. Sua emergência encontra-se relacionada ao combate ao desemprego, ao combate a pobreza e a busca de alternativas de geração de renda. O termo tem sido freqüentemente utilizado “para identificar diferentes iniciativas de grupos sociais que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004: 149). Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa da década de 1980.

Semelhantemente, no Rio Grande do Sul, a emergência da economia solidária encontra-se articulada com o surgimento e a expansão de iniciativas populares de geração de trabalho e renda, que gradativamente constituem-se em um movimento propriamente dito, com um discurso mais elaborado e com formas de organização mais articuladas e generalizadas (ICAZA, 2004).

Pensar hoje os empreendimentos econômicos solidários a partir da imersão na história dos trabalhadores, significa perceber que o “solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar”. (GAIGER, 2004a, p. 373).

Hoje, é visível a ampliação dos empreendimentos de economia solidária.

Em linhas gerais, a *ecosol*¹² em sua forma de atuação econômica

abrange diferentes setores produtivos, envolve categorias sociais as mais diversas e comporta variadas formas de organização, de grupos informais e pequenas associações a cooperativas e empresas de médio e pequeno porte. Mencionem-se as associações rurais espalhadas em várias regiões do país, os grupos coletivos de produção nos assentamentos da reforma agrária, as empresas autogestionárias, as associações de coleta e triagem de resíduos recicláveis, as cooperativas de trabalho e de crédito, entre outros. (GAIGER, 2005, p.8).

A constatação da expansão de tais empreendimentos representa uma perspectiva promissora, sobretudo no que se refere às mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho. Se no âmbito econômico os empreendimentos suscitam alguma cautela na sua análise, no âmbito da cultura possuem grande significação, afinal são experiências destacadamente educativas. (DOWBOR, 2002). Os EES em sua racionalidade diferem das empresas capitalistas, isso faz com que os seus participantes tenham que ser educados ou re-educados, pois a prática da *ecosol* exige dos indivíduos que dela participam um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Além do que, esse comportamento social conduz a um maior comprometimento com as questões públicas.

¹² Quando me referir à economia solidária utilizarei de forma genérica o termo *ecosol*, em letras minúsculas e itálico para diferenciar do Movimento da Economia Solidária também designado de Ecosol.

Semelhante opinião é encontrada em França Filho e Laville. Segundo os autores,

é exatamente nesse ponto que reside uma das vocações da economia solidária que se desenha através de certo número de experiências [...] agindo no campo da educação ambiental, como no caso das associações ou cooperativas de reciclagem de lixo, ou no âmbito da educação mais geral, como no caso dos cursinhos pré-vestibular para estudantes carentes ou ainda no campo artístico e outras atividades menos conhecidas; tais iniciativas partem da necessidade de enfrentar problemas públicos. Elas tendem a realizar, desse modo, uma dupla dimensão: aquela de um agir no espaço público, de um lado, que se articula, por outro lado, com a elaboração de atividades econômicas, que permite a geração de renda digna para aqueles que estão implicados direta ou indiretamente, na iniciativa. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004: 180).

Deste modo, a economia solidária não se limita à luta pelos meios e formas de produção, mas acrescenta ao seu contexto práticas, projetos, valores e percepções que não correspondem à lógica capitalista. Ou seja, ela acrescenta uma outra racionalidade que difere do utilitarismo do mercado capitalista.

Conforme Gaiger,

[...] as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas das formas assalariadas. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos a reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente.[...] de outra parte, a cooperação mostra-se capaz de converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos. (GAIGER, 2003: 193).

Seguindo na mesma direção, seus trabalhos recentes apontam para o fato de que,

A economia solidária não teria dado curso a um movimento social em nosso país, nem a um debate vicejante sobre o seu projeto político, se não houvessem emergido e proliferado, por diferentes e às vezes insuspeitos caminhos, diversas iniciativas de associação econômica, expressando um novo protagonismo econômico e social dos trabalhadores, ainda que escudadas por organizações igualmente díspares em sua atuação e propósitos (GAIGER, 2005: 7).

As últimas décadas têm se caracterizado pela ação conjunta de atores de movimentos sociais, agentes de políticas públicas e cidadãos politicamente ativos, na busca de uma nova ética de solidariedade que vise à superação dos níveis de pobreza e desigualdades (SCHERER-WARREN, 1996).

Dentro da pluralidade de ações que têm sido gestadas pela sociedade, tanto na esfera pública, civil ou privada,¹³ com o intuito de intervir de maneira positiva na realidade dos trabalhadores da reciclagem destaca-se as que procuram organizar os trabalhadores implementando a capacitação dos catadores para que abracem e continuem em sua atividade recuperadora de materiais recicláveis, mas em melhores condições de salubridade, onde este trabalho seja valorizado e onde possa ser agregado valor aos produtos recuperados, conseguindo-se, assim, aumentar a sua renda quando forem comercializados.

¹³ São exemplos o Programa Lixo e Cidadania - UNICEF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do Governo Federal, os diversos fóruns estaduais e municipais que tratam da área da coleta e da seleção do lixo; Programa Reciclagem Solidária-AMBEV, As Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares etc.

Esse grupo de ações cria uma importante relação com a economia solidária, dado que na área de coleta e seleção de recicláveis as opções pelas formas associativas têm sido fomentadas e estimuladas por tais programas, caracterizando-se como principal opção para o equacionamento da falta de trabalho e renda e diminuição dos processos de marginalização social a qual tais grupos encontram-se submetidos diminuindo assim o seu déficit de cidadania.

Segundo Souza, J.R. (2005), a multiplicação de EES no campo da reciclagem se deve a ação de entidades religiosas, ONGs e Poder Público, que na busca de saídas para os problemas enfrentados pelos trabalhadores investiram em soluções coletivas que articulavam a geração de trabalho e renda com as questões ambientais. A consequência desta articulação foi à intensa participação destes trabalhadores no debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos que resultou não só no reconhecimento como categoria profissional na CBO, mas também, na escolha dos mesmos como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos.

Conforme dados divulgados pelo Atlas da Economia Solidária, encontramos em todo território brasileiro EES cuja atividade destina-se a coleta e a seleção de recicláveis. O mapa abaixo identifica as regiões de maior e menor incidências da atividade no país, apontando para as regiões sul e sudeste como as de maior concentração.

Mapa dos EES de Coleta e Reciclagem no Brasil

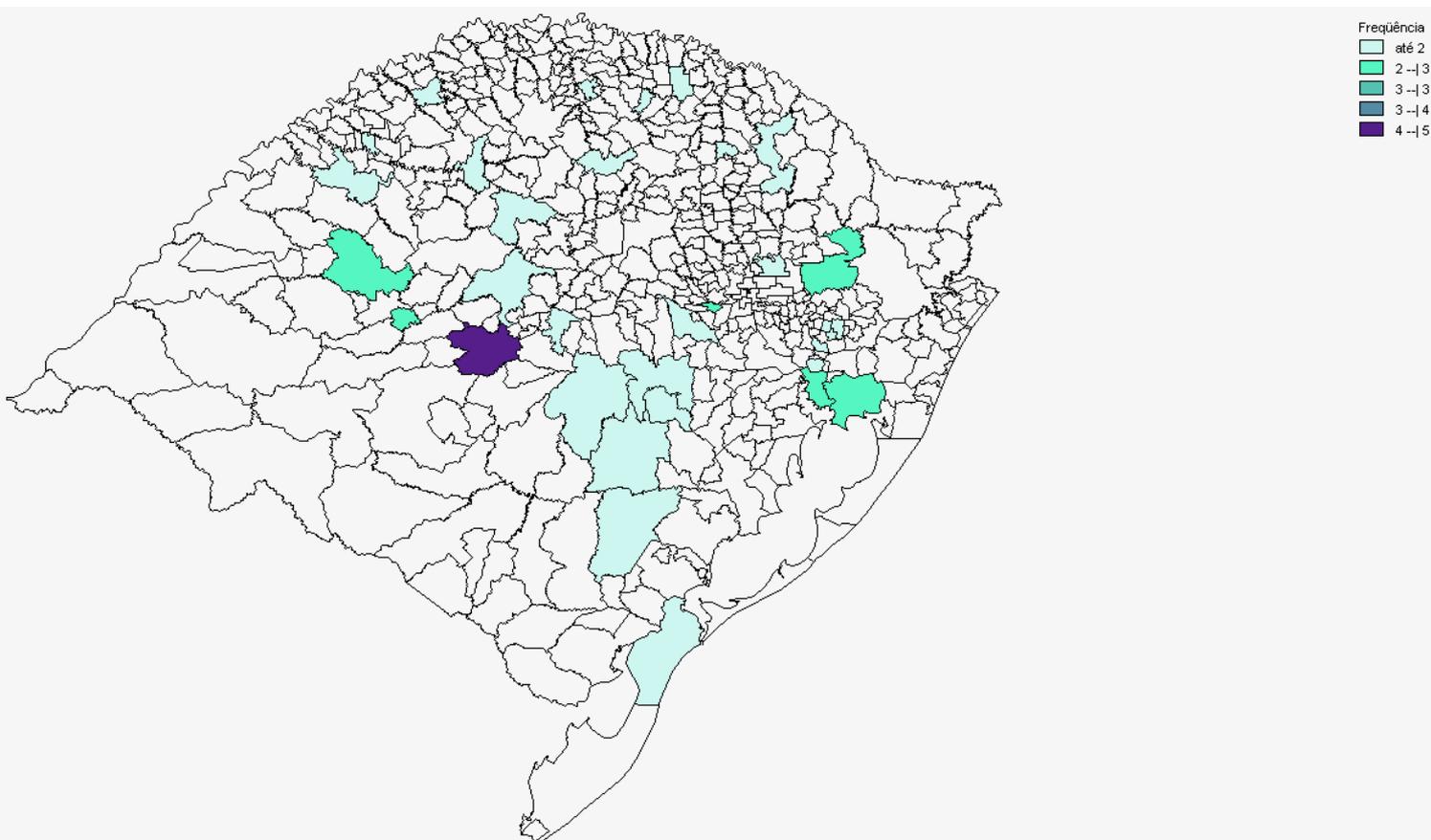


Fonte: Atlas da Economia Solidária - MTE/SENAES (2006).

No Rio Grande do Sul, segundo relatórios do SIES ¹⁴ foram cadastrados 98 EES atuando na área de coleta e seleção de recicláveis. Apresentam a seguinte distribuição dentro do território rio-grandense;

¹⁴ A economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES, tem desenvolvido um conjunto de ações visando o fortalecimento dessa realidade. Dentre elas destacam-se, o Mapeamento da Economia Solidária que se caracteriza por ser uma iniciativa que busca identificar e caracterizar tais formas de organização. Nesse processo, foram coletadas variadas informações sobre os EES. Todas essas informações constituem o Sistema Nacional de

Mapa dos EES de Coleta e Reciclagem no RS



Fonte: Atlas da Economia Solidária – MTE/SENAES (2006).

3.2 A HIPÓTESE DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL

Como assinalado nos capítulos anteriores, minha opção de estudo recai sobre os recicladores associados que optam por um EES como alternativa no equacionamento de sua situação, e aos processos decorrentes desta opção. Para tanto, parto da assertiva de que a realidade social destes atores não é um dado

Informações da Economia Solidária – SIES, que tem dentre seus objetivos identificar e demonstrar as potencialidades e as dificuldades da economia solidária no país.

acabado. Ela se constitui diariamente como a resultante de uma dinâmica, onde os atores interagem, estabelecendo relações entre si e a sociedade, com a finalidade de adquirirem uma condição cidadã e serem reconhecidos como cidadãos de direitos. Dentro da dinâmica que compõe minha hipótese de trabalho, a Economia Solidária representa um espaço de qualificação social.

A economia solidária apóia-se em valores e práticas como solidariedade, cooperação, democracia e autogestão, através dos quais, busca organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais, convergindo para a valorização social do trabalho humano. Dito de outra forma, tais valores e práticas são adotados com a finalidade de construir relações sociais igualitárias, que coloquem o ser humano em primeiro lugar, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido, Gaiger tem ressaltado que

as experiências de economia solidária incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, formando uma "competência cívica subjetiva", ao mesmo tempo em que favorecem a articulação e a agregação de interesses em âmbito mais amplo. Eles operam, portanto, no sentido de converter a confiança cevada no convívio cotidiano, nas relações de proximidade, em confiança social.(GAIGER, 2005:11).

Em função do exposto e considerando o objeto deste trabalho sustenta-se aqui a hipótese de que a adesão e a incorporação das práticas e valores da Economia Solidária, por parte dos sujeitos, constitui-se em um processo de qualificação social que repercute em dois processos interligados, porém distintos. O primeiro diz respeito a um maior acesso à renda e a um fortalecimento dos

laços sociais através dos quais os atores tenderiam a romper com a relação de dependência social. Neste sentido, Gaiger tem enfatizado que

a separação moderna entre vida material e vida social, de par com a redução das condutas esperadas na primeira à utilidade, conduziu ao esvaziamento dos laços sociais, parece ter gerado igualmente um efeito de revalorização do vínculo, uma necessidade e uma busca às vezes angustiante de intercâmbio e reconhecimento (GAIGER, 2005, p.2).

Deste fato decorre o segundo processo, que diz respeito a uma maior interlocução no espaço público, onde se desenvolveriam processos de reconhecimento social nos termos de uma gramática de conflito moral, como as descreve Honneth (2003).

Como consequência destes processos, os atores passariam a apresentar uma maior interação com os extratos intermediários da sociedade, aumentando assim, a possibilidade de aquisição e de acesso a bens materiais, simbólicos e serviços. Ou seja, uma maior apropriação dos benefícios sociais característicos da cidadania, que permitiria a estes atores se reconhecerem como cidadãos de direitos. Seguindo nessa direção, os estudos de Gaiger têm indicado que o maior grau de solidarismo interno nos EES,

corresponde também a maior envolvimento com as necessidades locais e com os problemas sociais em geral. Se os valores e a vivência da partilha formam a base psicossocial do grupo empreendedor, estimulando iniciativas em prol da comunidade, a mesma identidade o projeta na arena social, fortalecendo sua capacidade de disputar recursos e auferir dividendos no mercado das políticas públicas e da economia solidária. (GAIGER, 2005:12).

Neste sentido, adquire relevância atentarmos para a estreita relação entre o reconhecimento social e a cidadania. Sendo o primeiro um elemento fundamental para a conquista da segunda. Assim, apresentarei brevemente alguns elementos teóricos que darão sustentação a essa afirmação. Para tal, irei recorrer entre outros a obra de Axel Honneth (2003) e posteriormente trabalharei com aspectos relativos à cidadania, relacionando-os com a questão dos catadores de recicláveis.

Axel Honneth é um representante da Escola de Frankfurt que busca reconstruir a teoria crítica com base em uma teoria do reconhecimento. Para tanto, Honneth busca inspiração em dois autores, Hegel e Mead. Em Hegel, nosso autor encontra no conceito de luta por reconhecimento os elementos para desenvolver um conceito de luta moralmente motivada que permita reproduzir a noção de conflito.

De maneira complementar as formulações de Hegel, Honneth recorre à psicologia social de George Mead, onde encontra um conceito intersubjetivista de pessoa que, além de apropriado às formulações de Hegel pode funcionar segundo Silva, J.P (2000), como um corretivo aos propósitos idealistas deste último.

Assim, com base nestes dois autores, Honneth desenvolve uma tipologia formada por três formas distintas de reconhecimento:

- As relações primárias, cujas formas de reconhecimento são o amor e a amizade;

- As relações legais, cuja formas de reconhecimento são as identificadas com os direitos;
- As comunidades de valor, cuja forma de reconhecimento é a solidariedade.

Para cada uma destas dimensões existe uma relação prática do sujeito com o self, relações que são definidas respectivamente como autoconfiança básica, auto-respeito e auto-estima.

Para Honneth, a possibilidade de formação de indivíduos autônomos depende do desenvolvimento dessas três formas de relação com o self. Por outro lado, essas formas de relação com o self só podem ser adquiridas mediante o reconhecimento de outros (SILVA, J.P, 2000). Podemos dizer que o sujeito deve ter suas qualidades e capacidades reconhecidas e legitimadas pelos outros de forma que o sujeito, sentindo-se reconhecido, disponha-se a reconhecer também o outro em suas singularidades.

Retomando a questão das relações entre o sujeito e o self, destaque-se que estas relações são criadas e mantidas por meio de lutas sociais. Lutas essas que não se limitam a conflitos em torno de interesses, mas são lutas por reconhecimento. Por fim, cada uma destas formas de reconhecimento contém um potencial para o conflito, pois são geralmente motivadas por formas de desrespeito, a citar:

- O desrespeito à integridade física;
- O desrespeito à integridade social;
- O desrespeito à dignidade;

Cada uma destas formas de desrespeito corresponde a uma forma de reconhecimento citados anteriormente.

Para autores como Habermas (1998), a exigência de respeito visa não só à igualdade das condições de vida, mas também a proteção da integridade das formas de vida que os membros de grupos que foram discriminados podem reconhecer-se a si próprio.

No cotidiano dos catadores encontramos continuamente as formas de conflito social motivadas pelo desrespeito. Assim, o insulto e a falta de autonomia gerada pela não-participação no exercício do poder e a degradação, aparecem como violação respectivamente da autoconfiança, do auto-respeito e da auto-estima. Para Honneth, esses conflitos emergem onde as formas de vida tornam-se intoleráveis.

Quando retornamos à realidade dos catadores estas formas de desrespeito tornam-se mais evidentes. Passarei então a exemplificar, com base no cotidiano destes sujeitos, situações onde se evidenciam tais formas de desrespeito.

Na dimensão do desrespeito a integridade física podemos citar como exemplo, os óbitos de crianças, em geral antes de seis meses de vida, e a interrupção brusca de gestações provocadas ou não. Para mães, principalmente as que constituem a base do sustento de suas famílias, o trabalho mais leve, pelo menos no final da gravidez, ou o repouso pós-parto são realidades desconhecidas. Muitos problemas de saúde não chegam a ser objeto de atendimento médico por falta dos meios para fazê-lo.

Na dimensão do desrespeito a integridade moral e do desrespeito à dignidade, estudos como o de Juncá demonstram que a visão predominante na sociedade identifica a atividade de catador como degradante, de maneira pejorativa, quem trabalha com refugo humano, com o resto, com ele se confunde. Assim, os recicladores vão recebendo novos rótulos e com eles vão acumulando novas marcas de desqualificação social. Em São Paulo, são chamados de reviradores de lixo, vira latas humanos; e em Pernambuco, são chamados de homem-gabiru, numa associação ao rato que vive do lixo, procria velozmente, produz repugnância e mostra o lado sujo do ambiente (JUNCÁ, 1996)

Conforme esta autora, a desvalorização não está presente apenas em quem está fora do lixo:

Já contaminou, em algum momento, vários dos catadores que a princípio, relutaram em ingressar em tal atividade. Sua fala aponta para uma vergonha inicial seguida de uma aceitação: [...] “quando eu fiquei

desempregado e vim para o lixo, tinha a maior vergonha. Ficava por aqui, olhando, às vezes catava só papelão e dava para outras pessoas. Até que um dia achei uma caixa cheia de lingüiça. Era da boa. Deu para o mês todo. Aí eu falei : epa o negocio é ficar por aqui mesmo". (JUNCÁ, 1996: 117).

Esses sujeitos se deparam com toda a sorte de dificuldades na luta diária pela sobrevivência, reforçando assim, uma triste probabilidade de se tornarem agentes ativos e passivos de uma realidade onde a violência social é a tônica. Quando se trata de crianças e adolescentes, essa situação é agravada pelo fato destas serem oriundas de famílias sócio-economicamente fragilizadas, sem condições de lhes oferecer uma inserção social adequada, assim como perspectivas de futuro.

Os rótulos e estigmas que os catadores acumulam os desqualificam cada vez mais como pessoas, e também para a vida em sociedade. Um retrato de preguiça, indolência e marginalidade lhes é atribuído por uma fala originária de outro lugar. (JUNCÁ, 1997). Para autores como Taylor (1998), a exigência de reconhecimento adquire premência, pois o reconhecimento incorreto dos outros pode conduzir uma pessoa ou grupo de pessoas a serem prejudicadas, sendo alvo de uma distorção, quando eles refletem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo deles mesmos. A premissa por trás desta exigência é a de que os grupos dominantes consolidam sua hegemonia inculcando uma imagem de inferioridade nos grupos subjugados.

Considerando esse último aspecto, adquirem relevância as análises de Santos (2002, 2004), em relação às lógicas de produção da não-existência, ou existência desqualificada. O autor analisa as lógicas de produção da não existência, como a lógica da classificação social. Nela, categorias sociais que naturalizam hierarquias, assimetrias entre raças, sexo e classes sociais assumem caráter natural. Como consequência, quem é inferior não pode se tornar alternativa credível para quem é superior.

O saldo da discussão empreendida até o momento acerca da noção de reconhecimento, indica existir uma equivalência entre os efeitos dos déficits de reconhecimento e do processo de desqualificação social apresentado no capítulo 2 deste trabalho. Ou seja, a ausência de reconhecimento produz sobre as bases psicossociais dos sujeitos efeitos similares aos sentidos por quem vivencia um processo de desqualificação.

Como indiquei anteriormente, a desqualificação social corresponde ao processo onde indivíduos em situação de marginalização se revestem de um status de inferioridade social, que além de impedi-los de aprofundar um sentimento de pertencimento serve de barreira que impede uma inserção adequada como cidadão. Em outros termos, trata-se de um processo percebido através de uma trajetória de vida (visto de forma longitudinal), onde experiências e situações estigmatizadas são vivenciadas e interiorizadas com efeitos negativos sobre suas condições sociopolíticas e sobre sua auto-estima. Assim, tanto o

processo de desqualificação, como os déficits de reconhecimento apresentam conseqüências negativas para os indivíduos ao refletir uma condição de inferioridade.

A inferioridade social quando tematizada em relação ao cotidiano dos catadores e a sua busca por uma inserção adequada como cidadão revela que, tanto os déficits de reconhecimento quanto a desqualificação social impedem a aquisição da cidadania. Contudo, como irei abordar adiante, existe na noção de reconhecimento um potencial para o conflito, suscetível de conduzir a conquista da cidadania e a superação da desqualificação.

3.3 O RECONHECIMENTO SOCIAL COMO CONDIÇÃO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Conforme Carvalho (1983), a conquista da cidadania é um problema complexo. Segundo o autor, no Brasil pós-ditadura militar, tem-se intensificado as reivindicações entorno da cidadania plena. Segundo Marshall (1967), a noção de cidadania é formada por três elementos analiticamente distintos: civil, político e social. A cada um destes elementos corresponde um conjunto de direitos. A saber, a cidadania civil é formada pelos elementos necessários à liberdade individual, a cidadania política é formada pelos direitos de participação no governo da sociedade, a cidadania social garante a participação na riqueza coletiva, o que inclui os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, a salários justos e a uma vida

digna. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo.

Segundo Jessé Souza,

No Brasil, com as suas grandes desigualdades sociais e sua conseqüente naturalização, marginalização de massas [...] as dificuldades de consolidação de uma ordem democrática e de um mercado competitivo eficiente, teria como conseqüências a subcidadania para a maior parte da população e o abismo material e valorativo entre classes e os grupos sociais que compõem a nossa sociedade. (SOUZA, 2004).

Para Honneth (2003), quando as possibilidades de reconhecimento são negadas aos sujeitos, esses reagem com os sentimentos morais que acompanham a experiência do desrespeito (perda de auto-estima, indignação etc.), estes acabam se tornando fonte de protestos e resistência a serem articuladas em uma esfera pública, naqueles termos propostos por Habermas (1984).

Tratando-se da conquista da cidadania, uma das considerações principais é que cada grupo deve poder desfrutar do direito de ter iguais oportunidades e recursos ao seu exercício (Costa; Werle, 2000). Neste sentido, o acesso a bens materiais, simbólicos e serviços passa a ser requisito para o exercício da cidadania.

A promoção da cidadania via demandas públicas dos sujeitos em uma esfera pública, exige processos de legitimação e reconhecimento social. O reconhecimento e a legitimidade dos interlocutores é requisito não apenas da convivência democrática, em geral, mas especialmente na esfera pública, como espaço de conflito que tem a argumentação, a negociação, as alianças e a produção de consensos possíveis como seus procedimentos fundamentais (DAGNINO, 2002; 2005).

As formulações de Honneth (2003), introduzem um elemento dinâmico na teoria crítica: a luta moralmente motivada. Essa constatação é promissora, pois quando formulada em termos de conflito aproxima-se de estudos desenvolvidos aqui no Brasil. Refiro-me ao trabalho de Telles (2001) sobre a questão social brasileira. Para essa autora é

através do conflito que os não iguais impõem o seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam submissos, numa diferença sem equivalência possível. É nele, portanto, que se decifra o enigma dos direitos, enquanto conquista de reconhecimento e legitimidade, sem o que a cidadania formulada nos termos da lei não se universaliza e não tem como se enraizar nas práticas sociais (TELLES, 2001, p.30).

Quando aproximamos esta discussão do estudo de Kemp, percebemos que os EES apresentam uma lógica que difere da lógica do capitalismo, segundo esta autora, nos EES

o econômico enquanto projeto e atividade passa a ser suporte de algo mais essencial, que é a participação efetiva, o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social. O enlaçamento social e o sentido de coletividade destruído pelos processos de marginalização e exclusão social provocados pela crise econômica, são recuperados nos processos associativos da economia solidária. (KEMP. et al, 2004, p. 2).

Nessa mesma direção, os estudos desenvolvidos por Gaiger demonstram que,

as experiências de economia solidária sinalizam traços de protagonismo: de um lado ao adotarem o princípio de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos, em linha de ruptura com a lógica dominante de produção de bens e com divisão de produção de bens e com divisão de produção e apropriação dos meios dos frutos do trabalho; de outro lado ao não reprisarem, em seu âmbito interno e no seu perímetro social, condutas alimentadoras da dualização social. A economia solidária instituiria uma racionalidade sócio-produtiva orientada em princípios igualitaristas, quanto a repartição da riqueza material, do poder e dos bens culturais (GAIGER, 2006, p.1).

O desdobramento desta questão implica explorar as conexões existentes entre as relações de trabalho, o mercado e seus efeitos na produção da subjetividade, a partir da contraposição de elementos como competitividade e individualismo, solidariedade e associativismo e suas conseqüências na constituição de subjetividades. Ou seja, as experiências de *ecosol* além de romper com as relações sociais de produção próprias do capitalismo, buscam difundir na sociedade outros valores éticos e modos de conduta social.

Neste sentido, o estudo empreendido pela colega Aline Mendonça Santos (2004), sugere que, a vivência nos EES tende a promover mudanças nos comportamentos dos trabalhadores, passando os mesmos a serem mais participativos e solidários. Em outras palavras, percebe-se nos trabalhadores uma mudança na maneira de pensar o trabalho e tudo mais que o cerca. Contudo, o alcance das mudanças de comportamento varia de empreendimento para empreendimento, sendo condicionadas por fatores como: tempo de participação no empreendimento ou nível de desenvolvimento organizativo.

Por fim, no plano das subjetividades adquire relevância destacar os debates realizados na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006. Nela, reafirmou-se o compromisso da Economia Solidária com concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (SENAES, 2006). Neste sentido, o movimento social da economia solidária guarda em seu seio o germe para a produção de uma nova subjetividade, capaz de romper com a razão indolente como buscarei evidenciar através dos dados da pesquisa.

* * *

Neste capítulo, procurei realizar uma breve apresentação da *ecosol*, suas práticas e valores e sua emergência no Brasil. Busquei também evidenciar a

relação existente entre a *ecosol* e o universo da reciclagem. Apresentei minha hipótese de trabalho, segundo a qual, a economia solidária através de suas práticas e valores caracteriza-se como um processo de qualificação capaz de superar processos de desqualificação social, bem como a implicação desta qualificação com processos de reconhecimento social. No próximo capítulo, procederei à apresentação da metodologia do estudo comparativo desenvolvido no presente estudo.

Capítulo 4

METODOLOGIA DESENVOLVIDA NA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar o universo desta pesquisa. Assim, irei discorrer nas próximas páginas sobre os meandros do estudo: quem são os participantes da pesquisa, quais critérios me conduziram a definir a favor de uns em detrimento de outros, quais as opções que eu tinha em termos de empreendimentos e indivíduos para pesquisar, bem como as opções em termos de métodos e técnicas utilizados e, por fim, quais foram as dificuldades metodológicas encontradas durante o estudo.

Inicialmente é oportuno recordar que a finalidade empírica deste estudo é verificar a hipótese apresentada no capítulo anterior, onde proponho que a economia solidária a partir da adesão a suas práticas e valores se configure em um processo de qualificação social capaz de superar processos de desqualificação social. Ou seja, verificar a possível passagem de uma situação de *desqualificação social* para uma situação de *qualificação social* e, a partir desta última, auferir seus efeitos na construção da cidadania.

Minha experiência profissional ¹⁵ possibilitou-me o conhecimento da dura realidade vivida por muitas famílias que retiram seu sustento das ruas e dos lixões de norte a sul do país. No desenvolvimento destas atividades deparei-me, em alguns momentos, com descrições pessoais que chamavam minha atenção. Alguns indivíduos ao relatarem sua trajetória pessoal apresentavam discursos diferenciados. Esses relatos evidenciavam um sobrepujar das dificuldades e das desqualificações. Entre os sujeitos que proferiam tais relatos havia em comum o fato dos mesmos fazerem parte de um EES, tal constatação foi fundamental na formulação de minha hipótese de trabalho.

4.1 A OPÇÃO POR UM ESTUDO COMPARATIVO

Inicialmente planejava realizar um estudo de caso-mulcaso conforme define Yin (2004). Entretanto, a partir da banca de qualificação percebeu-se que a opção por um estudo comparativo seria mais apropriada. O professor José Luiz Bica de Mello, que participou da banca de qualificação, chamou-me atenção para as dificuldades na realização de um estudo de casos múltiplos. A falta de tempo

¹⁵ Desenvolvo atividade como educador junto ao Programa Auxílio Solidário – PAS no município de São Leopoldo. Trata-se de um programa de inserção produtiva, onde trabalhadores em situação de vulnerabilidade são reunidos em grupos de 30 trabalhadores com o objetivo de formar coletivos de trabalho. Para dar conta deste objetivo são realizados encontros de formação que contam com módulos de educação cidadã e organização coletiva do trabalho com ênfase na economia solidária. A mim cabe a tarefa de ministrar a formação para a cooperação e consolidar processos de constituição de cooperativas. Registre-se ainda minha participação em trabalhos de consultoria para o Fundo das Nações Unidas Para Infância – UNICEF. Tratou-se de uma consultoria desenvolvida pela Prof. Ivete Keil onde se buscava verificar a efetividade das ações desenvolvidas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, onde as crianças pesquisadas em sua totalidade eram originárias de famílias que retiravam seu sustento da atividade de catação, muitas delas realizadas em lixões.

para poder acompanhar os grupos de trabalhadores ao longo de alguns anos, e assim, verificar o possível desenvolvimento qualitativo desses trabalhadores seria a principal dificuldade. Da mesma forma, o professor Bica destacou que a riqueza do trabalho residiria na comparação entre os diferentes sujeitos dos empreendimentos e a suas possíveis diferenças.

Assim, optei em conjunto com o professor Gaiger pela realização de um estudo comparativo. Procedendo através da comparação de situações diferenciadas pretender-se-ia evidenciar um desenvolvimento contínuo dos sujeitos em termos de qualificação social. O raciocínio que está por trás desta idéia é de que, mesmo considerando-se as diferenças que caracterizam cada sujeito e a maneira como as situações são vividas, a adesão às práticas e valores da *ecosol* conduziriam a certa homogeneidade em seus efeitos. É como se fosse possível distinguir o *sujeito A*, e dizer que depois de certo tempo, o mesmo corresponderia ao *sujeito B*.

O estudo comparativo enquanto estratégia de pesquisa adquire interesse, pois reside na ultrapassagem da unicidade e na constatação de regularidades ou de constantes entre organizações cujas semelhanças e dessemelhanças são analisadas, pois elas permitem analisar as relações entre uma gama múltipla de variáveis (Bruyne, 1991). Antes de tudo, a comparação é um modo de conhecer e descrever e pode ser considerada como um modo de fazer pesquisa, um modo

que é utilizado com os mais variados objetos de investigação, do mais simples ao mais complexo.

Considerando o objeto desta pesquisa verifica-se a necessidade de obtenção de informações variadas que dêem conta da multiplicidade de situações e de vivências experimentadas pelos atores e ainda, considerando o número de situações a serem analisadas a opção pelo estudo comparativo mostrou-se a mais adequada.

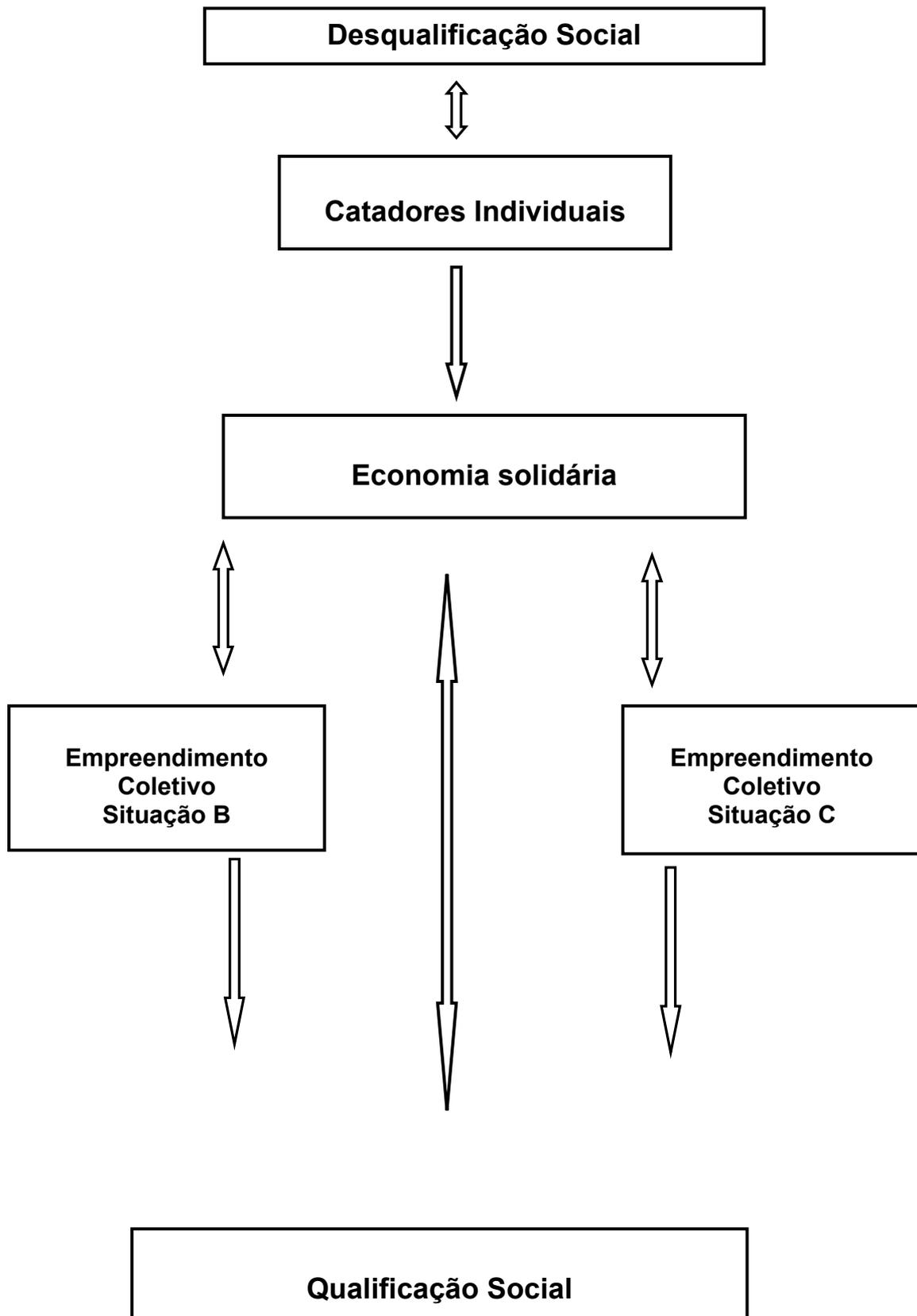
A comparação de um pequeno número de casos similares permite, melhor do que um único caso teorizar a respeito da própria organização. O estudo comparativo de casos emprega uma linguagem de conceitos e categorias para apreender os fatos. Tal abordagem de natureza qualitativa, contribui, por um lado, para elaboração de tipologias que estão ligadas ao mesmo tempo aos resultados da pesquisa empírica e as exigências da teoria [...] a comparação pode se efetuar de forma a não mostrar apenas situações de antes e após uma mudança, mas os próprios processos de mudança em suas diversas fases. (Bruyne, 1991).

Segundo Rebughini,

De acordo com seu uso metodológico e epistemológico, o método comparativo permite obter explicações, descrições ou compreender melhor a formação dos significados e do sentido nos fenômenos sociais. Comparar dois ou mais objetos significa, de fato, colocar em evidência as suas recíprocas peculiaridades e a relação que intercorre entre os fenômenos sociais e a especificidade do contexto nos quais se verificam. (Rebughini, 2005: 238).

Para dar conta dos objetivos da pesquisa através de um estudo comparativo, optei por um processo de análise a partir de três situações distintas e dispostas em um gradiente. Considerem-se as situações A, B e C.

No primeiro caso, a situação A, deveria constar de um grupo de catadores de material reciclável individual, ou seja, aqueles que catam nas ruas isoladamente sem constituírem uma associação de trabalho, são indivíduos que não optaram pelo trabalho associativo como solução para suas dificuldades. Os casos B e C deveriam ser associações ou cooperativas que tivessem uma certa trajetória dentro da economia solidária, mas que apresentassem níveis de desenvolvimento e resultados práticos diferenciados. Desta forma, este trabalho analítico de situações diferenciadas busca confrontar diferenças e semelhanças de cada situação, tendo em vista a verificação da hipótese da qualificação social. Esta opção metodológica pode ser melhor visualizada a partir do esquema abaixo.



Pelo fato de cobrir uma ampla gama de informações, o estudo comparativo pode recorrer a várias técnicas de coleta de dados. Assim, para dar conta do nosso objeto utilizar-me-ei de entrevistas qualitativas.

A entrevista qualitativa se refere a entrevistas do tipo semi-estruturadas com um único respondente (a entrevista em profundidade) ou com grupo de respondentes (o grupo focal). [...] a compreensão dos mundo da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição sine qua non da entrevista qualitativa (Gaskell, 2004:64).

Como referi anteriormente, a realidade social dos atores que trabalham na reciclagem não é um dado natural. Resulta daí, que esta realidade decorre das interações que estes atores realizam entre si e sua situação. Partindo desta constatação e da necessidade de descrever os efeitos subjetivos que as situações e experiências ocasionaram aos sujeitos que as vivenciaram, o uso da entrevista mostrou-se o mais adequado, pois

o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações (Gaskell, 2004: 65).

Assim, a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para a compreensão das relações sociais entre os sujeitos e sua situação (Gaskell, 2004). As entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa foram do tipo semi-estruturada, onde eu seguia um roteiro ¹⁶ pré-estabelecido, mas que ao

¹⁶ Ver anexo 1 neste trabalho.

mesmo tempo me deu flexibilidade para avançar em questões que surgiram no decorrer das entrevistas.

Objetivamente, os outros recursos metodológicos que utilizei na pesquisa me forneceram uma gama variada de informações sobre os sujeitos e empreendimentos pesquisados. Esse leque de informações permitiu-me realizar comparações entre os sujeitos do empreendimento A e B, entre os sujeitos do mesmo empreendimento e comparar os empreendimentos entre si. Assim, comparei dados que dizem respeito as bases econômicas: renda mensal, capacidade de consumo etc. Ao desenvolvimento social, fundamentalmente a vivificação dos laços sociais e o enfrentamento aos estigmas. As bases políticas, o engajamento e a participação comunitária, movimentos sociais etc., além da apropriação dos benefícios públicos. Para tanto, o roteiro de entrevista foi elaborado de maneira que as respostas me propiciassem uma visão da vida desses sujeitos antes e depois de fazerem parte dos empreendimentos.¹⁷

Como técnica complementar fiz uso da observação participante. Para Becker (1999), o cientista social que realiza o estudo de uma comunidade ou organização, tipicamente utiliza-se do método de observação. A observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja a existência o investigador pode não ter previsto. Neste sentido, a observação participante

¹⁷ No caso dos catadores individuais verifica-se como foi essa vida antes e depois de iniciar a atividade de catação.

consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí se dizer, que por meio da observação participante se pode chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Paralelamente à observação participante, destacamos o uso do diário de campo, que segundo Neto,

[...] esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um "amigo silencioso" que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas. (Neto, 1994, p.63) apud (SETÚBAL, 1999, p. 52).

Para dar conta dos objetivos propostos neste estudo foram realizadas diversas visitas regulares aos empreendimentos durante o período de janeiro de 2006 a novembro de 2006.

Finalmente, com o propósito de elaborar o perfil sócio-econômico dos grupos participantes da pesquisa empreguei um questionário descritivo.¹⁸ O uso do questionário permitiu-me estabelecer algumas diferenças significativas entre os empreendimentos, diferenças essas que a princípio não se encontravam evidentes.

¹⁸ Ver anexo 2 neste trabalho.

No tratamento dos discursos reunidos pelas entrevistas empreguei o método de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a "discursos" extremamente diversificados. Seu objetivo consiste na manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1995).

Por sua vez, a análise de conteúdo divide-se em dois tipos: qualitativa e quantitativa. A característica da análise qualitativa é a inferência ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.) e, a partir disso, descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação, enquanto que, na análise quantitativa o determinante é a frequência com que o índice se apresenta no discurso. Segundo Setúbal,

A análise de conteúdo tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais e, como produto, um conhecimento não linear, por conseguinte não espasmódico, já que sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo, onde o tempo e a circularidade da comunicação são considerados significativos. Constitui-se outra forma de olhar para as comunicações que, dependendo da postura teórica, política e cultural do pesquisador, poderá conduzir a produção de um novo conhecimento, onde a história e a cultura se fazem presentes. (SETÚBAL, 1999, P. 59).

A organização da análise de conteúdo envolve 3 fases: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, a análise e a interpretação dos resultados.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Aqui, o pesquisador busca tornar operacional as idéias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. A exploração do material consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumerações, em função de regras previamente formuladas. Por fim, a interpretação dos resultados. Nesta fase os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos. O analista, tendo a sua disposição resultados significativos pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas. Por outro lado, os resultados obtidos podem servir de base a outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas ou práticas (BARDIN, 1995).

4. 2 AS SITUAÇÕES E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A seleção dos participantes da pesquisa realizou-se considerando-se alguns critérios. Na seleção dos catadores individuais o critério principal foi a possibilidade de acesso a esses trabalhadores. Assim, os catadores individuais foram selecionados no município de São Leopoldo na grande Porto Alegre. A escolha se deve ao fato de eu desempenhar atividade profissional junto a prefeitura deste município. Desta forma, foram selecionados aleatoriamente três catadores que estão ingressando em uma experiência de trabalho associativo. A opção tornou-se significativa, pois me proporcionou acompanhar in-loco o início

destas pessoas em uma cooperativa de reciclagem e as dificuldades encontradas por elas em decorrência desta opção. Trata-se de pessoas que foram removidas de uma área central no município, a avenida Imperatriz Leopoldina, para uma área periférica da cidade, a vila Santa Marta no bairro Campina. Cabe esclarecer que em virtude destas pessoas desenvolverem a atividade de catação e diante da impossibilidade de continuar realizando-a nos locais de costume, foi ofertado por parte da prefeitura municipal uma vaga no programa e conseqüentemente o acesso a cooperativa que assumiu o galpão de reciclagem do município. Abaixo, realizarei uma breve apresentação desses participantes.

A primeira entrevistada foi a Lúcia,¹⁹ 49 anos, divorciada, natural do município de Espumoso no interior do estado do Rio Grande do Sul. Deixou o campo em 1979 vindo para Sapucaia do Sul no Vale dos Sinos cuidar de um sobrinho recém-nascido, filho de sua irmã mais velha. Não mais retornou ao campo e desenvolveu uma carreira de trabalho em empresas calçadistas até meados da década de 1990. A partir de 1998, movida pela necessidade e pela dificuldade de conseguir emprego começou a realizar a atividade de catação que perdura até os dias atuais.

A segunda entrevistada foi a Carmem, 19 anos, natural do município de São Leopoldo, tentou conseguir um emprego regular sem obter sucesso, cuidou

¹⁹ Todos os nomes dos participantes foram alterados para evitar a identificação dos mesmos e, conseqüentemente, algum tipo de constrangimento.

de crianças por um ano e a dois anos tem na atividade de catação a forma de sustento.

A terceira entrevistada foi a Matilde, 21 anos, natural de São Sebastião do Caí. Quando era criança trabalhava com os pais auxiliando no corte de mato. Casou-se e virou dona-de-casa. Com a dificuldade do marido em conseguir trabalho²⁰e, diante do despejo da casa onde moravam, resolveram vir para São Leopoldo, visto que os pais de Matilde já tinham vindo anteriormente. Chegando à São Leopoldo encontrou seus pais vivendo da catação e desde 2002 Matilde realiza a atividade de catação para o sustento da família, enquanto o marido realiza biscates.

Na seleção dos empreendimentos que iriam fazer parte deste estudo o primeiro critério utilizado foi que eles apresentassem momentos de desenvolvimento diferenciados - econômicos, administrativos e de relacionamento com a Ecosol - para que eu pudesse compará-los.

Um critério secundário utilizado por mim foi escolher dentre empreendimentos que integram a Unisol. A Unisol Brasil - *União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil* - consiste em uma associação civil sem fins lucrativos, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Com base em laços de

²⁰ o marido desempenhava a mesma atividade dos pais da Matilde, ou seja, corte de lenha.

solidariedade e cooperação tem por objetivo principal reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores a fim de promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantido-lhes trabalho e renda com dignidade. Essa entidade encontra-se ligada ao movimento da Economia Solidária. Por fim, outra característica observada foi o fato dos empreendimentos integrarem a FARRGS (Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul). O acesso aos empreendimentos também foi observado.

Dentre os empreendimentos aventados para a realização da pesquisa quatro empreendimentos foram visitados, a citar: Associação de Recicladoras de Lixo Amigas Solidárias – ARLAS no município de Canoas, Associação de Recicladores de Dois Irmãos, no município de Dois Irmãos, o Centro de Educação Ambiental – CEA da Vila Pinto e o Profetas da Ecologia, ambos em Porto Alegre.

A Associação de Recicladoras de Lixo Amigas Solidárias – ARLAS, mostrou-se, através da líder Dona Beatriz receptiva a participar da pesquisa. O empreendimento apresentou características apropriadas ao estudo tais como: uma certa trajetória, algumas conquistas para o grupo, ligação com a *ecosol* etc. Contudo, não optei pelo empreendimento por considerar o baixo número de integrantes. Quando da minha visita, apenas 11 pessoas participavam da associação.

A Associação de Recicladores de Dois Irmãos mostrou-se um excelente empreendimento para a realização da pesquisa. O empreendimento possui um alto grau de desenvolvimento, realizando, hoje, todo o ciclo da reciclagem. Ou seja, coleta, triagem e reciclagem de alguns materiais. O grupo conta, inclusive, com um produto próprio produzido a partir do material reciclado no empreendimento. Após ponderar sobre algumas especificidades desse empreendimento acabei por descartá-lo. Foi preponderante para isso a sua localização. Considerei as dificuldades que eu teria para visitá-lo com a frequência necessária à realização do estudo e também as características do município. Um empreendimento situado em um município de colonização alemã, com valores e padrões culturais diferenciados dos demais municípios, com uma população pequena, tudo isso poderia provocar uma distorção na comparação.

Assim, os empreendimentos selecionados foram, respectivamente, o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto e a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia. Passarei em seguida a apresentar algumas das características dos grupos pesquisados.²¹

Irei iniciar pelo Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto – CEA. Meu primeiro contato com empreendimento foi em dezembro de 2005, quando realizei uma visita para conhecer o local e discorrer sobre a pesquisa com a Dona Marli, líder do empreendimento. Neste primeiro contato, que durou toda uma manhã, fui

²¹ Dados gerais descritivos que foram obtidos através de questionário socioeconômico serão apresentados juntamente com os dados obtidos na pesquisa no próximo capítulo.

apresentado ao empreendimento e as suas atividades. Descrevi a proposta de pesquisa para a dona Marli que concordou com a realização do estudo, alegando que via em meus olhos que eu era bem intencionado. Combinei que iria iniciar a pesquisa em março de 2006.

A história do CEA remonta ao ano de 1995 quando um grupo de mulheres excluídas do mercado formal de trabalho, domiciliadas na Vila Pinto, zona leste de Porto Alegre, se reuniu com o objetivo de criar um trabalho alternativo para conquistar sua independência financeira, garantir seus direitos de mulheres e cidadãs e, melhorar assim a sua qualidade de vida. No início caminhavam nas ruas da cidade coletando lixo seco, e posteriormente o transportavam para um campo localizado no centro desta vila, a fim de selecionar entre o lixo os materiais recicláveis. Após a seleção e a separação do material era feita a venda deste produto e o ganho obtido com a venda era dividido de forma eqüitativa.

Em 1996, fundaram o Centro de Educação Ambiental – CEA, a área ocupada foi cedida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em “Permissão de Uso por Tempo Indeterminado” e, elegeram a líder comunitária Marli Aires Medeiros como presidente. O Centro de Educação Ambiental administra dois associados operacionais: o Centro de Triagem da Vila Pinto – CTVP, associação de trabalhadores de baixa renda que realizam a seleção de material reciclável garantindo o sustento financeiro de 50 famílias e o funcionamento do Centro Cultural James Kulisz – CEJAK, associação que desenvolve atividades nas áreas

da educação, cultura, lazer e qualificação profissional aos moradores da Vila Pinto, atendendo cerca de 1400 pessoas/mês.

O CEA-Vila Pinto encontra-se localizado na Vila Pinto, bairro Bom Jesus, zona leste de Porto Alegre, entre as avenidas Protásio Alves, Ipiranga e Antônio de Carvalho. Ocupa um terreno de 8000 metros quadrados na parte central da Vila Pinto. A Vila Pinto, juntamente com as Vilas Divinéia e Nossa Senhora de Fátima integra a região conhecida por "Grande Mato Sampaio".

No CEA da Vila Pinto realizei 5 entrevistas. Apresentarei brevemente os entrevistados deste empreendimento. Como critério para seleção dos entrevistados, considerei o tempo de participação no empreendimento e a função desempenhada. Os entrevistados foram:

- Maria, 25 anos, trabalha na triagem de materiais. Natural de Porto Alegre, está no empreendimento a 7 anos. Anteriormente trabalhou como serviços gerais em uma loja.
- Sirlei, 32 anos, líder de grupo na produção, trabalha na triagem de materiais. Natural de São Francisco de Paula, está a 5 anos no empreendimento. Anteriormente trabalhou como serviços gerais e foi catadora de rua.
- Alexandre, 37 anos, organiza ações culturais, é responsável pela captação de recursos e pela mobilização dos integrantes, se autodefine como ativista social. Natural do Rio de Janeiro, mudou-se

para Porto Alegre aos 7 anos. Está no empreendimento a 3 anos. Anteriormente era traficante.

- Delmar, 31 anos, trabalha na triagem de materiais. Natural de Porto Alegre, está no empreendimento a 1 ano e 3 meses. Antes de trabalhar no empreendimento se prostituía.
- Ismael, 45 anos, líder de grupo, trabalha nas prensas. Natural de Porto Alegre, está no empreendimento a 5 anos. Anteriormente trabalhou em várias empresas, sempre em atividades que exigiam baixa qualificação.

Apresentarei agora o segundo empreendimento participante da pesquisa, o Profetas da Ecologia.

Situado no bairro Navegantes, o empreendimento localiza-se ao lado dos trilhos da Tremsub vizinhando com o shopping DC Navegantes e com a igreja Nossa Senhora dos Navegantes. Empreendimento formado nos anos 90 teve como seu principal apoiador o padre marista Antonio Cechim. De sua formação inicial não restou nenhum integrante, sendo que hoje, o Profetas da Ecologia conta com 24 integrantes, dos quais a grande maioria é proveniente de outros municípios, mais precisamente do interior do estado. Outra característica do empreendimento reside no fato de manter-se na informalidade desde o início de suas atividades. Nos últimos dois anos, o Profetas da Ecologia tem se destacado pela realização de algumas parcerias, como a realizada com a Universidade Ritter

dos Reis – UNIRITTER e a Trensurb, onde foi realizado um projeto de implantação de uma unidade de produção de papel reciclado. Outra parceria foi realizada com um grupo da Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, o que possibilitou a reforma das instalações do empreendimento. O fato do empreendimento estar em fase de desenvolvimento o credenciou para o estudo.

No Profetas da Ecologia foram realizadas três entrevistas, a citar:

- Vera, 59 anos, cuida da cozinha e realiza pequenos trabalhos, mora no empreendimento. Natural de Uruguaiana está no empreendimento a 1 ano. Anteriormente era dona-de-casa e chegou a trabalhar no comércio.
- Iracema, 45 anos, trabalha na triagem de materiais. Natural de Canoas, está no empreendimento a 1 ano e 8 meses. Anteriormente era catadora de rua.
- Gaudério, 63 anos, é um dos coordenadores do empreendimento e trabalha como preheiro. Natural de Cachoeira do Sul, está no empreendimento a 4 anos. Anteriormente trabalhou em várias empresas como motorista, auxiliar de serviços gerais, entre outras atividades.

4.3 O DESENVOLVER DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

O trabalho de campo foi desenvolvido durante os meses de março a novembro, ou seja, durante um período de 8 meses. No início dos trabalhos de campo eu realizava visitas semanais aos empreendimentos alternando os dias de visita, numa semana eu ia na segunda-feira, noutra na terça e assim sucessivamente. Como em ambos os empreendimentos eu obtive autorização para a realização da pesquisa diretamente dos coordenadores, as primeiras visitas causavam muita curiosidade nos grupos. Nas visitas iniciais limitei-me a observação e a coleta de informações através de fontes secundárias, freqüentemente eu era visto conversando com pessoas que não faziam parte do empreendimento, como por exemplo: uma estudante de arquitetura que fazia um mosaico num banheiro que estava sendo construído no Profetas da Ecologia, em parceria com a UFRGS. Ou um mecânico que realiza a manutenção das prensas no CEA – Vila Pinto. Essas fontes secundárias me forneceram informações adicionais e me proporcionaram coletar uma imagem externa dos empreendimentos que me auxiliou a entender mais rapidamente suas dinâmicas. Todos esse processo foi registrado em meu diário de campo.

Após as primeiras visitas, os integrantes dos empreendimentos foram se acostumando ao fato de serem observados e passaram a interagir muito comigo. Propunham assuntos para conversarmos, me chamavam pelo primeiro nome, sem fazer nenhum tipo de cerimônia e até mesmo faziam brincadeiras. Sem dúvida,

algo que facilitou essa quebra de gelo foi o fato de eles enxergarem em mim a oportunidade de receberem algum apoio do meio acadêmico. Assim, tornou-se comum eles me pedirem ajuda na realização de alguma atividade ligada a projetos ou solicitar-me ajuda para contatar com outros profissionais.

Passados os meses iniciais da pesquisa, a partir do final de junho até início de agosto, realizei a aplicação dos questionários socioeconômicos, a seleção dos entrevistados e a realização das entrevistas. Tendo realizado essas tarefas eu passei a visitar os empreendimentos a cada duas semanas. A opção pelo espaçamento das visitas, naquele momento, foi adotada na tentativa de realizar um distanciamento, espaçando as visitas eu almejava notar possíveis nuances que não estivessem sendo percebidas por mim. Seguindo essa sistemática, realizei visitas periódicas aos empreendimentos até o final do mês de novembro, após realizei somente contatos telefônicos e uma visita no mês de dezembro.

Houve dificuldades na realização da pesquisa. No plano pessoal minha situação financeira e as atividades profissionais sem dúvida foram um limitante no número de visitas. Quanto as dificuldades apresentadas pelos pesquisados gostaria de destacar o bloqueio que alguns entrevistados apresentaram para compreender a natureza do estudo que eu realizava e a dificuldade de compreensão de algumas questões levantadas nas entrevistas. No caso específico do CEA-Vila Pinto, o acesso ao empreendimento, ou seja, o chegar até lá não foi uma tarefa fácil devido as características violentas da região. A

desconfiança que eu causava ao passar pelas ruas incomodava a mim e aparentemente aos moradores, visto que tornava-se evidente para eles que eu não era da região.

* * *

Apresentei nesse capítulo minhas opções metodológicas para a realização da pesquisa, as características gerais dos participantes, as situações vivenciadas na pesquisa e as dificuldades enfrentadas. No próximo capítulo irei apresentar os resultados da pesquisa e as conclusões a que cheguei, considerando a hipótese da qualificação social.

Capítulo 5

PRÁTICAS E VALORES QUE QUALIFICAM OS TRABALHADORES

As discussões realizadas até o momento tangenciaram várias questões relativas aos trabalhadores empobrecidos. No início deste trabalho dissertei acerca da situação histórica dos trabalhadores empobrecidos, as transformações vivenciadas no mundo do trabalho, as conseqüências destas transformações no âmbito dos trabalhadores empobrecidos e as reações apresentadas pelos mesmos. Posteriormente, realizei uma abordagem conceitual sobre a desqualificação social relacionando-a com a situação dos catadores. No terceiro capítulo, expus minha hipótese de trabalho, na qual a *ecosol* propicia um processo de qualificação social capaz de superar os processos de desqualificação. Em seguida, apresento a metodologia empregada na realização deste estudo. E finalmente, os dados obtidos e as conclusões a que cheguei.

Iniciarei apresentando os dados socioeconômicos dos empreendimentos pesquisados. Em seguida, irei discorrer acerca da comparação entre os sujeitos e entre os empreendimentos, onde pretendo demonstrar, através dos discursos dos trabalhadores e das minhas observações como eles superam as desqualificações

sociais decorrentes dos estigmas e dos rótulos que lhes são atribuídos pela sociedade em função de seus modos de vida e da atividade de catação.

5.1 A CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os empreendimentos pesquisados apresentaram semelhanças e diferenças significativas quando consideradas suas caracterizações gerais. Iniciando pelo número de integrantes dos empreendimentos, quando da realização da coleta de dados o Profetas da Ecologia contava com 22 trabalhadores. Já no CEA -Vila Pinto, esse número mais que dobrava, passando para 50 integrantes. Inicio a descrição geral dos integrantes dos empreendimentos apresentando a distribuição de seus participantes quando considerado a variável sexo.

Gráfico 1: Divisão sexual no Empreendimento²² Profetas da Ecologia

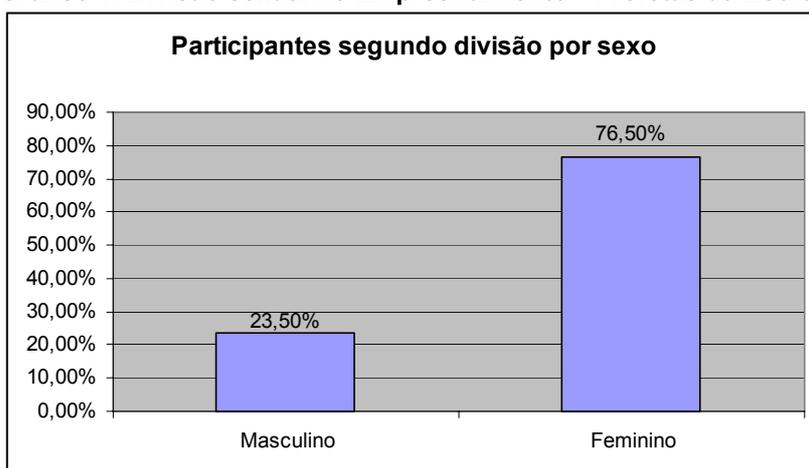
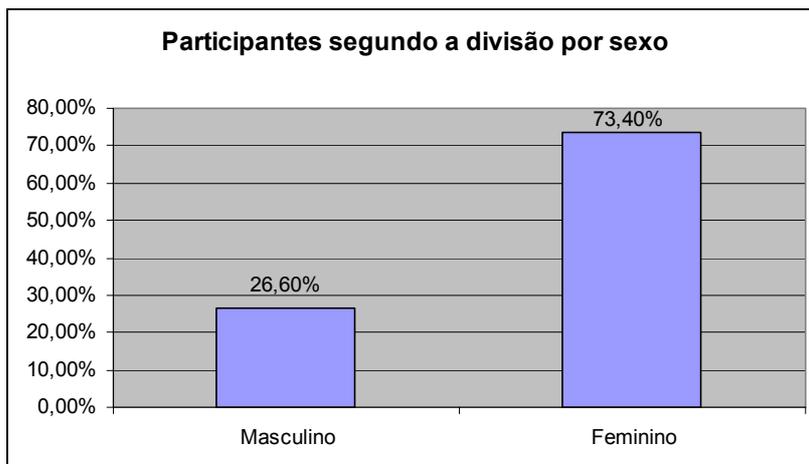


Gráfico 2: Divisão sexual no Empreendimento²³ CEA-Vila Pinto

²² Os valores deste e dos demais quadros foram obtidos sobre uma amostragem correspondente a 60% dos integrantes do empreendimento. No momento da coleta dos dados isso correspondia a 17 sobre 22.



Uma rápida observação dos gráficos 1 e 2 revela que a divisão sexual nos empreendimentos é similar e aponta para uma maior participação das mulheres. A predominância feminina nos empreendimentos (corroborada pelas minhas observações e conhecimento de outros empreendimentos de reciclagem) está a indicar uma maior propensão das mulheres a se engajar ao trabalho associativo no âmbito da triagem coletiva de materiais recicláveis. Uma possível explicação para esse maior engajamento coletivo pode ser o fato de mais de 70% das mulheres pesquisadas declararem serem elas as chefes de família. A necessidade de garantir o sustento da família faz com que estas mulheres optem pela atividade de catação. Contudo, o trabalho na rua é mais desgastante e inseguro que nos empreendimentos, resultando daí a sua maior propensão ao trabalho coletivo.

²³ Os valores deste e dos demais quadros foram obtidos sobre uma amostragem correspondente a 60% dos integrantes do empreendimento. No momento da coleta dos dados isso correspondia a 30 sobre 50.

Da mesma forma, os empreendimentos apresentaram certa homogeneidade quanto a identificação da cor de seus integrantes. No Profetas da Ecologia 64,7% dos integrantes se identificam como negros ou pardos e 35,3 % se identificam como brancos. Já no CEA, 70% se identificam como negros ou pardos e 30% como brancos. Vejamos os gráfico 3 e 4 abaixo.

Gráfico 3: Participantes segundo a Cor Profetas da Ecologia

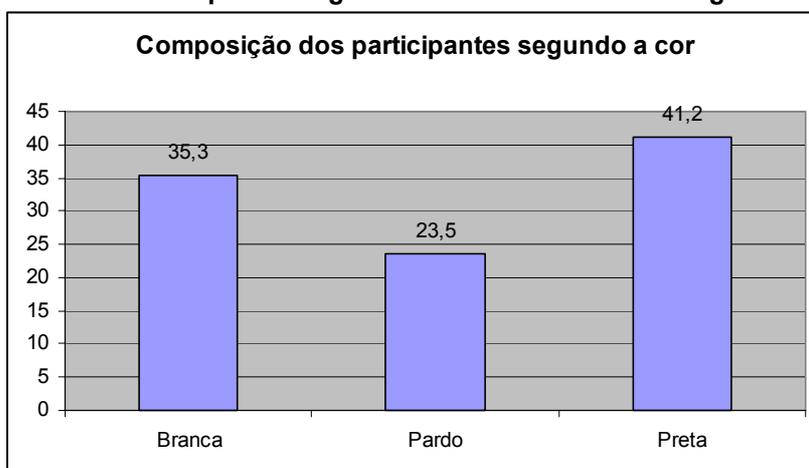
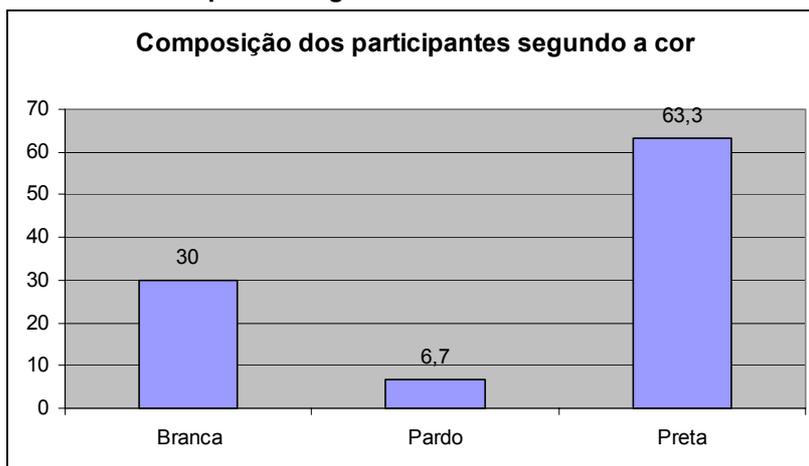


Gráfico 4: Participantes segundo a Cor CEA – Vila Pinto



Observando os gráficos 5 e 6 percebe-se que, no Profetas da Ecologia 52,9% dos seus integrantes possuem entre 18 e 39 anos. Considerando-se a mesma faixa-etária, no CEA-Vila Pinto o percentual sobe para 86,6 %.

Gráfico 5: Participantes segundo a faixa etária Profetas da Ecologia

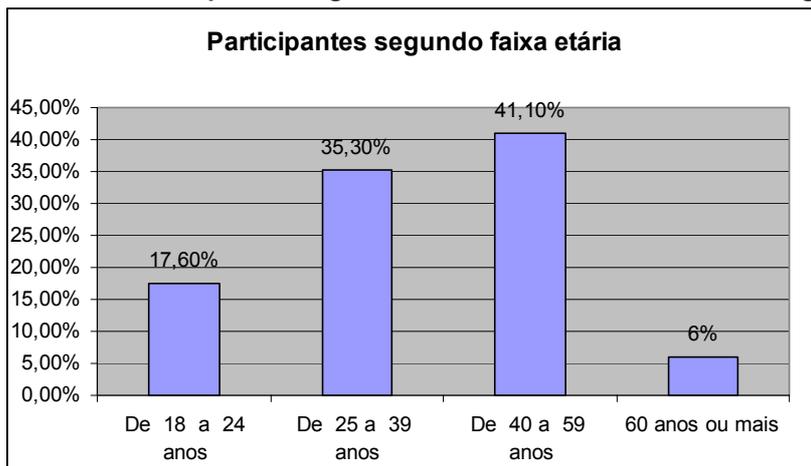
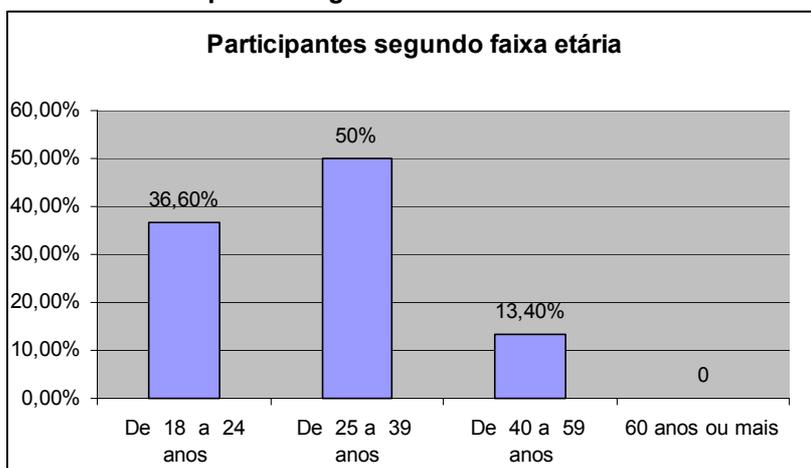


Gráfico 6: Participantes segundo a faixa etária CEA – Vila Pinto



Quanto a escolaridade ambos os empreendimentos apresentaram situação similar em termos de ensino fundamental, sendo que, considerando o ensino médio os integrantes do CEA-Vila Pinto apresentaram uma maior escolaridade .

Gráfico 7: Participantes segundo a escolaridade Profetas da Ecologia

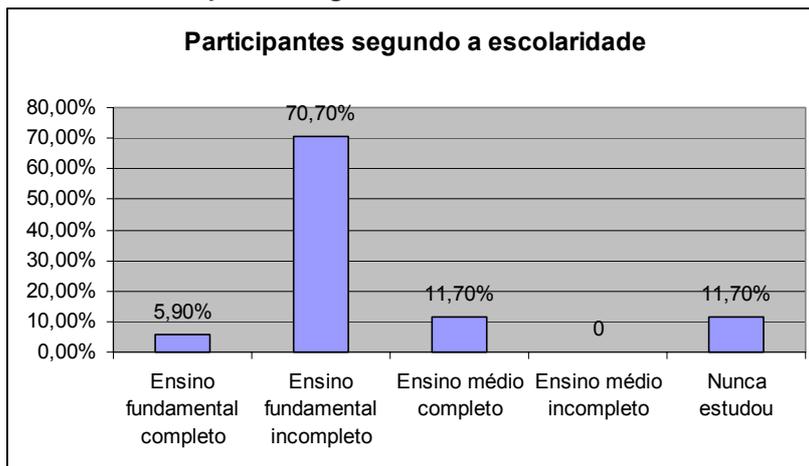
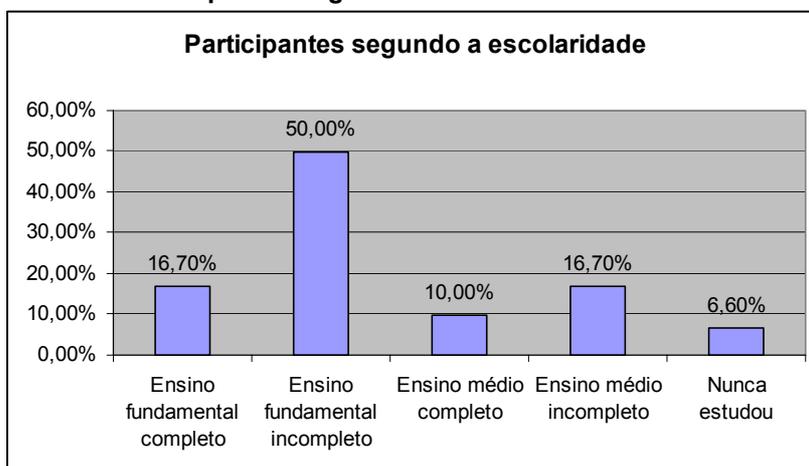


Gráfico 8: Participantes segundo a escolaridade CEA – Vila Pinto



Resumidamente, o perfil dos integrantes dos empreendimentos pode ser definido como, mulheres negras ou pardas com ensino fundamental incompleto,

sendo que na sua maioria possuem três ou quatro anos de estudo. Situam-se na faixa-etária de 18 a 39 anos e em muitos casos têm sua origem no interior, ou seja, são migrantes. O ingresso no universo da reciclagem se deveu em grande medida ao desemprego, ao preconceito quanto a idade, a extrema necessidade, e no caso de jovens que nunca trabalharam, a falta de alternativas de trabalho. Podemos evidenciar algumas destas constatações através das falas abaixo.

Eu trabalhei na Avipal, eu trabalhei em várias firmas também. Mas quando eu fiquei desempregado mesmo, aí não teve mais jeito, quando eu chegava numa empresa pra trabalhar, “quantos anos tu tem?” tantos anos “ah! então não tem”. Ou então, o estudo também, porque hoje em dia sem estudo....eu tenho pouco estudo, daí então aquilo...porque se chegar outro com mais estudo, aquele outro, ou menos idade, aquele já leva um pouco de vantagem. Ismael. CEA-Vila Pinto.

O que me motivou a trabalhar aqui foi a necessidade, porque não tinha emprego, aí tinha uma vaga, aí peguei e fiquei ate agora. (Maria, CEA Vila-Pinto);

Quanto aos catadores individuais entrevistados, eles se encaixam dentro deste perfil. Feita essa breve caracterização socioeconômica dos integrantes dos empreendimentos e dos sujeitos pesquisados, abordarei a comparação entre os sujeitos que integraram a pesquisa, considerando os planos econômico, social e político.

5.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No plano econômico, quando analisei o resultado financeiro dos participantes da pesquisa, verifiquei que os catadores que integram o EES obtiveram um ganho maior do que seus colegas que optam por trabalhar individualmente. Contudo, destaque-se que dada a atual conjuntura do mercado de reciclagem os ganhos obtidos pelos sujeitos que optam pelo trabalho coletivo em relação aos catadores individuais, apesar de significativos, ainda são insuficientes para garantir uma vida digna, quando consideradas suas necessidades básicas de consumo, tais como: alimentação, moradia, vestuário, lazer etc.

Os participantes dos EES apresentaram um rendimento superior aos catadores individuais na ordem de até 40%. A renda média ²⁴ declarada dos catadores individuais foi de R\$ 180, 00 reais, no Profetas da Ecologia esta renda ficou em R\$ 290, 00 reais e no CEA ela foi de R\$ 253,00 reais. Quando comparados somente os empreendimentos coletivos temos uma diferença apenas aparente de ganhos, visto que os empreendimentos de reciclagem operam hoje com praticamente a mesma quantidade de material. ²⁵ Assim, a diferença na

²⁴ A composição da renda inclui os recursos auferidos pela venda de material reciclado acrescido dos benefícios como Bolsa Família, quando os mesmos possuem esse benefícios.

²⁵ O fato do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU em Porto Alegre ser o principal fornecedor de material para os empreendimentos de reciclagem do município deve ser considerado. Dado a demanda dos vários empreendimentos lá existentes a quantidade é dividida quase que equanimente, sendo destinado em média de um a dois caminhões semanais para os empreendimentos dependendo da produção de lixo na semana da coleta. O diferencial dos empreendimentos está na capacidade de fechar parcerias com empresas e instituições visando a doação de material. Contudo, nesse domínio muitas empresas por conta da ISO Ambiental só

média de renda a favor do Profetas da Ecologia se explica pelo número menor de integrantes que participam do rateio dos recursos auferidos com a venda do material triado. Alguns entrevistados declararam que se não estivessem trabalhando no empreendimento talvez estivessem passando necessidades. Esse é o caso, por exemplo, da Iracema, do Profetas da Ecologia:

Eu catava era na rua, sem carrinho sem nada, era na mão mesmo, eu juntava saquinhos e socava papel, saía a revirar os lixos das pessoas para trazer. [...] agora, como eu lhe contei como está baixo os preços das coisas eu acho que sozinha eu passava fome. Assim se eu não estivesse aqui dentro eu acho que agora eu estava passando fome, que juntando de saquinho em saquinho você vai ali dá R\$ 0,50 centavos. Como eu vejo catarem ali perto de casa, dá cinqüenta centavos, dá um real, depende do material, se não chega nem a cinqüenta centavos. Acho que agora eu passaria fome se eu não estivesse aqui. Aqui melhorou. (Iracema, Profetas da Ecologia).

Quando a abordagem econômica inclui outras variáveis que não somente o resultado financeiro observou-se outras diferenças. Os trabalhadores que compõem os EES apresentaram ganhos extras no enfrentamento das dificuldades diárias. Abstraindo-se a questão da maior capacidade de negociação apresentada pelos EES quando da venda dos materiais triados. O fato de ter um endereço de referência e a possibilidade de assumir compromissos à prazo, além de representar uma melhora no padrão de consumo com vistas as suas necessidades básicas, representa um ganho em termos de auto-estima, pois, proporciona a estes sujeitos experimentar uma consideração pública diferente do descrédito que é vivenciado por aqueles que cataram ou catam individualmente.

doam material para empreendimentos que estejam licenciados pela secretária ambiental, a ausência de alguma documentação por parte dos empreendimentos passa a ser um limitador na obtenção das certificações e conseqüentemente na obtenção das doações desses materiais.

Isso se torna evidente quando nos discursos dos trabalhadores surge a questão do consumo. Mesmo possuindo uma renda baixa, os trabalhadores dos EES têm o seu acesso ao crédito mais facilitado. Seja formalmente através do crediário nas lojas, bancos, micro crédito solidário, seja através de alternativas de crédito informais como o *fiado*, prática mais comum nos comércios de bairro.

[...] a vantagem aqui, é que quanto mais a gente se esforça a gente adquire, e aquele ali é um dinheiro certo, um dinheiro que se for fazer uma conta ou falta as coisas dentro de casa vai ali no armazém e diz que tal dia paga. É um dinheiro que é certo, então isso aí para mim foi uma grande coisa. Com o dinheirinho daqui eu tirei um tanquinho na loja aqui Colombo...então é uma coisa que a gente dá um passinho, aperta um pouco o cinto...eu estou adquirindo aos pouco. (Iracema, Profetas da Ecologia).

[...] quando tu vai comprar numa loja a pessoa ficava meio assim 'ah, recicladora'. Agora tá melhor, eles estão dando um papel aí que a gente compra como autônomo, porque antes era horrível da gente comprar, agora tá bem melhor. (Maria, CEA-Vila Pinto).

Depois que eu estou aqui eu consegui está casa onde eu moro, eu não tinha...eu morava de favor num quartinho dormindo no chão. Consegui comprar minha casa, uma televisão que é a única coisa de valor que eu tenho e uma cama e um colchão. (Sirlei, CEA-Vila Pinto).

No caso dos catadores individuais o fato de seu local de trabalho ser as ruas ou os lixões os desqualifica, fazendo com que a atividade de catação adquira um caráter público, como sendo uma atividade de subsistência e não atingindo o status de uma atividade profissional. Desconsiderando-se a menor remuneração obtida isoladamente, o que já significa uma dificuldade a mais quando comparados com os integrantes dos EES, a conseqüência desta desqualificação aponta para um déficit em termos de acesso a bens materiais que corresponde a sua baixa capacidade de consumo e a uma desvalorização social que remonta a

idéia de incapacidade. Em alguns casos, a doação é a maneira através da qual os catadores individuais obtêm seu acesso a bens materiais.

Nós ganhava rancho, eu tenho móveis dentro da minha casa bons, que eu só tenho, porque eu ganhei. Meu fogão ganhei de natal de uma mulher que eu fui buscar lixo ela disse “eu vou comprar um fogão e vou te dar um novo” ligado na luz, coisa que eu nunca tive um fogão assim, me deram, se nós não ganhássemos não conseguia. (Matilde, catadora individual).

Os sujeitos que vivem da reciclagem nem sempre relacionam a atividade de catador individual, nas ruas, como um trabalho. Tal percepção se altera quando os mesmos exercem a atividade vinculada a um empreendimento. Isso se torna evidente em alguns discursos, como o que reproduzo abaixo.

No tratamento do lixo é a primeira vez que eu trabalho, já separei, ajudei minha mãe na cidade, onde a gente morava, a catar na rua. Eu andava de carrinho, mas os trabalhos que eu costumava trabalhar eram em supermercado, de limpeza, doméstica, vários trabalhos, eu não tive só um. Eu trabalhei em vários serviços. [...] como eu lhe falei antes, era só uma renda. Só que depois eu fui vendo algo mais importante, que não era só um trabalho, isso aqui para mim era minha vida, minha vida estava aqui dentro. (Sirlei, CEA – Vila Pinto)

Outro fator a diferenciar e qualificar os trabalhadores dos EES comparativamente aos catadores individuais é a possibilidade de realização de cursos.²⁶ Ao comparar os participantes da pesquisa, verifiquei que os catadores individuais praticamente não realizam cursos ou intentam em voltar a estudar e a elevar sua escolaridade. Situação diferente observou-se nos EES, nesses

²⁶ Para efeitos da análise que ora apresento todas as ações referentes a cursos, escolaridade etc. foram interpretadas como de qualificação econômica. A realização de um curso de capacitação como uma oficina de papel reciclado, por exemplo, lhes confere um conhecimento que se reverte diretamente em ganhos financeiros, seja dentro do EES, seja fora dele.

espaços há uma procura por parcerias com instituições públicas ou privadas que ofereçam oportunidades de qualificação.

A três anos atrás quando cheguei aqui eu era um analfabeto digital, não entendia nada de informática. Hoje em dia eu tenho um correspondente lá em Hanover, eu escrevo em português pra ele, ele me escreve em inglês e depois em alemão, quer dizer, ele acredita que daquela maneira ele ta me incentivando a ler a mesma mensagem em diversos idiomas, é interessante. Mas eu era um analfabeto digital, aqui encontrei o telecentro e tive um conhecimento básico, a partir daqui, fui nos Irmãos Maristas, num outro projeto de inclusão digital fazer um curso de informática onde eu buscava uma qualificação um tantinho melhor; foi onde conheci o Word, o Excel, a utilizar melhor a internet. Fora isso a gente junto com outras instituições a gente busca essa capacitação, esse conhecimento pra tu tocar o teu dia-a-dia dentro do empreendimento. (Alexandre, CEA-Vila Pinto).

No caso do CEA, há um claro incentivo de parte dos coordenadores do empreendimento no sentido de estimular o retorno à escola ²⁷ daqueles que pararam de estudar e como consequência elevem seu nível de escolaridade. No caso dos que estão cursando o ensino regular o empreendimento procura flexibilizar suas atividades diárias de maneira que elas não venham a atrapalhar o bom rendimento escolar. Essas considerações finais podem explicar o porquê dos participantes do CEA apresentarem uma maior escolaridade, como pode ser observado nos gráficos 7 e 8 apresentados na caracterização dos integrantes dos empreendimentos. Em termos de aquisição de conhecimentos relativos a atividade de triagem, os trabalhadores dos EES demonstraram possuir um conhecimento sobre os tipos de materiais recicláveis superior aos catadores individuais. Quase que a unanimidade dos entrevistados, incluindo-se aí aqueles que já realizavam a

²⁷ No CEA os integrantes são estimulados a participar do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

atividade anteriormente, declararam ter adquirido esse conhecimento no empreendimento.

Concluindo, a que se destacar que mesmo obtendo ganhos em termos de qualificação econômica, esses ganhos ainda são insuficientes para o equacionamento de todas as necessidades apresentadas pelos participantes dos empreendimentos.

5.3 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Como procurei demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação vários fatores, sejam eles históricos ou de conjuntura, conduzem um grande número de trabalhadores na busca pela atividade de catação como forma de geração de trabalho e renda. Trilhar este caminho mostrou-se uma tarefa difícil para os sujeitos que participaram desta pesquisa.

Suas falas surgem que a atividade de reciclagem, a fora todas as dificuldades relativas à sua realização diária como: locais insalubres, alta exigência em termos de resistência física etc., oferecem dificuldades adicionais ao transferir uma imagem desqualificada e estigmatizada àqueles que dela participam.

Assim, o trabalho como elemento que serve de suporte para a inscrição destes sujeitos na estrutura social passa a fornecer elementos negativos que não recomendam os sujeitos à consideração pública. Em outras palavras, essa desconsideração pública diz respeito a um conjunto de signos opacos mas imediatamente compreensível por todos, posto que inscritos no corpo, na forma de falar, de andar etc. e são imediatamente reconhecidos como sinal de inferioridade.

Destaquei abaixo algumas falas onde se evidenciam a rotulagem e a desconsideração que caracteriza a atividade.

Eu acho que tem muita gente que não dá muito valor não, como não trabalha aqui dentro não dá muito valor pro trabalho que a gente faz, têm muitas críticas [...] tem gente que tem discriminação, tem gente que ainda faz discriminação bastante quanto ao reciclador. (Maria, CEA-Vila Pinto);

Lixeiros! geralmente eles têm preconceito por não saber mesmo o que tem de bom aqui dentro que eles poderiam aproveitar. Até no colégio mesmo que o meu menino está, eles têm preconceito com ele, dizem, a tua mãe é uma lixeira...ele diz, não minha mãe não é uma lixeira...ah vocês comem do lixo...não, nós temos o trabalho da minha mãe, a gente não come do lixo, a gente come do trabalho dela. Ainda tem muito preconceito. (Sirlei, CEA-Vila Pinto);

Eles acham muito nojento. Eles acham nojento porque “ah, vocês vivem do lixo dos outros, do lixo da gente. Vocês têm que mexer nisso. No passado aqui, no passado eu achava muita coisa, muito, teve épocas como de quando inaugurou aqui o galpão, achava placenta, achava ferro, achava até pedaços de pessoas às vezes. (Delmar, CEA-Vila Pinto);

Eles olham para gente como se a gente fosse uns lixeiros mesmos, como sempre, eles não olham para nós com uma cara [...]Aqui eles acham que é um lixão. Simplesmente eles não têm uma visão dentro da...de ver as coisas acontecerem. Pra eles é uma reciclagem de lixo, é lixo só e acabou. (Iracema, Profetas da Ecologia);

Eu penso que é discriminatória, mas não é discriminatória de ah, ele é catador... é de que ele é pobre. Isso no geralzão, mesmo é porque liga, sempre vai ligar a atividade com a miserabilidade, oh pô, vive do lixo. (Alexandre, CEA-Vila Pinto);

Eu te digo que a gente é meio desclassificado quando passa na rua, chamam até...olha o cara juntando lixo aí, lixeiro. (Gaudério, Profetas da Ecologia);

Eu não sei se eles têm um pouco de medo, uma coisa assim, ou eles acham uma coisa horrível a pessoa estar aqui mexendo com o lixo...mas eles ficam horrorizados, ficam apavorados, acham que é uma coisa horrorosa, mas não sei, como eu te digo...eu também achava, agora que eu estou aqui dentro eu vejo que é um trabalho como qualquer trabalho, não é muito agradável, mas é um trabalho. (Vera, Profetas da Ecologia).

Essa desqualificação atribuída aos catadores manifesta-se igualmente no grupo familiar. Assim, uma combinação de vergonha e desprezo serve de obstáculo a apartar sujeitos e a impedir uma convivência mútua. Esta situação pode ser caracterizada através da passagem abaixo.

É aquela coisa, se o senhor fosse visita-los o senhor ia dizer que era mentira, que são meus irmãos. Eles têm condições, meus irmãos têm carro, a minha irmã que mora na Mathias Velho a casa dela é um palácio, a escadinha sobe tudo arrodando para os quartos. Então uma vez até fiquei sentida com ela, ela mesma disse: que eu não era irmã dela porque a minha casa não servia nem de galinheiro pra ela. Todos meus irmãos têm, todos eles. É por isso que ninguém me procura. Nem no velório do meu filho, que eles eram tios e tia de sangue eles não foram. (Iracema. Profetas da Ecologia).

A fixação da pobreza como marca de inferioridade e a dificuldade de se livrar desse estigma operam de maneira contraproducente na construção das identidades sociais. Essa constatação adquire relevância, pois a discussão entorno do conceito de identidade dá prosseguimento à análise da rotulagem e

permite igualmente examinar como os sujeitos, a partir do controle das informações relativas às suas atividades podem subverter a desqualificação.

Nesse sentido, é relevante resgatarmos as discussões sobre a identidade social e a sua construção contínua, haja vista que em Goffman (1988), encontramos a hipótese da resistência ao estigma, uma vez que os sujeitos dispõem de uma margem de autonomia na definição de si. Considerando os catadores pesquisados observou-se que os participantes dos EES desenvolveram estratégias de resistência e superação dos estigmas.

As estratégias de resistência foram desenvolvidas a partir do controle das informações relativas às questões ambientais e sociais por parte dos sujeitos. Dessa maneira, fazendo uso da figura do agente ambiental e a partir de um conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito social, esses sujeitos dão margem à construção de uma identidade social de resistência que, além de lhes conferir características positivas, serve de base para superação dos processos de desqualificação social. O trabalho como prática social que, num primeiro momento operava como um processo a desqualificar esses sujeitos e apartá-los do convívio com o restante da sociedade, passa a requalificá-los e a servir de elemento de integração social.

Através de uma atitude de identificação e distanciamento com a atividade de catação estes sujeitos constroem uma imagem do catador, reconhecida e

legitimada, como realizadores de um trabalho útil e socialmente necessário para toda a sociedade. Vejamos algumas falas.

Então foi um meio de achar um trabalho, porque pra mim isso aqui significa um trabalho, mas aí depois com o tempo eu fui vendo que não era só um trabalho porque a gente vê muitas coisas acontecerem aqui dentro, coisas sociais que acontecem aqui dentro que a gente fica gratificado, vale muito mais do que o trabalho que a gente faz. Aí pra mim já não significou mais aquele trabalho, tipo do emprego mesmo, entende. Porque a gente vê, quando eu trabalhava de guarda aqui, vê aquele monte de crianças entrando no portão e aquilo ali tava te gratificando, essa parte que tu não via antes, outros trabalhos que a pessoa pega aí de carteira assinada e tu não vê essa parte social acontecer, das crianças entrar pra aquele centro ali, vim ali estudar. A gente se dedica um pouco mais ainda pra manter...pra dar esse suporte aí...prás crianças que os pais não têm as condições de pagar o cara ali pra ensinar...o computador, as coisas que têm aqui dentro, as pessoas aqui não têm como pagar mesmo e se vai pagar lá fora é muito dinheiro. E aqui dentro é tudo de graça. Isso então começa a gratificar a gente [...] quando eu entrei aqui, muitas pessoas pensavam como eu até pensei, que era um trabalho, um coletivo. Mas depois a gente tem que misturar também um pouco com o trabalho e com o social. São duas coisas que a gente às vezes ali na frente tem que trabalhar, porque se tu não produzir, tu não vai ganhar teu dinheiro. Então a pessoa ali, tem que dar uma, assim, de empresa; tem que fazer, tem que trabalhar, tem que lutar, entende. Mas dá também um alívio, porque sabe que têm pessoas que entram aqui que têm vários problemas, família, que às vezes tem que resolver e tal. [...] Esse trabalho aqui, vamos supor assim, ele é importante pro nosso meio ambiente, como todo mundo fala às vezes que nós somos os doutores do planeta, porque daqui a gente tem um, foi um recurso de uma outra parte pra gente tirar o sustento e ao mesmo tempo da gente ter esse outro trabalho com a natureza, a gente está ajudando também. (Ismael, CEA-Vila Pinto);

O catador é um privilegiado para mim. Ele está limpando o meio ambiente, não está só levando uma renda para casa, está limpando aquilo que polui o meio ambiente. Aqui mesmo eles podem estar com seus filhos, aqui dentro participando de aulas, projetos, escolas...tirando das ruas do mundo das drogas...é isso. (Sirlei, CEA-Vila Pinto).

A resistência vem acompanhada de uma vivificação do laço social demonstrada através de uma solidariedade democrática²⁸ dispensada ao outro e

²⁸ A solidariedade democrática “refere-se a um estilo de ação e mobilização social contemporânea, fundamentado em princípios, comportamentos e dispositivos institucionais orientados para o bem-estar coletivo.” (GAIGER, 2005, p.13).

a através do sentimento de pertencimento à sociedade. Desta feita, em concomitância com um conjunto de ações que procuram desenvolver os trabalhadores nos EES e ou a comunidade local, estes sujeitos passaram a atribuir maior valor à convivência cotidiana no empreendimento. Em alguns casos essa convivência coletiva supera em importância a convivência familiar. Esse fato ganhou visibilidade quando questionei o que eles mais sentiriam falta caso deixassem o empreendimento.

Às vezes as pessoas chegam de manhã meio atrapalhadas, mas só que eles não largam lá no portão aquilo que trouxeram de casa, eles trazem aqui pra dentro. Daí a gente tem que resolver aquilo, resolver o que ele está passando pra não transmitir aqui dentro pros outros. Isso já é uma parte que a gente sempre tenta ser cuidadoso nisso. Mas antes não era, sabe. Quando eu entrei pra trabalhar assim, não era. “Ó meu vamos trabalhar, vamos trabalhar... vamos, eu não quero saber se tem problema ou não, deixa lá fora e deu. Aqui, agora é trabalho.” Mas depois eu fui mudando e fui me adaptando a entender as pessoas. E antes era assim, era trabalho e vamos, vamos e deu. (Ismael, CEA-Vila Pinto);

Eu sentiria muita falta é das colegas, das pessoas. Eu gosto daqui de dentro, eu consegui bastante amizade aqui dentro. (Maria, CEA-Vila Pinto);

Da minha amizade com as gurias. Das gurias. Da Sirlei, da Maria, da dona Marli que é concebida assim; como uma amiga, uma irmã, uma mãe. Ela xinga, ela briga, ela põe a boca no trombone, se precisar ela põe a boca e se precisar dá até uns puxões de orelha na gente, mas dá pra ver que é pro nosso bem. A Sirlei, a Maria, a Lucia Helena, quando eu saí daqui eu senti muita falta delas também, pois eram pessoas que me entendiam, que conversavam comigo e eu explicava minha situação. Tinha umas que até perguntavam besteiras, como é que eu fazia minha relação sexual com os caras e eu “imagina, usa tua imaginação; usa a cabeça”. Sabe, as gurias me entendem, compreendem minha situação. Às vezes eu falo pra elas “discuti com minha mãe hoje” “mas a tua mãe é tão querida pra ti, a tua mãe te ajuda, a tua mãe te cuida, tu tem que dar a volta por cima disso aí. (Delmar, CEA-Vila Pinto);

Eu sentiria falta é das colegas. Porque eu digo, aqui é minha família, todos são adoráveis eu não tenho queixa de ninguém...bom 1 (um) ano e pouco que estou aqui e entrou e saiu gente e eu estou aqui. Aqui eu nunca tive nada contra ninguém e nem eles contra mim. Aqui eu soube viver de novo a minha vida. Tanto eu, como elas uma já conhece a outra, porque têm pessoas aqui que já trabalham há mais tempo no empreendimento [...] então é uma coisa assim que é a família da gente né [...] aqui a gente convive com eles, aqui eu sempre digo lá até para as minhas vizinhas, “aqui é minha casa,” porque aqui se nota um problema que a outra pessoa tem, você está convivendo há tanto tempo com aquela pessoa ali que se ela entrar no portão você já nota...como já notei muitas amigas, às vezes eu vejo meia caídas eu digo o que houve? O que aconteceu contigo? Nada Iracema, não tu não está bem, tu não é assim, ou às vezes está chorando lá no banheiro, você chega e diz para dona Eliana “olha a fulana está chorando lá no banheiro” e a dona Eliana chama para conversar também...sabe é uma coisa assim para acalmar a gente desabafar. Eu que sou mais chorona quando tenho os meus problemas já começo num rio de lágrimas e... Eu acho que aqui é minha maior família minha. (Iracema, Profetas da Ecologia).

Através da análise da trajetória dos pesquisados, isto é, “o movimento das socializações numa relação com o passado e com o presente, mas também uma projeção de si no futuro” (WAUTIER, 2001, p,102). Percebeu-se que a vivência associativa combinada com o solidarismo que caracteriza os EES, possibilitou a superação e a recusa da imagem do inferior, do subalterno, que acompanha constantemente aqueles que experimentam a desconsideração pública. Como consequência desse processo percebeu-se uma elevação da auto-estima destes sujeitos, num grau que lhes permite vislumbrar um futuro melhor.

Quando considerando os catadores individuais, a projeção do futuro representa apenas a manutenção das condições de sobrevivência, não inclui sonhos, nem mudanças significativas em suas condições de vida. Via de regra assumem um discurso de descrédito em relação a si próprio. Contrariamente, os

trabalhadores dos EES enxergam-se como vencedores e a partir daí avaliam de forma positiva suas perspectivas em relação ao seu futuro.

O futuro da gente a gente determina. Sabe, porque o futuro é assim, a gente constrói ele dia-a-dia, a gente programa ele, ele acontece. Mas a gente faz ele dia-a-dia. (Ismael, CEA-Vila Pinto);

Eu estou imaginando a minha vida, não digo numa casa fina, numa casa arrumadinha, pintadinha, repartida, que não chova e, eu tô me enxergando um pouco grande demais, não tô me enxergando mais aqui. Eu tô me enxergando dentro do supermercado, não no balcão ali, mas fazendo limpeza como eu fazia, arrumadinha, bem limpinha. (Sirlei, CEA-Vila Pinto);

Eu até tava dizendo pra professora Marciene, hoje, eu não quero ser o mesmo tio Galdério, eu quero ser renovado, eu quero me sentir jovem, já que vai vir jovens pra cá, e eu quero me sentir esse jovem no meio deles, aprender...e eu disse assim pra ela, “que a gente morre de velho aprendendo” e eu quero aprender mais coisas ainda. E eu não me sinto velho, me sinto jovem, então eu quero aprender mais. Que ela tava me mostrando em papel que teve 2 genros meus que trabalharam na usina do gasômetro fazendo papel e um até já sabe dar aula. E eu trouxe, eu tenho lá em casa uma agenda que tem a foto da Gladis e das minhas netas que foi ele que fez. Então eu vou trazer, no momento não está aqui mais vou trazer pra mostrar pra ela. E eu quero aprender também porque eu não sei. E eu sou curioso, tudo que não sei eu gosto de aprender. Por idade, por não ter estudo mas eu sou curioso. Se tu disse assim, “eu sei fazer esse papel aqui,” então tu vai me ensinar, se eu não aprender é porque sou meio burrinho mesmo, mas eu sou curioso. (Gaudério, Profetas da Ecologia).

5.4 O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Os catadores que fizeram parte desta pesquisa apresentaram graus de capacidade de organização e de reivindicação bastante diferenciados entre eles. No caso dos catadores individuais, estes apresentaram baixa capacidade de mobilização com vistas a gerar demandas públicas e destacaram-se por

apresentar uma postura de conformidade característica daqueles que se socorrem da assistência. Resignados com a situação que vivenciam, buscam nos programas assistenciais uma saída para sua condição. Nessa direção, freqüentemente reivindicam auxílio de políticos para poder ingressarem em algum programa ou para receberem alguma doação, como por exemplo, cestas básicas. Nessa relação muitas vezes acabam se tornando massa de manobra sem apresentar nenhum ganho em termos de capital político.

Já no caso dos catadores organizados em EES a situação mostrou-se diferente. Os integrantes do Profetas da Ecologia individualmente não apresentaram um grau de desenvolvimento político muito diferente dos catadores individuais. Contudo, quando considerados coletivamente os mesmos demonstraram capacidade de mobilizar-se na busca por recursos, com vistas a melhorar suas condições de vida. Assim, efetivaram algumas parcerias com empresas, organizações não governamentais e universidades. Iniciaram projetos sociais e obtiveram, via parcerias, fundos para implantarem uma oficina de papel reciclado. Estas conquistas demonstram o esforço empreendido pelo grupo na busca de melhorias no plano pessoal e coletivo. Porém, estas conquistas ainda não representam um ganho significativo em termos de autonomia do grupo em relação a efetivação de demandas públicas, estas só se concretizaram a partir da intervenção de mediadores.²⁹ Todas estas constatações são corroboradas pelos gráficos abaixo, que demonstram que os integrantes do Profetas da Ecologia

²⁹ Pessoas ligadas às ONGS e Universidades que desenvolvem atividades de gestão ou de captação de recursos para os empreendimentos.

possuem uma baixa participação em partidos políticos, associações de bairro e movimentos sociais, além de demonstrar que menos de um terço do grupo tem acesso a benefícios sociais.

Gráfico 9: Participação - Profetas da Ecologia

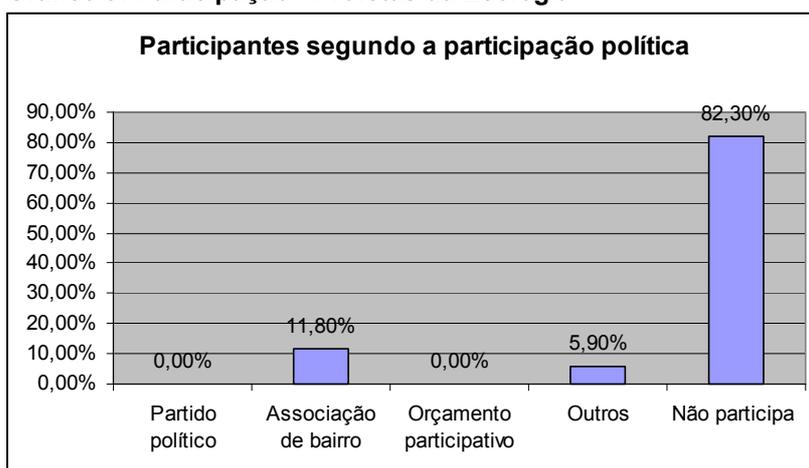
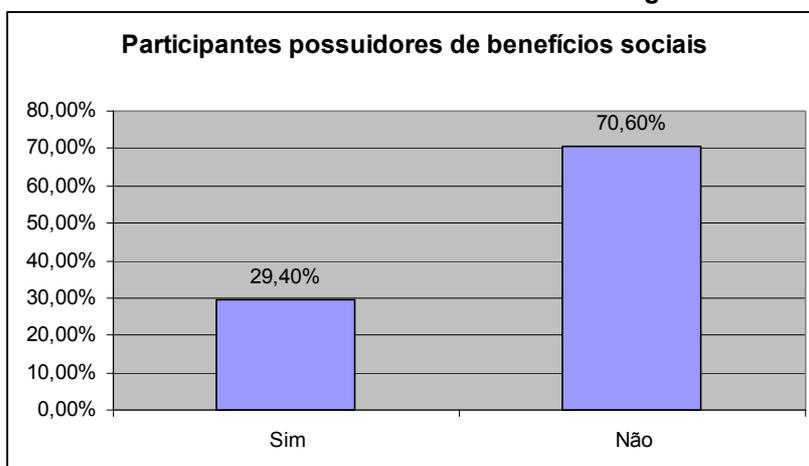


Gráfico 10: Acesso a benefícios - Profetas da Ecologia



Os integrantes do CEA da Vila Pinto apresentaram o maior grau de desenvolvimento político e de capacidade de articulação entorno de demandas, o CEA mostrou ser a experiência referencial deste estudo. Na comparação entre

empreendimentos os resultados obtidos nesse EES foram superiores. Como podemos observar nos gráficos abaixo.

Gráfico 11: Acesso a benefícios – CEA-Vila Pinto

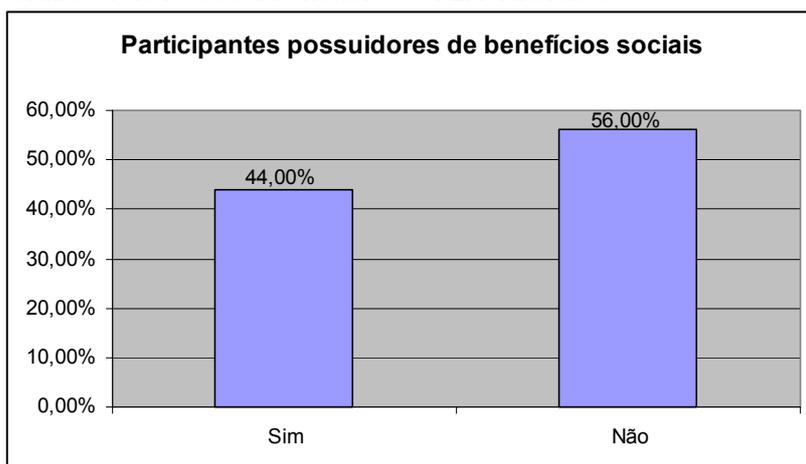
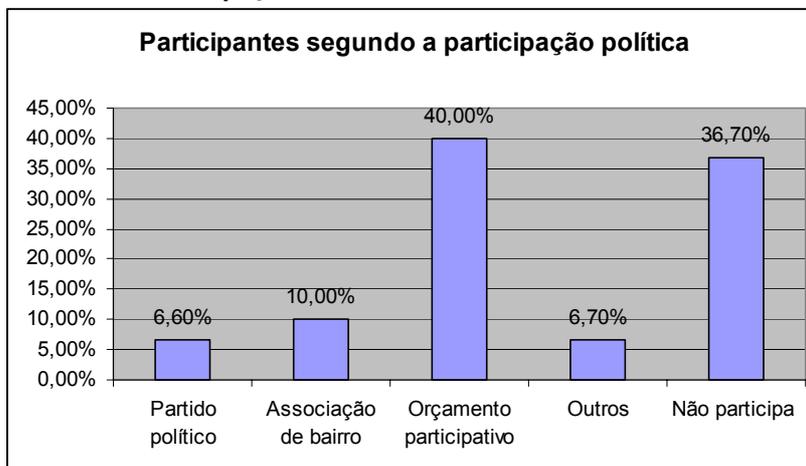


Gráfico 12: Participação - CEA-Vila Pinto



Este empreendimento destacou-se entre outros fatores pela capacidade apresentada em organizar a comunidade em seu entorno. Em outras palavras, demonstrou uma capacidade de organizar não só as demandas do grupos, mas as

demandas da comunidade da Vila Pinto. Assim, através de sua ação, um projeto de creche comunitária foi aprovado para a Vila Pinto em parceria com o Centro Cultural, e uma cozinha comunitária está sendo instalada no empreendimento visando beneficiar a comunidade. Pleitos dos moradores, tais como: asfalto e melhorias na infra-estrutura do bairro são reivindicadas e defendidas nas plenárias do Orçamento Participativo por integrantes do empreendimento, que acabaram por tornarem-se delegados do Orçamento Participativo.

Além da sua ação junto ao poder público, o empreendimento se destaca pela capacidade apresentada em realizar parcerias com a iniciativa privada, angariando recursos materiais que se convertem em ações em benefício dos participantes do empreendimento e da comunidade em geral. O maior exemplo nesse sentido é o Centro Cultural James Kulisz – CEJAK, construído totalmente com o apoio e a doação de empresas privadas.

A fala de um dos participantes do CEA-Vila Pinto sintetiza bem esse processo.

O empreendimento não trabalha apenas empreendimento, pensando nas questões do empreendimento e seus associados, ele sabe que o bem estar da comunidade é o bem estar do associado, porque o associado está dentro da comunidade, então a gente tem que buscar organizá-los junto à outras entidades. Por que e como chegou o asfalto na frente da casa dele? Por que e como chegou aquela oficina de capoeira ou de dança ou de artes plásticas que o filho dele está fazendo? é assim que a gente mobiliza o adulto. A gente vive dizendo que a nossa riqueza é a informação, e dentro dessa forma a gente vai trocar experiências, discutir questões e esse associado, esse membro da minha comunidade vai abrir horizontes. Vai conhecer pessoas, vai conhecer assuntos, vais discutir questões da sua comunidade que ele nem se atentava pra isso, e em algumas ocasiões a gente tem que

conseguir identificar algumas pessoas com potencial de liderança, ainda um tanto acanhadas, sem a oportunidade de se expor. Daí que gente identifica algumas pessoas, se você ver a minha lista de delegados os nomes estão lá. E você deve ter passado por alguns deles lá na frente, e deve ter percebido o quanto essas pessoas já são esclarecidas ou o quanto elas primam por se esclarecer cada vez mais, e essa é uma forma de inclusão social. Eles, estão fazendo a geração de renda deles lá, mas o empreendimento esta pensando além, que ele precisa se incluir nesse grupo pensador que esta pensando nas políticas pra região, e pra comunidade. Então eles aos poucos vão abrindo os olhos e vão participando nessas questões mais aprofundadas em vez de ficar apenas na superfície. (Alexandre, CEA-Vila Pinto).

A partir destas ações, a geração de trabalho e renda passa a ser apenas uma das finalidades do empreendimento. Ações culturais de cunho afirmativo ou identitário, ações políticas de busca por direitos coletivos e individuais e ações educativas no âmbito ecológico passam a compor o dia-a-dia do empreendimento. Como expressão política destas ações surge um novo entendimento acerca dos benefícios sociais que não os concebe como manifestação de dependência. É a partir desse novo entendimento que a busca por benefícios sociais é estimulada, no CEA-Vila Pinto, sem que o mesmo seja concebido dentro de uma relação de sujeição e clientelismo, mas como direito a ser conquistado.

Alguns fatos colaboraram para que o CEA-Vila Pinto como empreendimento coletivo chegasse ao patamar em que se encontra. Em primeiro, lugar a participação de uma liderança forte no empreendimento capaz de arregimentar pessoas ao redor de uma proposta coletiva, dirimindo conflitos e conduzindo as ações do empreendimento sempre de maneira a beneficiar o grupo e a comunidade. Segundo, um conjunto de ações no plano cultural foram sendo

desenvolvidas dentro do empreendimento e na comunidade com o objetivo de aproximar o empreendimento e aqueles que dele não participam. Terceiro, a habilidade desenvolvida em estabelecer parcerias e realizar negociações com o poder público e com a iniciativa privada.

E por fim, o tempo de participação dos sujeitos no empreendimento. Os integrantes do CEA-Vila Pinto apresentaram uma média de tempo de participação no empreendimento de 3 anos e 7 meses. O Profetas da Ecologia por sua vez apresentou uma média de tempo de participação no empreendimento de 1 ano e 4 meses. Ou seja, os integrantes do CEA-Vila Pinto possuem um tempo de participação no empreendimento quase três vezes maior do que seus colegas do Profetas da Ecologia.

Encaminhando-me para o final desta análise, gostaria de destacar mais alguns pontos. Através da comparação de sujeitos e de empreendimentos diferenciados, procurei demonstrar que houve uma qualificação social por parte de alguns destes sujeitos que serviu de base para que os mesmos vivificassem os laços sociais, com efeitos diretos na satisfação de objetivos comuns, no exercício da cidadania e na capacidade e possibilidade dos sujeitos em satisfazerem suas necessidades básicas. Considerando principalmente os integrantes do CEA-Vila Pinto, a hipótese apresentada neste trabalho se confirma. Contudo, dada a especificidade dos empreendimentos e dos sujeitos pesquisados, as situações de pesquisa e de certa maneira a baixa representatividade da amostragem em termos nacionais, a que se ter cautela quanto as possíveis generalizações dos

resultados por mim apresentados. Nesse sentido, a confirmação da hipótese deve ser considerada mais como um potencial a se realizar.

Mesmo apresentando uma visão positiva acerca dos EES e dos processos realizados, isso em momento algum significa que não haja problemas, nem que a trajetória do CEA-Vila Pinto não mereça retoques. Ao optarem por um EES como forma de superação de suas dificuldades, os trabalhadores têm se deparado com uma série de obstáculos.

Em primeiro lugar, a passagem de uma lógica de trabalho baseada no individualismo e na competição, para uma lógica de trabalho baseada na coletividade e no solidarismo mostrou ser uma tarefa difícil. A maior parte dos entrevistados destacaram a dificuldade em realizar tal passagem, sendo que alguns não conseguiram efetivá-la. Como exemplo destaco que duas das três catadoras individuais que participaram desta pesquisa acabaram desistindo de participar de uma cooperativa de reciclagem por não conseguirem se adaptar ao trabalho coletivo.

Em segundo lugar, a questão econômica como destacado anteriormente ainda apresenta resultados insuficientes para garantir uma inserção adequada como cidadão. Mesmo com toda capacidade demonstrada pelo CEA-Vila Pinto em contatar e estabelecer parcerias com a iniciativa privada o empreendimento ainda vende seu material a terceiros e não diretamente as empresas de reciclagem. A venda à atravessadores representa uma perda considerável no valor do material,

uma atenuante nesse caso é que a quantidade de material a ser negociada com essas empresas é alta e dificilmente um empreendimento consegue obter tal quantia isoladamente. Uma saída aventada pelos que militam no campo da reciclagem é a venda consorciada do material. Contudo, a dificuldade de diálogo entre os vários empreendimentos têm surgido como uma barreira a impedir o estabelecimento de uma central de vendas comum.

A extrema rotatividade apresentada pelos trabalhadores nos empreendimentos aparece como um sério complicador no desenvolvimento dos EES, pois o bom desenvolvimento dos integrantes nos empreendimentos está diretamente relacionada ao tempo de participação nos mesmos. Trata-se de um tempo variável que se altera de sujeito para sujeito, mas que demonstra ser de médio a longo prazos. Segundo minha análise, podemos encontrar aí uma possível explicação para a diferença de desenvolvimento apresentada pelo CEA-Vila Pinto e o Profetas da Ecologia. No caso desse último, da sua formação inicial não restou ninguém e somente dois participantes permanecem a mais de três anos no empreendimento. Situação totalmente diferente é encontrada no CEA-Vila Pinto, onde das 10 mulheres que iniciaram o empreendimento 5 continuam até hoje.

Entretanto, é relevante destacar que a eficácia das práticas associativas vai se estabelecendo gradativamente. Assim, os trabalhadores dos EES na área da reciclagem vão construindo suas próprias condições para poder reivindicar e disputar o fundo público, como no caso do Orçamento Participativo, ou na

elaboração de políticas públicas que contemplem suas necessidades, como também, para modificar suas posições subjetivas frente à atividade que exercem, no momento em que essa atividade vai se tornando reconhecida e valorizada na sociedade” (KEMP, 2004, p.). Isso se evidencia na fala abaixo,

Eu penso o seguinte, a nível de valorização nacional deveria ser considerado uma profissão, deveria ser profissionalizado a atividade. Porque aí remonta a toda aquela questão da auto-estima, toda aquela questão de dar o conhecimento pra ele da importância desse trabalho, aí a gente vai ampliar lixões, sim mas e aí qual o problema de ampliar lixões... Bom, se gari é profissão o catador deve ser profissão e ele deve se apoderar desse conhecimento ecológico, desse conhecimento mais ambientalista, se apoderar dessa informação de que o que ele faz não é apenas a margem, ou o que ele faz não é apenas a sobrevivência. Então pra que essa camada de profissionais, pra essa camada de sobreviventes se sentir digna e viver mais dignamente a questão profissionalizante é mais preponderante. Aí quando tu diz que há a um movimento nacional organizado, não quero saber se vai me chamar de catador, de reciclador, de agente ambiental, não... No momento em que eu sou considerado um profissional já muda muito, pode ser que eu não vou ganhar mais nem ganhar menos, vou continuar fazendo a mesma coisa, mas se tiver toda uma política voltada pra ele, pra interesse dele, isso faz com que ele passe a repensar a sua situação na sociedade. Ele como indivíduo produtor e reconhecido como esse indivíduo que produz e contribui pra economia nacional, muitos deles não têm essa visão dessa contribuição, tanto economicamente quanto pro meio ambiente. (Alexandre, CEA-Vila Pinto).

Percebe-se que, os desafios que estes sujeitos se colocam através de uma luta por reconhecimento ultrapassam a satisfação de interesses materiais, e dizem respeito ao reconhecimento como ser humano de sua forma de ser e de seus modos de vida. Certamente entra em jogo o reconhecimento, a visão de mundo e de comportamentos que emergiram baseados na solidariedade democrática e no trabalho associativo. Neste sentido, Gaiger destaca que,

pela via dos embates da cidadania, a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances apreciáveis de transferir os princípios de respeito às diferenças, tolerância, confiança e cooperação, para o âmbito das condutas coletivas. A economia solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático. [...] Essa solidariedade, formada por relações de proximidade, tende a confinar-se em suas próprias fronteiras, sendo porém suscetível de integrar-se à via democrática, quando não estiver baseada em elementos autoritários ou despóticos e quando coadunar-se com a universalidade e isonomia de direitos, sem antepor-lhes prerrogativas exclusivas para os indivíduos que engloba. Nesse caso, seus princípios de auto-organização favorecem a vida associativa, articulando a ajuda - mútua, a cooperação social e a mobilização reivindicativa. Em conjunturas de abalo do regime democrático, ela funciona como um espaço relativamente protegido, de permanência dos laços e dos valores recíprocos. (GAIGER, 2005, p.12).

Assim, essas práticas se apresentam como alternativas contra-hegemônicas³⁰ em relação ao sistema econômico vigente. Nessa perspectiva, as práticas associativas têm que ser compreendidas tanto em seu potencial e em suas ações de confronto e influência sobre o sistema político e sobre o Estado, como também em sua possibilidade de afetar o modo de produção e de vida das pessoas envolvidas na ação coletiva (KEMP, 2004).

³⁰ A expressão contra hegemônica encontra-se neste trabalho referenciada na obra de Boaventura Santos (2006) onde o autor destaca a necessidade de pensarmos alternativas contra hegemônicas em relação ao modelo de globalização neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria neste momento de elaborar alguns comentários finais acerca do estudo realizado e de minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Os catadores, embora pobres e com baixa escolaridade não são destituídos de conhecimento e de habilidades, ao contrário, são fonte de conhecimento e de sabedoria e tomam decisões baseadas numa compreensão e avaliação precisas de suas necessidades. Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, traçando com eles as saídas para a sua situação de desqualificação social. Rompe-se, assim, com a concepção invalidante da prática assistencialista, construindo um novo pensamento e a uma nova prática no trato da exclusão social, com a participação autônoma dos atores diretamente envolvidos.

O estudo de experiências bem sucedidas como a do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto permite que a riqueza social oculta atrás da condição de pobreza venha à tona como uma alternativa credível.

Meu objetivo com este estudo, não é tirar conclusões absolutas acerca da realidade dos trabalhadores empobrecidos, a multidimensionalidade do fenômeno da pobreza sem dúvida extrapola o universo desta pesquisa. Neste sentido, minha intenção na divulgação destes resultados é estimular e contribuir para o debate acerca da efetividade das ações empreendidas pelas e para as comunidades pobres, tendo em vista que a justiça social e a consolidação da democracia estão a requerer ações tanto no plano da redistribuição, quanto no do reconhecimento. Isso significa assumir que desvantagem econômica e desrespeito cultural estão entrelaçados e apoiando-se um ao outro.

A realização deste estudo significou muito para mim, deixando de lado as questões acadêmicas, a convivência fraterna com os pesquisados foi uma experiência muito gratificante. O respeito, a cordialidade e o carinho que me foi dispensado por essas pessoas sem dúvida ficará para sempre em minha lembrança.

Fazer pesquisa, como destaca a professora Marília, implica em fazer escolhas, entre fazer parte de um agrupamento de interesses privados (corporativismo acadêmico, empresarial etc) onde o conhecimento só serve para gerar benefícios para um pequeno grupo; ou ser parte da coletividade social e com ela efetivamente contribuir, onde o conhecimento não fica aprisionado, retido, mas retorna às comunidades que também o produziram. É necessário fazer opções metodológicas, teóricas, éticas, estéticas e políticas, e eu fiz as minhas. Destaque-

se, aqui, o papel preponderante dos meus professores na realização destas escolhas.

Cabe destacar que o trabalho ora apresentado ensejou em mim algumas questões a serem respondidas em futuras pesquisas. Considero que uma das lacunas deste trabalho diz respeito a questão do reconhecimento social. A questão do reconhecimento social que apresentei desenvolvida e sustentada teoricamente na obra de Axel Honneth, foi por mim pouco explorada na análise dos dados da pesquisa. Cabe justamente aqui aprofundamentos em estudos posteriores. Identificar quais os déficits de reconhecimento mais influenciam negativamente na participação igualitária dos cidadãos em uma esfera pública, é um assunto que pretendo retomar adiante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABES-RS: **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Guia da reciclagem 2005. Porto Alegre, 2005.

Anais do Seminário: **Avaliando os rumos da qualificação profissional no Maranhão**. São Luiz: Núcleo Unitrabalho/UFMA, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: um ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6º ed. São Paulo: Boitempo, 2003. 258 p.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. 135 p.

ARENHART, Amabilia Beatriz Portela. **Colcha de retalhos: a costura de projetos de vida no coletivo da Ecos Verde**. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A economia solidária e a redução das desigualdades**. (não publicado).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRUYNE, Paul. **Dinâmicas da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

CARMO, Maria Scarlet; MIGUELES, Carmem Pires; OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **A Semântica do Lixo, o Estímulo à Reciclagem e o Trabalho dos Catadores do Rio de Janeiro: um estudo da relação entre significado e ação econômica**. Fundação Getulio Vargas, 2004. Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano7/01/administrando.htm>. Acesso em 16/10/2006.

CARVALHO, José Murilo. **A cidadania no Brasil: Um longo caminho**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983.

CASTRO, N. **Qualificação, mercados e processos de trabalho: estudo comparativo do complexo químico brasileiro**. Cebrap, 1996.

Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5192>. Acesso em: 20 outubro 2005.

COSTA, Sérgio; WERLE, Denílson Luis. Reconhecer as diferenças: liberais comunitaristas e as relações raciais no Brasil. Em: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Mauricio. ORGS. **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.pp. 207 a 236.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____ Sociedade civil, participação e cidadania, do que estamos falando? In. www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Dagnino.pdf. Acesso em: dezembro de 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987. 181 p.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho**. Disponível em:<http://ppbr/id/actrab.asp> Acesso em: 02/09/2005.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito sociais**. São Paulo: Difel, 1977.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Em: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 349 p.

HIRATA, H. Da polarização das qualificações nos modelos de competências . Em: FERRETTI, C. J. **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Org. **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

_____ A organização do terceiro setor e da economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, nº159, 2001. p. 103 – 152

_____ **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004a. 417 p.

_____ A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Cadernos CRH**, nº 39, 2003.

_____ Apontamentos sobre o vínculo social e a natureza do vínculo solidário na vida econômica. CD-ROM Congresso da Associação Nacional das Pós-Graduações em Ciências Sociais, 2005, Caxambú.

_____ **Apresentação de trabalhos premiados.** Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária – RILESS. Sem Local, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Guanabara, 1988.

GONZAGA, Sonia. Formação profissional: tradição de demandas e novas propostas do movimento sindical. Em: LEITE, Márcia P; NEVES, Magda A. Orgs. **Trabalho, qualificação e formação profissional.** Rio de Janeiro: Editora da ALAST, 1997. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho.

GONÇALVES, Raquel de Souza. Catadores de matérias recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem no país. São Paulo: **Revista serviço Social e Sociedade**, Ano XXVI, Nº 82, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

_____ A política de reconhecimento. Em: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. Em: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. (orgs). **Pobreza e desigualdade no Brasil.** 2ª Ed. Brasília: Unesco, 2004. p.63-73.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. Em: GAIGER, Luiz Inácio. Org. **Sentidos e experiência da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBEGE. **Pesquisa Nacional de saneamento Básico 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatísticas/população/condiçãodevida/pnsb.pdf> acesso em 14/04/2005

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Radar social:** condições de vida no Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em 13/11/2006.

IVO, Anete B. Leal. **Metamorfoses da questão democrática:** governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLACSO. Coleção Becas de Investigacion, 2001.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. São Paulo: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XVII, Nº 52, 1996.

_____. Assistidos e assistentes: o feitiço da identidade atribuída. São Paulo: **Revista serviço Social e Sociedade**, Ano XVIII, Nº 54, 1997.

_____. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? São Paulo: **Revista serviço Social e Sociedade**, Ano XXI, Nº 63, 2000.

KEMP, Valéria Heloisa et al. **Trabalho, solidariedade e autonomia:** a associação de catadores de materiais recicláveis em São João Del-Rei – ASCAS. 2004. disponível em: <http://www.ufmg.br/congrext/Trabalho/Trabalho31.pdf> Acesso em: 24/11/2005.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. Em: **Sexo do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEAL, Giuliana Franco. **A noção de exclusão social em debate:** aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. Caxambu: XIV Encontro nacional de estudos populacionais-ABEP, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_42.pdf#search=%22giuliana%20leal%20exclus%C3%A3o%22 Acesso em 08/08/2006.

LEITE, Márcia P; NEVES, Magda A. Qualificação e formação profissional: um novo desafio. Em: LEITE, Márcia P; NEVES, Magda A. Orgs. **Trabalho, qualificação e formação profissional**. Rio de Janeiro: Editora da ALAST, 1997. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho.

LEITE, Márcia P. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. **Novos Estudos Cebrap**, nº 45: 75-79, 1996.

LEITE, Márcia P; NEVES, Magda A. Orgs. **Trabalho, qualificação e formação profissional**. Rio de Janeiro: Editora da ALAST, 1997. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho.

LIMA, Marcos Costa. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e a moradia adequada.** 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte001.html>

MANZINI-COUVRE, Maria de Lourdes. Cidadania, cultura e sujeitos. Em: **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994. pp. 123 a 146.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Tradução de Merton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999. 143 p.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 228 p.

_____ **A exclusão e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Atlas da economia solidária.** Brasília: 2006.

MIZUBUTI, Satie. **Sobre a formação da mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira.** 2001. disponível em : www.uff.br/geographia/rev_05/satie5.pdf. Acesso em 27/09/06.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: ANPOCS, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997, p. 49-60.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Panorama laboral 2006.** Lima, 2006. Disponível em: http://www.oit.org.pe/portal/despliegue_seccion.php?secCodigo=22
Acesso em: 13/12/2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Uma leitura das Nações Unidas sobre os desafios e potenciais do Brasil.** Brasília, 2005.

PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia; GUARANÁ, Elisa. Qualificação, consumo e estilo de vida. Em: LEITE, Márcia P; NEVES, Magda A. Orgs. **Trabalho, qualificação e formação profissional.** Rio de Janeiro: Editora da ALAST, 1997. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. P.31 - 44.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1974.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ & Cortez editora, 2003. 331 p.

_____ O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Em: SAWAIA, Bader. Org. **As artimanhas da exclusão**: análise psicosocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-86.

PEREIRA, Luiz. Org. **Populações marginais**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978. Coleção História e Sociedade.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho 1880 - 1920. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

IPROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Brasil reduz desigualdade e sobe no ranking**. Notícia veiculada em 09/11/2006. disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&lay=pde Acesso em: 17/11/2006.

QUIJANO, Aníbal. Nota sobre o conceito de marginalidade social. em: PEREIRA, Luiz. Org. **Populações marginais**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978. Coleção História e Sociedade. p. 11-72.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. Em MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia da reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

RODHEN, Fabiola. **Natalidade, nação e raça no Brasil a partir das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução**. 2004. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt1-010.html>>

RODRIGUEZ, César. A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de reciclagem de lixo na Colômbia. Em: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

SANTOS, Aline Mendonça. **Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária.** São Leopoldo: UNISINOS, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Centro de Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. Para uma sociologia das ausências e das emergências. Brasília: **Revista de Ciências Sociais**, nº 63, 2002b. pág. 237-280.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro.** Coimbra: Centro de Estudos em Ciências Sociais, 2004. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt Acesso em: 10/05/2005.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SAWAIA, Ba0der. Org. **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-86.

SCHULZ, Rosângela M. **Associações de trabalho e renda: novos espaços de democratização no Brasil.** Congresso da Associação Nacional das Pós-Graduações em Ciências Sociais, 2005, Caxambú.

SCHUTTZ, Gabriela D'Ávila; GAIGER, Luiz Inácio Germany. O mister de reaprender os vínculos entre economia e a vida social. Em: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josival Constantino. ORGS. **Educação e socioeconomia solidária.** Série Sociedade Solidária. Cáceres: Editora Unemat, 2005.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. Em: MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999. p.59 – 86.

SILVA, Josué Pereira. Cidadania e reconhecimento. Em: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Mauricio. ORGS. **Teoria social e modernidade no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. pp. 123 a 135.

SILVA, Zélia Lopes. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento**: significado e estratégia. Brasília: MTE, 2004.

_____ Economia solidária: um modo de produção e distribuição. Em SINGER, Paul; SOUZA, André. ORGS. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Jessé. **Modernização Seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UNB, 2000.

_____ Uma teoria crítica do reconhecimento. São Paulo: **Lua Nova**, Nº 50, 2000.

_____ A gramática social da desigualdade brasileira. Brasília: **Revista de Ciências Sórias**, Nº 54, 2004.

_____ Raça ou classe? **Lua Nova**, Ago 2005, no.65, p.43-69.

SOUZA, José Raimundo. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem**: o caso da associação Nora – Novo Osasco reciclando atitudes – dos trabalhadores com matérias recicláveis. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Centro de Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **A exclusão abaixo da linha do equador**. 1998. disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclu_sao.pdf Acesso em: 16/10/2006.

TAYLOR, Charles. (Org). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: editora 34, 2001.

_____ **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Prefácio da Edição brasileira. Em: PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ & Cortez editora, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso Latino-americano e Caribenho. Em: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2000. 272 p.

WARREN, Ilse Scherer. A ação cidadã no combate a pobreza. Em: GAIGER, Luiz Inácio. Org. **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

WAUTIER, Anne Marie. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Ijuí: Editora da Unijui, 2001. 152 p.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

APENDICE A

Roteiro de entrevistas

- 1) Poderia me repetir seu nome?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Possui filhos?
- 4) Desde quando você trabalha no empreendimento?
- 5) Qual a sua ocupação no empreendimento?
- 6) Quais os motivos levaram você a participar do empreendimento?
- 7) Me fala um pouco sobre a sua infância?
- 8) Antes de você participar do empreendimento o que você fazia?
- 9) Que lembranças você guarda desta época? (anterior ao empreendimento)
- 10)Quais as dificuldades que você teve para se adaptar ao trabalho coletivo?
- 11)Quais as profissões que você apreendeu ou cursos de qualificação que você fez?
- 12)Quais são as suas fontes de renda? (trabalho no empreendimento, bicos, benefícios sociais, etc.)
- 13)Você já solicitou ou recebeu algum auxílio financeiro, público ou de terceiros? Quais? (Cestas básicas, benefícios sociais, doações, etc.)

- 14) Atualmente você recebe algum benefício assistencial?
- 15) Como você utiliza ou utilizou este auxílio? (comprar comida, roupas, pagar contas, etc.)
- 16) Hoje você acha que poderia dispensar essa assistência?
- 17) Você conhece outras pessoas neste ou em outros empreendimentos na mesma situação que você?
- 18) Antes de participar no empreendimento você tinha contato com outras pessoas que já participavam dele? (No caso de ser fundador, verificar se tinha contato com integrantes de outros empreendimentos)
- 19) Quais são os problemas do empreendimento? (limites) Qual a sua opinião a este respeito?
- 20) Quais são os conflitos entre os participantes do empreendimento? Por que razões? São duráveis? Como são resolvidos?
- 21) Sem citar nomes no empreendimento existe alguma(s) pessoa(s) que não se comportam de maneira que você considere a mais correta? Como você se relaciona com estas pessoas?
- 22) Como são tomadas as decisões no empreendimento?
- 23) Você frequenta ou participa de associações de bairro ou outras formas de mobilizações que tenham como objetivos buscar melhorias pessoais e coletivas? Quais?
- 24) Como você vê a atividade de catador comparativamente a outras atividades?
- 25) O que as pessoas da comunidade pensam a respeito do empreendimento? Você concorda com a opinião deles?
- 26) Você pensa em sair do empreendimento e ou mudar de atividade? Por quê?
- 27) Caso você sai-se do empreendimento do que você mais sentiria falta?
- 28) Me fala da sua casa, como ela é? Hoje ela lhe agrada?
- 29) O que você conseguiu comprar para sua casa depois que veio participar no empreendimento?
- 30) Me fala da comunidade, como ela é? Hoje ela lhe agrada?

- 31) Quem é seu melhor amigo (a), me fala dele (o que faz, onde morra, etc.)
- 32) O que você costuma fazer nos finais de semana? (aonde vai, quais as atividades, etc.)
- 33) Você tem um passatempo favorito? Qual?
- 34) Você vê sua família com frequência? (pais, irmãos, filhos)
- 35) Você costuma freqüentar outras comunidades (bairros)? Quais?
- 36) Você tem amigos lá?
- 37) Como você vê seu futuro?
- 38) O que significa para você a expressão vencer na vida?
- 39) Você se considera um vencedor?
- 40) Você costuma fazer compras regulares? (frequência)

APENDICE B**Questionário Socioeconômico**

1) Nome: _____

2) Sexo: Masculino () Feminino ()

3) Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

4) _____ Município _____ onde nasceu: _____

5) Como você se identifica em relação a sua cor?

Branco () Amarelo () Pardo () Negro ()

6) Qual seu estado civil?

Casado () Solteiro () Outro ()

7) Possui filhos: Sim () Não ()

Quantos? _____

8) Ainda está estudando? Sim () Não () Até que série

estudou: _____

9) Qual sua posição na sua casa?

Chefe de família () Cônjuge () Filho () Outros ()

10) Quando entrou no empreendimento (mês e ano): _____/_____

11) Que tipo de atividade você realizava antes de ingressar no empreendimento: _____

—

12) Qual sua atividade no empreendimento:

Triador () Coordenador () Outro: _____

13) Já desempenhou cargo de coordenação no empreendimento? Sim () Não ()

14) Possui algum tipo de benefício (Bolsa família, vale gás, etc.): Sim () Não ()

15) Qual o valor destes benefícios?

R\$: _____

16) Qual seu ganho financeiro mensal no empreendimento?

R\$: _____

17) Quantas pessoas dependem desta renda? _____

18) Participa de algum tipo de associação ou mobilização política ou comunitária?

() Partido político () Associação de bairro () Orçamento participativo

() Outro: _____ () Nunca participou

() Já participava

() Passou a participar depois de ingressar no empreendimento.